

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Dissertação

Construção identitária e políticas públicas: uma abordagem sociológica
sobre as(os) triadoras(es) de resíduos de Pelotas - RS

Leandro Almeida de Tunes

Pelotas, 2018

Leandro Almeida de Tunes

Construção identitária e políticas públicas: uma abordagem sociológica
sobre as(os) triadoras(es) de resíduos de Pelotas - RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

T926c Tunes, Leandro Almeida de

Construção identitária e políticas públicas: : uma abordagem sociológica sobre as(os) triadoras(es) de resíduos de Pelotas - RS / Leandro Almeida de Tunes; Sérgio Botton Barcellos, orientador. — Pelotas, 2018.

131 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Triadoras(es). 2. Construção da identidade. 3. Políticas públicas. 4. Resíduos sólidos. I. Barcellos, Sérgio Botton, orient. II. Título.

CDD : 301

Elaborada por Kênia Moreira Bernini CRB: 10/920

LEANDRO ALMEIDA DE TUNES

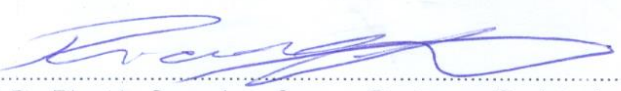
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA SOBRE OS(AS) TRIADORES(AS) DE RESÍDUOS DE PELOTAS – RS.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 29 de junho de 2018.

Banca examinadora:


Prof. Dr. Sérgio Botton Barcelos (Orientador), Doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.


Prof. Dr. Ricardo Gonçalves Severo, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.


Profa. Dra. Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha, Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.


Profa. Dra. Camila Dellagnese Prates, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Agradecimentos

Aos trabalhadores e trabalhadoras das cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas - RS, atores sociais desse estudo, que gentilmente aceitaram falar sobre suas vidas, narrando momento difíceis, mas também momentos de satisfação e orgulho por atuarem como agentes ambientais, pessoas sem as quais essa pesquisa não seria viabilizada.

Ao meu orientador, Sérgio Botton Barcellos, que, com paciência e compreensão, sempre procurou me ajudar nos momentos mais delicados da minha trajetória no curso, participando intensamente do processo de construção desta pesquisa.

Aos(Às) meus(minhas) colegas do curso de mestrado, pelo companheirismo e pelos debates e críticas que foram fundamentais para minha formação.

À UFPEL e a todos(as) professores(as) e servidores(as) do Programa de Pós Graduação em Sociologia.

Aos servidores do SANEP.

À minha companheira, Luana, pelo apoio incondicional e pela sensibilidade em compreender e me auxiliar nas horas difíceis e de desânimo; e aos meu pais, Rose e João, que sempre me estimularam a estudar e vivenciaram comigo todas as angústias e sonhos que me conduziram até a construção desse trabalho.

Obrigado.

“Fui homenageado ano retrasado, tem a placa ali, coisa mais linda. Tu sair do lixão, passar o que tu passou, daí as pessoas fazerem uma placa pra ti. Ter o reconhecimento. Profissional do ano, te fazer uma janta com um monte de gente importante, te abraçar, te dar parabéns. Se acabar agora eu saio feliz da vida. [...] Só de sair de cima do aterro. Não precisar sair 19 h de casa e chegar às 6 h, de manhã tinha que separar os resíduos e mal dormia. A felicidade que eu tenho aqui é ver que muitos aqui não tinham nada e hoje eles têm casa. Casa própria.” (J. A. M., COOPCVC)

Resumo

TUNES, Leandro Almeida de. **Construção identitária e políticas públicas: uma abordagem sociológica sobre as(os) triadoras(es) de resíduos de Pelotas – RS.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas.

Nesta pesquisa procuro discutir a inter-relação entre políticas públicas e construção da identidade através do trabalho das(os) triadoras(es) das cooperativas de triagem de resíduos sólidos do município de Pelotas-RS. Proponho, para tanto, analisar as relações entre as teorias sociológicas que abordam construção identitária e as formas como os grupos de triadoras(es) de material reciclável cooperados se organizam, se reconhecem e são reconhecidos no contexto das políticas públicas de resíduos sólidos do município de Pelotas-RS. As discussões sobre identidade de Stuart Hall, Erving Goffman e Claude Dubar, bem como aquelas sobre reconhecimento de Nancy Fraser e Axel Honnet, além das abordagens sobre políticas públicas de Celina Souza, Klaus Frey e Trevisan, fornecem o aporte teórico para a pesquisa. Empiricamente, estudo os atores sociais de cinco cooperativas de triagem de Pelotas – RS que estão conveniadas ao SANEP, com foco naquelas(es) triadoras(es) que já coletaram materiais nas ruas ou no lixão. A metodologia de pesquisa é qualitativa, tendo como técnica de pesquisa a observação direta, análise documental e realização de entrevistas com roteiros semiestruturados. Compreendo, a partir da pesquisa e ao longo do trabalho, que a construção das identidades das(os) triadoras(es) de materiais recicláveis de Pelotas-RS é marcada por processo contínuos, em que o reconhecimento social se dá pelo trabalho exercido nas cooperativas e pela importância destes atores sociais enquanto agentes ambientais.

Palavras-chave: triadoras(es); construção da identidade; políticas públicas; resíduos sólidos

Abstract

TUNES, Leandro Almeida de. **Identity construction and public policies: a sociological approach to the waste pickers from Pelotas - RS.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas.

In this research I discuss the interrelation between social recognition and public policies in the construction of identity through the work of the waste pickers of solid garbage cooperatives from the city of Pelotas, southern Brazil. I propose to analyze the relationship between sociological theories about identity construction and the ways in which cooperative groups of recyclable materials are organized, recognize themselves as well as how they are recognized in the context of the solid garbage public policies. The discussions about identity of Stuart Hall, Erving Goffman and Claude Dubar, about recognition of Nancy Fraser and Axel Honnet, besides these to the public policy approaches of Celine Souza, Klaus Frey and Trevisan, provide the theoretical contribution to the research. Empirically, I study the social actors of five garbage cooperatives that are in agreement with SANEP, focusing on those waste pickers who have already collected materials on the streets or in the garbage ground. The research is considered qualitative. It was used a direct observation research technique as well as documentary analysis and interviews with semistructured scripts. Finally, I understand that the construction of the identities of waste pickers in Pelotas is marked by continuous processes, in which social recognition is due to the work done in the cooperatives and the importance of these social actors as environmental agents.

Keywords: waste pickers; identity construction; public policy; solid waste.

Lista de figuras

Figura 1	Gráfico da distribuição dos municípios com iniciativa de coleta seletiva por região no Brasil24
Figura 2	Abordagens do gerenciamento de resíduos25
Figura 3	Estação de Transbordo de Pelotas, Av. Hebert Hadler, nº 435.65
Figura 4	Composição gravimétrica dos resíduos gerados em Pelotas66
Figura 5	Composição dos resíduos recicláveis gerados em Pelotas..67
Figura 6	Distribuição geográfica das cooperativas em Pelotas73
Figura 7	“A” - descarte de restos de poda; “B” - triadoras76
Figura 8	Divisão da população brasileira entre pardos, negros e brancos.....100
Figura 9	Proporção de alunos(as) por cor e por tipo de instituição. .101

Lista de Tabelas

Tabela 1	Valores (R\$/ton) dos resíduos sólidos comercializados em Porto Alegre em julho de 2017.....	67
Tabela 2	Custos do SANEP com a gestão dos RSU em Pelotas - RS.....	69
Tabela 3	Cooperativas de triagem conveniadas ao SANEP em Pelotas - RS	72
Tabela 4	Equipamentos por cooperativa de triagem em Pelotas	74
Tabela 5	Gênero, cor da pele e escolaridade das(os) triadoras(es).....	105

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
CEMPRE	Compromisso Empresarial para Reciclagem
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CNEN	Conselho Nacional de Energia Nuclear
CNTL	Centro Nacional de Tecnologias Limpas
COOPCVC	Cooperativa de Catadores da Vila Castilho
COOPEL	Cooperativa de Prestação de Serviço e Ação Social
COORECICLO	Cooperativa de Trabalho e Reciclagem Ltda.
COOTAFRA	Cooperativa de Trabalho dos Agentes Ambientais do FRAGET
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FRAGET	Associação das Vilas Reunidas FRAGET
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MNCMR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNSB	Política Nacional de Saneamento Básico

SANEP	Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem ao Cooperativismo do Rio Grande do Sul
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SQA	Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
UNICOOP	Cooperativa de Trabalho União dos Catadores de Resíduos Sólidos

Sumário

Introdução	14
Capítulo I - Resíduos sólidos: abordagem sociológica e os aspectos das Políticas Públicas no âmbito nacional e em Pelotas - RS.....	21
1.1 O panorama atual dos resíduos sólidos no Brasil a partir da sociologia ambiental	21
1.2 Geração de resíduos sólidos na contemporaneidade: riscos e consequências	27
1.3 Sociedade de consumo, produtivismo e geração de resíduos.....	35
1.4 Políticas Públicas relacionadas aos resíduos sólidos e suas implicações socioambientais no contexto das cooperativas de triagem de Pelotas - RS	41
Capítulo II – Cooperativismo, cooperativas de triagem de material reciclável e as Políticas Públicas de resíduos sólidos em Pelotas - RS	49
2.1. Cooperativismo como forma de organização social.....	49
2.2. As cooperativas de triagem de materiais recicláveis: contexto histórico e aproximações sociológicas	56
2.3 Cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas – RS, seus atores sociais e as políticas públicas.....	64
Capítulo III – Construção identitária e as(os) triadoras(es) de resíduos de Pelotas – RS..	80
3.1 Construção da identidade: aspectos teóricos e empíricos	82
3.2 O papel socioambiental e a construção da identidade através do trabalho..	93
3.3 Construção da identidade das(os) triadoras(es) de resíduos: uma abordagem interseccional	99
Considerações finais	107
Referências	113
Anexos	120

Introdução

No momento em que o ser humano começa a se relacionar com a natureza de maneira intensa e no sentido de satisfazer necessidades que não se enquadram como básicas, como se verificou nos processos de industrialização da modernidade, as consequências dessas atividades começam a tomar forma, acenando para riscos socioambientais incomensuráveis. Uma das principais consequências inerente aos processos industriais é a geração de resíduos sólidos, materiais que se não gerenciados podem impactar significativamente o ambiente.

No Brasil as discussões envolvendo as políticas públicas de resíduos sólidos¹ não são recentes, datando da década de 1970, sendo que somente no ano de 2010 foi aprovada a Lei Federal nº 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Esta política atualizou e compilou uma esparsa legislação sobre resíduos sólidos existentes no Brasil na época. Enquanto política pública traz uma série de dispositivos sobre a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos no Brasil, bem como estabelece a forma de participação das cooperativas de triagem de resíduos no sistema de coleta seletiva municipal.²

Considerando, então, que a gestão de resíduos sólidos, principalmente aquela gestão que conta com a participação das cooperativas de triagem, pode trazer influência direta para a vida em sociedade, cabe ao cientista social também direcionar sua atenção para o campo onde ocorre esta dinâmica relação da sociedade e natureza. Neste contexto social em que os resíduos sólidos se tornaram alternativa de fonte de renda de muitos atores sociais, transformando suas realidades e a forma como são reconhecidos na sociedade, neste trabalho investigo o seguinte: Qual a inter-relação entre a construção identitária e o trabalho desenvolvido pelas(os) triadoras(es) de materiais recicláveis do município de Pelotas-RS no contexto das políticas públicas de resíduos sólidos?

¹ Com o intuito de situar o leitor, apresento uma definição técnica de resíduos sólidos. Segundo a Norma Técnica NBR 10.004/2004, da associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT –, Resíduo Sólido é definido como: resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistema de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgoto ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível. (ABNT NBR 10.004 de 2004, p. 1)

² O Anexo 4 deste trabalho apresenta os principais artigos da PNRS que, direta ou indiretamente, abordam as cooperativas de triagem e os(as) triadoras(es) de resíduos.

Antes mesmo de começar a desenvolver esta pesquisa tive a oportunidade de conhecer a realidade de algumas das cooperativas no município de Pelotas – RS que são aqui estudadas, visto que atuo profissionalmente na área ambiental com ênfase na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos.³ Meu contato com o campo me fez enxergar, entre outras coisas, como a representatividade das cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas não é plena no campo das políticas públicas e que havia espaço para estudar alternativas que pudessem influenciar na forma como estas cooperativas se relacionam com o poder público. O reconhecimento destas(es) triadoras(es) de resíduos como agentes ambientais, no âmbito social e nas políticas públicas, decorrente do trabalho realizado nas cooperativas, pode contribuir para reforçar as reivindicações destes(as) trabalhadores(as) e na construção das suas identidades.

Sob essa perspectiva, o objetivo geral que proponho para essa pesquisa é compreender a inter-relação entre a construção da identidade e o reconhecimento social através do trabalho dos grupos de triadoras(es) de materiais recicláveis de Pelotas-RS no âmbito das políticas públicas de resíduos sólidos. Esse objetivo geral será substanciado com os objetivos específicos que serão detalhados a seguir.

a) Problematizar o processo de configuração das políticas públicas de resíduos sólidos e aquelas voltadas aos(às) catadores(as) e triadoras(es) de materiais recicláveis no Brasil e em Pelotas - RS; b) Compreender a configuração das cooperativas de triagem de materiais recicláveis do município de Pelotas - RS abordadas no estudo. Isto é, o seu processo de constituição, seus objetivos, quais os atores sociais que as compõem e as suas formas de atuação no contexto municipal; e c) discutir as formas como os grupos de triadoras(es) de material reciclável cooperados se organizam, se reconhecem e são reconhecidos no contexto da gestão de resíduos sólidos do município de Pelotas-RS a partir das teorias que abordam construção identitária e reconhecimento.

No momento em que os atores sociais que atuam nas cooperativas de triagem se reconhecem e são reconhecidos como agentes ambientais⁴, por exemplo, pela a

³ Conforme será possível perceber ao longo deste trabalho, utilizarei a forma de escrita em primeira pessoa do singular, como forma de me aproximar do meu campo de estudo. O critério para adoção desta escrita parte da premissa de que o(a) cientista social faz parte da sociedade que estuda, portanto não deve tratar a realidade que vive como um objeto.

⁴ A expressão “agente ambiental” é uma das formas como os(as) próprios(as) triadoras(es) se reconhecem, conforme foi relatado nas entrevistas. Esta expressão também está contida no nome da cooperativa COOTAFRA (Cooperativa de Trabalho dos Agente Ambientais do FRAGET). Outras formas de autoreconhecimento declaradas nas entrevistas são as seguintes: “catador(a)”, “catador(a)

importância destas pessoas para o ambiente e para a sociedade como um todo, abre-se possibilidade para reivindicar melhores condições de trabalho e de vida. Compreender como se dá a construção da identidade e como ocorre o reconhecimento social através do trabalho nas cooperativas de triagem, principalmente daqueles atores sociais que trabalharam e viveram em situação de precariedade catando materiais nas ruas, pode contribuir no processo de reconhecimento dessa categoria como agentes ambientais. Dessa forma, este estudo pode auxiliar no debate sobre o acesso destes(as) trabalhadores(as) às políticas públicas de caráter social e também aquelas relacionadas aos resíduos sólidos, para pleitearem o atendimento das suas necessidades e direitos sociais.

Quanto à análise teórica, nesse estudo procuro realizar diálogos ao longo dos capítulos com as teorias que abordam o processo de construção da identidade (Stuart Hall) e como esta construção é influenciada pelo trabalho (Claude Dubar), bem como sobre possíveis estigmas resultantes desse processo (Erving Goffman). As teorias do reconhecimento de Nancy Fraser e Axel Honneth são utilizadas para compreender como os atores sociais desse estudo se reconhecem e são reconhecidos. Também, como aporte teórico, apresento as discussões sobre políticas públicas (Celina Souza, Klaus Frey e Andrei Trevisan), abordando aspectos teóricos sobre estas políticas e a problematização que envolve resíduos sólidos e as cooperativas de triagem. Além disso, procuro debater sobre os aspectos da sociologia da questão ambiental (Ulrich Beck e Anthony Giddens) sobre os riscos e consequências dos processos industriais que iniciaram na modernidade e que incidem sobre a temática resíduos sólidos.

A pesquisa foi realizada com base em uma metodologia de análise qualitativa e como técnica de pesquisa a observação direta, a realização de entrevistas com as(os) triadoras(es) cooperados(as) e representantes de poder público municipal, com a utilização de roteiro semiestruturado, além de análise de documentos de políticas de Estado e das cooperativas pesquisadas.

Para a análise empírica foram selecionadas cinco cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas (COOPCVC, COORECICLO, COOPEL, UNICOOP E

de resíduo”, “triador(a)”, “trabalhador(a)” e “cooperado(a)”. No entanto, como forma de diferenciar o trabalho desenvolvido nas cooperativas daquele realizado na catação nas ruas ou nos lixões, utilizarei a expressão “catador(a)” para me remeter aqueles(as) que catam materiais recicláveis nas ruas ou nos lixões, ao passo que a expressão “triador(a)” utilizarei para me referir aqueles(as) que trabalham triando resíduos nas cooperativas. Entendo, de qualquer maneira, que tanto o(a) triador(a) quanto o(a) catador(a) pode ser considerado agente ambiental, em razão do importante trabalho que desempenham.

COOTAFRA), pelo critério de estarem conveniadas ao SANEP⁵. Já o critério para a escolha dos atores sociais a serem analisados e entrevistados, foi priorizar a condição da(o) triador(a) já ter trabalhado nas ruas ou no lixão catando materiais recicláveis.

A técnica de observação nas pesquisas sociais consiste na coleta de dados pelo pesquisador com uma aproximação direta com o campo de estudo. Além disso, disso permite um olhar do pesquisador além daquele obtido pelas entrevistas e documentos.⁶ Já a entrevista em uma análise qualitativa é um processo de interação social entre duas pessoas na qual um entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações do entrevistado. Estas informações são obtidas a partir de um roteiro de entrevista (HAGUETTE, 1992).

A entrevista proporciona a obtenção de informações através da fala individual. E, com a utilização de roteiros semiestruturados, também possibilita certa flexibilidade, permitindo ao entrevistador realizar outras perguntas e até improvisá-las junto ao entrevistado no decorrer da entrevista. Gil (2008) vai denominar de entrevista focalizada quando há enfoque em um tema específico, ao mesmo tempo que permite ao entrevistado liberdade para falar sobre o assunto.

No início deste projeto realizei três entrevistas a título exploratório com triadoras(es) da Cooperativa de Catadores da Vila Castilho (COOPCVC). Entrevistas estas que possibilitaram verificar se o roteiro de entrevista estava adequado, bem como auxiliou na realização do primeiro contato com o campo de estudo, iniciando a observação direta nas cooperativas estudadas.

Foram realizadas, no total, onze entrevistas para elaboração da parte empírica deste estudo, incluindo as três na etapa exploratória, sendo que deste total dez entrevistas foram realizadas com as(os) triadoras(es) das cooperativas de triagem conveniadas ao SANEP. Entre os dez entrevistados(as), cinco ocupam o cargo de presidentes nas cooperativas. Além das entrevistas com as(os) triadoras(es) também realizei uma entrevista com o chefe do Departamento de Resíduos Sólidos da citada autarquia municipal de saneamento. Foram preparados três diferentes formulários de entrevistas: um para as(os) triadoras(es) que já trabalharam na rua ou no aterro antes de ir para a cooperativa, outro para os(as) presidentes das cooperativas e um terceiro

⁵ Serviço autônomo de saneamento de Pelotas.

⁶ Com a observação desenvolvi diários de campo, arquivos eletrônicos nos quais anotei todas as informações relevantes que não fizeram parte do material formal da entrevista.

para servidores da Prefeitura de Pelotas⁷, que estão disponíveis nos anexos 1, 2 e 3, respectivamente. As entrevistas foram realizadas no próprio ambiente de trabalho dos atores sociais, com o intuito de prejudicar o mínimo possível o andamento dos serviços das cooperativas, bem como para possibilitar a observação direta destes atores sociais nos seus respectivos ambientes de trabalho.⁸ Na COOPCVC, por exemplo, as entrevistas foram realizadas em uma das peças da cooperativa onde se encontra uma mesa que serve, principalmente, para servir as refeições dos(as) trabalhadores(as) durante o expediente.

Considero importante, neste momento, apontar algumas dificuldades que encontrei no campo de estudo na etapa das entrevistas. Primeiro, sobre a impossibilidade de realização de algumas destas entrevistas com as(os) triadoras(es) que antes de atuarem nas cooperativas trabalhavam catando resíduos nas ruas. Alguns destes atores sociais estavam afastados das suas atividades laborativas nas cooperativas por motivos de saúde durante o período de realização das entrevistas, o que, certamente, justifica a impossibilidade de realização.

No entanto, na maioria dos casos, tentei remarcar as entrevistas, mas cada vez que ligava para o(a) presidente da cooperativa para tentar remarcar, foi dito que o(a) triador(a) ainda não poderia conversar comigo. Essa negação ocorreu mais de um vez em algumas cooperativas. Ou seja, percebi que em alguns casos o(a) presidente da cooperativa não concordava com a realização da entrevista junto a(o) cooperada(o), provavelmente, por entender que eu atrapalharia o andamento do serviço na cooperativa, tratando de assuntos que pouco ou nada as(os) interessavam. Esse fato, posso afirmar, foi uma das principais dificuldades que encontrei ao realizar o campo desta pesquisa, o que prejudicou, em parte, o aprofundamento da análise qualitativa.

Além disso, também percebi como dificuldade na realização do campo o fato de que alguns entrevistados(os) se limitava a responder as questões do formulário de entrevista com curtas expressões, como “sim” ou “não”, “acho boa” ou “acho ruim”, o que me impossibilitou de trazer uma maior diversidade de falas das(os) entrevistadas(os) para a pesquisa.

⁷ Apenas uma entrevista foi realizada com servidor da Prefeitura. Trata-se do Eng. Edson Plá Monterosso, chefe do Departamento de Resíduos Sólidos Urbanos do SANEP que atua na autarquia, no setor de resíduos sólidos (antigamente chamado de Departamento de Processamento de Lixo), desde 1986.

⁸ Outras informações sobre as entrevistas: utilizei meu aparelho celular para registro dos áudios das entrevistas para posterior transcrição, bem como solicitei autorização de cada um(a) dos(as) entrevistados(as) para utilização dos seus nomes no trabalho.

A análise documental, por sua vez, foi realizada em documentos da Prefeitura de Pelotas e do SANEP, como o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos⁹, aprovado em 2015, e o documento de formalização dos convênios entre SANEP e Cooperativas de Triagem de Resíduos. Além disso, também foram analisados os documentos de formação das cooperativas, como os Estatuto Sociais e Ata de Formação. Foi obtida a Ata e o Estatuto Social de duas das cooperativas estudadas: da COOPCVC e da COOPEL, documentos estes disponibilizados pela contadora comum às duas instituições, após a prévia autorização dos presidentes das respectivas cooperativas. Já os convênios das cooperativas junto ao SANEP, foram disponibilizados por esta autarquia os documentos referentes a todas as cooperativas estudadas.

Considerando o contexto e a problematização acima apresentada, o trabalho está dividido em três capítulos, conforme apresentarei a seguir.

No primeiro capítulo, com o título “Resíduos sólidos: abordagem sociológica e os aspectos das políticas públicas no âmbito nacional e em Pelotas - RS”, apresento o panorama atual dos resíduos sólidos no Brasil a partir da perspectiva analítica sociologia ambiental, passando pelos debates envolvendo o consumo em massa, a geração de resíduos na contemporaneidade com a discussão sobre análise das políticas públicas. Além disso, realizo a discussão sobre os aportes teóricos de autores(as) brasileiros para introduzir o tema, mas com o foco principal nas políticas que são direcionadas às cooperativas de triagem de materiais recicláveis e aos resíduos sólidos (Política Nacional de Resíduos Sólidos, por exemplo).

Já no segundo capítulo intitulado “Cooperativismo, cooperativas de triagem de material reciclável e as políticas públicas resíduos sólidos em Pelotas - RS”, apresento as origens do cooperativismo e como esta forma de organização social se configura na sociedade brasileira. Na sequência, abordo a questão das cooperativas de triagem de resíduos sólidos, trazendo um apanhado histórico destas cooperativas no Brasil e concluo o capítulo tratando das cooperativas de triagem de resíduos no município de Pelotas - RS, focando nas cinco cooperativas que analiso neste estudo.

⁹ A PNRS estabelece que os municípios para obterem recursos para políticas públicas de resíduos sólidos junto à União, devem elaborar um plano para gerenciar esses materiais. Este plano pode aparecer como parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), quando a população da cidade for pequena e os resíduos não forem complexos, ou de forma independente como um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), quando o tamanho da cidade e a característica dos resíduos exigir.

No terceiro e último capítulo, “Construção identitária e as(os) triadoras(es) de resíduos de Pelotas”, apresento, num primeiro momento, aspectos teóricos e empíricos sobre a construção da identidade, passando por uma análise do papel socioambiental daqueles(as) que trabalham com resíduos sólidos e como o trabalho pode influenciar o reconhecimento social e a construção da identidade. Por fim, busco compreender como ocorre a construção da identidade dos grupos de triadoras(es) cooperados de Pelotas - RS de maneira interseccional, apontados alguns aspectos em comum entre as cooperativas e os atores sociais estudados.

Capítulo I - Resíduos sólidos: abordagem sociológica e os aspectos das Políticas Públicas no âmbito nacional e em Pelotas - RS

Neste capítulo, procuro elaborar, inicialmente, uma discussão sobre as formas que a sociologia aborda a questão ambiental e como isso possibilita refletir sobre as políticas públicas, principalmente aquelas relacionadas aos resíduos sólidos e às(aos) triadoras(es) de materiais recicláveis, temas centrais que serão abordados ao longo de todo o trabalho.

Para tanto, considero imprescindível trazer aspectos mais gerais sobre a influência dos resíduos sólidos no ambiente e qual o processo de formulação das políticas públicas sobre a questão de resíduos sólidos. Desse modo, tratarei das políticas públicas e suas origens, as discussões teóricas a esse respeito, até chegar na PNRS, instrumento legal do Estado que estabelece os critérios para o gerenciamento e disposição final dos resíduos sólidos no Brasil, bem como aborda questões atinentes às cooperativas de triagem e aos catadores(as) e triadoras(es).

Além disso, também abordo a situação local, situando os atores sociais que executam as políticas, bem como aqueles(as) que são objeto dessas políticas públicas no município de Pelotas - RS. A existência de um Plano Municipal Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos (PMGIRS) merece análise, visto que se trata de política pública municipal que, dentre outros importantes assuntos, aborda a relação entre a municipalidade e as cooperativas de triagem de resíduos.

1.1 O panorama atual dos resíduos sólidos no Brasil a partir da sociologia ambiental

O ambiente, suas formas de conservação e recuperação, cada vez mais aparecem como objeto ou tema central de estudos científicos, sendo incorporado nas mais diferentes áreas de conhecimento, dada a relevância que este tema tem nas relações e na manutenção das diferentes formas de vida no planeta Terra.

Neste sentido, a sociologia vem contribuindo para as discussões em relação a questão ambiental mundial, ajudando a compreender a relação entre o ser humano e os ecossistemas. A partir da década de 1970 passou a ocorrer academicamente um debate em que de um lado aparecem os realistas como os estadunidenses Catton e Dunlap, com a sua proposição de um Novo Paradigma Ambiental, e de outro os

construtivistas sociais¹⁰ (MATTEI, 2015). Há poucas décadas, portanto, que o ambiente tem sido constituído como objeto epistêmico, e identificado como tema concernente às pesquisas em ciências sociais e particularmente na sociologia, conforme afirma Fleury (2014).

A preocupação com os riscos ambientais decorrentes das atividades humanas, como apontou Ulrich Beck (2001), fez crescer o interesse pelos estudos científicos voltados a discutir uma possível crise ambiental. Esta possível crise ambiental observada por Beck (2001) pode se dar, por exemplo, pelos desdobramentos da forma de destinação final dos resíduos sólidos gerados por pessoas físicas e jurídicas (principalmente empresas). Poluição das águas, do solo e do ar, riscos à saúde (como acontece com os resíduos dos serviços de saúde), morte de animais pela ingestão de resíduos, ou até morte de seres humanos por contaminação de resíduos nucleares são possíveis impactos detectáveis na relação homem-natureza envolvendo resíduos sólidos.

Em um contexto social em que os resíduos sólidos estão em evidência em função dos possíveis impactos ambientais que a disposição final incorreta¹¹ destes pode causar, discutir alternativas para uma eficaz gestão destes materiais se faz necessário. Para se ter uma ideia da realidade global envolvendo estes resíduos, segundo dados da ONU e do Banco Mundial, sete bilhões de seres humanos produzem anualmente 1,4 bilhão de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU) — uma média de 1,2 kg por dia per capita. (BRASIL, 2014). De acordo com o conhecimento popular ou senso comum, lixo é tudo aquilo que se coloca fora por não ter utilidade. Esta é, de fato, a forma como muitas pessoas enxergam os resíduos sólidos¹², isto é, como alguma coisa que não “tem mais serventia” e, portanto, deve

¹⁰ Os construtivistas sociais têm sido fundamentais com as contribuições de Buttel, com seu marxismo ambiental e a retomada das compreensões dos clássicos, e as de Hannigan, Beck e Giddens, com suas tentativas de subordinar a análise dos problemas ambientais às estratégias convencionais empregadas na análise de outros problemas sociológicos. (MATTEI, 2015)

¹¹ Embora eu tenha consciência de que do ponto de vista metodológico, para as ciências humanas, a utilização de termos que denotam juízo de valor não sejam os mais apropriados, optei por utilizá-los, visto que consolidados por estudos científicos de outras áreas técnicas ambientais. Portanto, expressões como “destinação ambientalmente correta/incorreta”, “gerenciamento inadequado”, “impacto ambiental negativo”, “segregação de resíduos”, entre outras, serão utilizadas, posto que estão presentes na legislação, nas normas e nos estudos científicos que regem a gestão ambiental e as políticas públicas de resíduos sólidos no Brasil.

¹² Importante entender a diferença entre resíduos sólidos e rejeitos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) traz, em seu art. 3º, as seguintes definições:

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas

ser descartado. No entanto, muitas pessoas que dependem da catação, da triagem e da reciclagem dos resíduos para sobreviver no Brasil. Ou seja, para muitos o lixo é matéria-prima, é considerado fonte de renda, é valioso, é solução.

Os custos financeiros envolvendo o tratamento de resíduos que não tem a correta destinação podem ser muito elevados, por isso pensar em formas de evitar a geração de resíduos na fonte e trabalhar com a intensificação da coleta seletiva tornam-se alternativas para mitigar ou evitar os impactos ambientais negativos. A coleta seletiva é a forma de separação dos resíduos na origem, podendo ser considerada o primeiro passo para a reciclagem e o reaproveitamento dos resíduos sólidos.

Na América Latina e no Caribe, por exemplo, cada indivíduo produz em média 1,4 kg de resíduos por dia, sendo que 90% destes poderiam ser reciclados ou transformados em combustível caso fossem separados na origem (ONU, 2016). Anualmente no Brasil são gerados anualmente cerca de 79,9 milhões de toneladas de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos), sendo que deste total deixaram de ser coletadas, somente no ano de 2015, 7,3 milhões de toneladas, conforme dados da ABRELP¹³ (2015). Os resíduos não coletados geralmente são descartados diretamente no ambiente, sem nenhum tipo de tratamento.

Os resíduos coletados pela coleta pública no Brasil, muitas vezes não são separados sendo enviado diretamente para os aterros, o que representa um grande desperdício de dinheiro público e de oportunidades para quem busca sobreviver com a venda de materiais recicláveis. Por isso a importância da coleta seletiva. O gráfico a seguir apresenta o percentual de municípios brasileiros realizam coleta seletiva (em verde), dividido por regiões, e na última coluna da direita o percentual nacional dos municípios que trabalham com coleta seletiva.

particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

¹³ Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais.

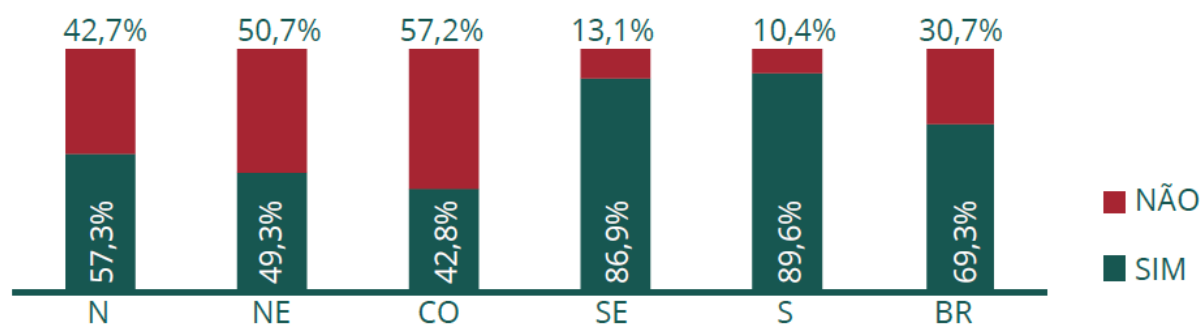


Figura 1 – Gráfico da distribuição dos municípios com iniciativa de coleta seletiva por região no Brasil

Fonte: ABRELP, 2015

Note-se na Figura 1 que a região Sul do Brasil apresenta o maior percentual de municípios que realizam a coleta seletiva (89,6%). Dos 1.191 municípios pesquisados em 2015, apenas 121 não realizavam coleta seletiva. No entanto, tem-se que considerar que a maioria dos municípios que realizam coleta seletiva não o fazem em toda extensão territorial, ou seja, muitas vezes a coleta seletiva é realizada apenas em alguns bairros dos municípios (principalmente as áreas centrais), sendo que outras áreas, principalmente a rural, não é atendida por este serviço público.

Quando se trata de coleta seletiva no Brasil fica difícil dissociar a atuação de trabalhadores(as) em conjunto com o poder público na coleta, triagem e reciclagem de resíduos. Neste processo, portanto, as cooperativas ou associações de triagem têm um importante papel na gestão integrada de resíduos sólidos, pois atuam na separação e organização dos resíduos que terão como destino a reutilização ou a reciclagem¹⁴.

De acordo com dados do IPEA (2013) o tratamento adequado dos resíduos sólidos urbanos e à reciclagem integram o conjunto de temas que ascenderam à agenda contemporânea de debates sobre o desenvolvimento sustentável, sobretudo após ao longo dos anos 1980, com o fortalecimento da temática ambiental em todo o mundo desde os anos 60, evidenciando uma preocupação global e imediata. No sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos existem duas abordagens comumente adotadas: a abordagem convencional (fim de tubo) ou uma abordagem chamada de lógica (redução na fonte).

¹⁴ Estas formas de organização de trabalhadores serão tratadas de forma mais detalhada no universo empírico de pesquisa próximo capítulo dessa dissertação.

Nas últimas cinco décadas, com o entendimento da cadeia de geração de resíduos, as políticas de controle da poluição evoluíram dos métodos conhecidos como de “fim-de-tubo” para outras mais recentes, baseadas no princípio da prevenção, que modificou uma abordagem considerada convencional de “O que fazer com os resíduos?” para “O que fazer para não gerar resíduos?” (CNTL, 2003).

O Centro Nacional de Tecnologias Limpas (CNTL), órgão vinculado ao sistema SENAI, propõe um gráfico para demonstrar como se dá a disposição dos resíduos sólidos quando se adota uma abordagem considerada tradicional e quando se utiliza uma abordagem compreendida como lógica, conforme apresentado na Figura 2 exposta a seguir.



Figura 2: Abordagens do gerenciamento de resíduos

Fonte: CNTL, 2003.

Analisando a Figura 2 é possível perceber que, na sequência da abordagem tradicional, primeiro se dispõe os resíduos sólidos para depois serem adotadas medidas de tratamento deste. Já a abordagem lógica busca minimizar a geração dos resíduos, trazendo implicações positivas do ponto de vista técnico, econômico e ambiental. A abordagem lógica foi adotada pela PNRS sendo que no art. 9º dispõe que “na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.”

O modo como os resíduos são dispostos e gerenciados pela sociedade influencia em estilos de vida e, por conseguinte, na vida dos(as) catadores(as) e triadoras(es) de resíduos, tendo influência no reconhecimento social e na construção de suas identidades. Quando os resíduos são dispostos em lixões ou aterros, sem a prévia coleta seletiva, ou seja, adotando-se uma abordagem considerada convencional, os(as) catadores(as) de resíduos tendem a procurar nestes locais os materiais com algum valor comercial que, muitas vezes, são coletados para posterior comercialização e sustento para as famílias envolvidas.

Nesta situação os(as) catadores(as) ficam submetidos a condições que periculosidade e insalubridade de trabalho, entrando em contato com materiais contaminados, com vetores de doenças, além de ficarem expostos a muitos tipos de acidente de trabalho (inclusive o risco de soterramento pelos caminhões de lixo). Mas, na medida em que os lixões vão sendo eliminados no Brasil e a coleta seletiva vai ganhando força (inclusive por obrigatoriedade legal), os(as) catadores(as) vão migrando desses espaços para as ruas dos municípios ou para os ambientes das cooperativas ou associações de triagem de resíduos, em um processo que transforma suas vidas e (re)constrói suas identidades.

Os(as) catadores(as) de materiais recicláveis e as cooperativas e associações de triagem de resíduos tem um papel muito importante no contexto do rápido crescimento da geração de resíduos sólidos urbanos. Ao abordar esta questão, Stroh (2011) vai dizer que o trabalho realizado pelos(as) catadores(as) de materiais recicláveis pode ser tratado como uma resultante da crescente velocidade do ritmo de consumo e de descarte de resíduos pela sociedade atual¹⁵ e a multiplicação da exclusão social existentes no mundo do trabalho no interior dos processos de globalização.

Para compreender os desdobramentos que o (não)gerenciamento dos resíduos podem acarretar ao ambiente e como isso está imbricado nas relações sociais, primeiro farei uma discussão acerca da crescente geração de resíduos sólidos em todo mundo. A seguir procurarei estabelecer a relação entre geração de resíduos sólidos, os riscos que envolve o não gerenciamento destes materiais e as consequências ao ambiente.

¹⁵ Stroh (2011) vai utilizar o termo “sociedade de modernização tecnológica urbana” para se referir a sociedade de industrialização avançada, produção de excedentes e exacerbação do consumo de massa.

1.2 Geração de resíduos sólidos na contemporaneidade: riscos e consequências

É possível afirmar, que no ambiente, entendido aqui como o somatório do meio biótico com o meio abiótico do planeta Terra, mas também o conjunto de interações dos seres vivos entre si e com o meio físico, as consequências das atividades antrópicas podem aparecer de várias formas, sendo que os aspectos negativos destas atividades cada vez mais vêm prevalecendo sobre os aspectos positivos no ambiente. Os aspectos negativos ocasionados, principalmente, pelos processos sociais de industrialização são traduzidos, muitas vezes, em impactos ambientais, podendo acarretar no esgotamento de recursos naturais, na poluição do solo, da água e do ar, no desequilíbrio dos ecossistemas e, conseqüentemente, na vida social.

A sociedade com potencial de autodestruição em função dos efeitos adversos ao ambiente proporcionados por esta própria sociedade, foi denominada pelo sociólogo alemão Ulrich Beck como a Sociedade de Risco. Não se trata dos perigos ou dos riscos por si só, diz Beck (2010), mas sim de demonstrar a possibilidade do surgimento de novas configurações sociais em função das atividades ligadas à industrialização.

Os riscos a que se refere este autor muitas vezes não são facilmente identificáveis e perceptíveis, sendo este um fator de crucial importância e motivo de preocupação com seus desdobramentos. Ou seja, os riscos ambientais ocasionados pelas atividades industriais não são, em regra, devidamente estudados e apontados, de modo que as consequências das alterações antrópicas na natureza não são totalmente conhecidas. Um colapso ambiental de grandes proporções, certamente, poderia acelerar o ritmo de destruição de parte dos seres vivos do planeta Terra, o que justifica todo e qualquer esforço para evitá-lo.

O desmatamento desenfreado de florestas com o comprometimento da capacidade da biosfera na conversão do dióxido de carbono em oxigênio; a poluição do ar por hidrocarbonetos e o conseqüente aumento da temperatura da terra; e a poluição das águas com a diminuição da biodiversidade marinha, são alguns exemplos dos problemas ambientais que já podem ser apontados como potenciais para desencadear um colapso ambiental.

No entanto, para fins deste estudo, conforme já tratado anteriormente, abordarei os resíduos sólidos, posto que o gerenciamento tido como inadequado

destes materiais enquanto aspecto, pode acarretar em impacto no ambiente. Os resíduos sólidos, comumente chamados de lixo, já são reconhecidamente responsáveis pela contaminação do solo, da água e do ar, sendo que urge encontrar alternativas para que estes materiais sejam corretamente gerenciados para evitar desastres ambientais de grandes proporções.

De fato, a geração de resíduos vem aumentando gradualmente, fazendo crescer a necessidade de encontrar formas de redução da sua geração, maneiras eficientes de reciclagem e destinação final que causem o mínimo de impactos ambientais negativos. No Brasil, por exemplo, entre os anos de 2003 e 2014 a geração de resíduos sólidos urbanos (RSU) aumentou 29%, ao passo que o crescimento populacional evidenciado no país neste mesmo período corresponde a 6% (ABRELP, 2013). Ou seja, o aumento na geração de resíduos neste espaço temporal de onze anos equivale a cinco vezes a taxa de crescimento populacional.

Seguindo o raciocínio sobre a lógica do consumismo verificada atualmente, faz-se necessário compreender como essa relação de consumo se caracteriza como uma das principais causas da geração de resíduos sólidos em escala. Várias causas podem ser elegidas para explicar o crescimento vertiginoso na geração de resíduos sólidos em escala mundial. O aumento da população global pode ser uma delas, bem como as facilidades proporcionadas pelos processos de globalização em relação à comercialização de bens. Entretanto, aqui será abordada com maior atenção umas das causas que não só produz resíduos sólidos, mas produz também configurações socioambientais. Trata-se da sociedade de consumo, segundo Baudrillard (2010), ou sociedade de consumidores, segundo Bauman (2008).

O sociólogo francês Jean Baudrillard, em sua obra "A Sociedade de Consumo" vai analisar as sociedades ocidentais contemporâneas, concentrando-se no fenômeno do consumo dos objetos, embora considere que este consumo surge como modo ativo de relação, não só com os objetos, mas com a sociedade e o mundo. Surge, segundo o autor, como modo de atividade sistemática e de resposta global, servindo de base a todo o sistema cultural. Também Zygmunt Bauman (2008) em seu livro intitulado "Vida para consumo: transformação de pessoas em mercadorias", trabalha com a ideia de uma sociedade de consumidores, em que os atores sociais são equiparados à mercadorias.

O consumo de massa e a obsolescência programada são características tanto da sociedade de consumo quanto da sociedade de consumidores que servem para

compreender o quanto o hábito de consumir altera configurações sociais e implica em impactos ambientais. É apropriado dizer, neste sentido, que a geração em grandes quantidades destes resíduos sólidos muitas vezes está associada ao nível de riqueza das populações, refletido na capacidade econômica de consumir, mas também guarda relações com os valores e hábitos de vida (GODECKE, 2012).

Neste ponto, portanto, pretendo estabelecer uma possível relação entre a geração de resíduos sólidos em larga escala e o consumo e como esses temas são discutidos no âmbito da sociologia ambiental. Para tanto, será imprescindível analisar como o ambiente vem sendo constituído como objeto epistêmico da sociologia e de que forma os conflitos ambientais decorrentes da gestão de resíduos poderão contribuir com esse debate.

Ao abordar a teoria do alemão Ulrich Beck sobre a sociedade de risco e o papel da política nessa perspectiva, torna-se possível compreender como a gestão de resíduos sólidos pode influenciar, acelerar ou frear o desenvolvimento de uma provável crise ambiental de origem antrópica. Cabe, também, trazer reflexões sobre o modelo de sociedade atual que, paradoxalmente, busca cada vez mais o consumo e o conforto, mas, ao mesmo tempo, começa a temer os riscos que esse padrão de vida pode acarretar no equilíbrio do ambiente, tudo isso no contexto de um mundo globalizado.

As consequências da industrialização iniciada na modernidade são sentidas de várias formas, com maiores e menores magnitudes, na economia, na sociedade, no planeta. No meio ambiente, essas consequências são acentuadas e evidenciadas sob vários aspectos, nas águas, no solo, no ar e na biota como um todo (bem como em sua relação com as dinâmicas sociais, econômicas, culturais).

A sociedade que antes da industrialização tinha característica eminentemente agrária e comercial, após este processo ganhou novos contornos como a mecanização, produção em massa e êxodo rural. Essa nova realidade mudou não apenas a sociedade global, mas também acarretou em alterações ambientais em escala global. No entanto, conforme acentua Fleury *et. al.* (2014), embora as transformações na sociedade decorrentes do processo de industrialização tenham ocorrido já no século XVIII, “é de apenas algumas poucas décadas para o presente que o ambiente tem sido construído como objeto epistêmico, e identificado como tema concernente às pesquisas em ciências sociais e particularmente na sociologia. (FLEURY *et. al.*, 2014, p. 35).” A década de 1970 foi marcada por diversos movimentos

sociais, inclusive por movimento de cunho ambientalista, que possibilitaram uma mobilização social e um maior envolvimento nas questões sociais.

O sociólogo John Hannigan vai considerar como marco o movimento Earth Day 1970, que contou com um número muito grande de participantes, tendo sido interpretado como o “dia um” do movimento ambientalista (FLEURY *et. al.*, 2014). Outros eventos importantes nesta época foram o Clube de Roma e seu relatório Meadows (1972) e a Conferência da ONU, em Estocolmo (1972).

Esses eventos serviram para que alguns sociólogos percebessem que não tinham nenhum corpo técnico ou investigação que os guiasse nos estudos da relação homem e natureza, já que os clássicos da sociologia como Marx, Durkheim e Weber deixaram um legado eminentemente antropocêntrico (FLEURY *et. al.*, 2014).

Os estadounidenses Catton e Dunlap criticavam este antropocentrismo do pensamento sociológico que o distancia da variável ambiental. Propuseram, então, a separação da sociologia em dois grandes paradigmas: HEP/NEP - Paradigma da Excepcionalidade Humana¹⁶ e Novo Paradigma Ecológico¹⁷ (FLEURY *et. al.*, 2014). Como uma forma de reação ao que foi proposto por Catton e Dunlap, foi formulada uma segunda estratégia de recepção epistemológica da relação homem e natureza na esfera da sociologia, caracterizada pela revisão das teorias sociológicas para extrair subsídios interpretativos da problemática ambiental.

Essa revisão seguiu em dois eixos principais: o primeiro foi a retomada das análises de Weber, Durkheim e Marx para a compreensão dos diversos aspectos da temática ambiental¹⁸. O segundo eixo, por sua vez, se caracterizou pela tentativa de subordinar a análise dos problemas ambientais às estratégias convencionais de abordagem empregadas para o entendimento de outros problemas sociológicos. Este eixo se apresenta com uma profusão de matizes, trazendo teorias como a de sociedade de risco de Ulrich Beck e a modernização ecológica, renovando o debate

¹⁶ HEP - O ser humano é uma criatura singular, pois tem cultura; a cultura pode variar quase que infinitamente e pode mudar muito mais rápido que as características biológicas; e a acumulação cultural significa que o progresso pode continuar sem limites, possibilitando a solução de todos os problemas sociais.

¹⁷ NEP- os seres humanos são apenas uma das muitas espécies que de maneira interdependente estão envolvidas nas comunidades bióticas que moldam nossa vida social; b) as complexas ligações entre causa e efeito e o feedback na trama da natureza (*web of life*) produzem muitas consequências não voluntárias a partir da ação social intencional; e c) o mundo é finito, existindo assim limites potenciais físicos e biológicos que reprimem o crescimento econômico, o progresso social e outros fenômenos da sociedade. (Catton; Dunlap, 1980).

¹⁸ Entre os defensores dessa corrente se destacam Alan Schnaiberg e James O'Connor.

sobre as questões ambientais e representando uma guinada ecológica¹⁹ (FLEURY *et. al.*, 2014).

Ulrich Beck vai formula a ideia de que a sociedade pós-industrial vai alterar a natureza sem se importar ou por desconhecimento dos reais efeitos das atividades industriais de tal forma que novos riscos emergem imbricados aos impactos ambientais destas atividades e podem causar a destruição da própria sociedade. A possibilidade da autodestruição e a consciência da imprevisibilidade dos efeitos da modernização é denominada de sociedade de risco.

Beck (2010) considera o conflito ecológico como disputa negativa, em que estão presentes perdas, destruições, ameaças. “Um jogo de autodestruição coletiva que se volta contra os jogadores. Na roleta ecológica, portanto, não há vencedores, mas somente vantagens relativas, efêmeras e sempre ameaçadas.” (BECK, 2010, p. 232)

No início dos processos sociais de industrialização se pensava, de maneira geral, que os recursos naturais seriam inesgotáveis e o foco era no crescimento e na geração de riqueza. Mas, não tardou até esse modelo de produção começar a receber críticas, já que era visível que os recursos naturais são limitados (ADLER, 2011).

Os estudos de Beck vão dizer que o paradigma do risco está substituindo o paradigma da escassez (produção de riqueza como padrão da sociedade industrial). Ou seja, a preocupação e o medo que os recursos naturais acabem (escassez), presentes anteriormente nas análises da sociologia ambiental, já não impera, na medida em que outro temor ganha força: o medo das consequências dos processos antrópicos, principalmente os industriais, no ambiente com a possibilidade de resultados imprevisíveis (paradigma dos riscos ambientais) (FELURY, *et. al.*, 2014).

Em um de seus textos denominado “A Política na Sociedade de Risco”²⁰, publicado em 1991, Beck (2010) vai questionar como uma política ecológica de autolimitação ganha poder e poderia se impor em um contexto social em que se privilegia a produção industrial e o crescimento econômico. O referido texto, assim como o resto dos trabalhos de Beck sobre risco, tem como tônica uma abordagem que aponta para a incerteza, ligada à sociedade industrial e suas tecnologias. Beck (2010) vai tratar da ausência de soluções que a própria sociedade se coloca (“beco sem saída”).

¹⁹ Sociólogos como Anthony Giddens e Ulrich Beck que antes não se identificavam com a questão ambiental começaram a dar importância às questões ecológicas e socioambientais.

²⁰ Primeiro capítulo do livro “*La politique dans la société du risque*”.

O autor também vai falar da necessidade de criação de mecanismos jurídicos para responsabilização dos responsáveis por evitar possíveis desastres ecológicos. “O conflito que agora eclode, é um conflito de responsabilidade” (BECK, 2010, p. 235). O fato de a humanidade não compreender bem as causas e os efeitos (principalmente estes) dos problemas ambientais, acaba por ser um dos principais motivos do fracasso do movimento ecológico. Que isso só pode ser mudado se houver mudança de normas e leis reguladoras sobre as responsabilidades. (BECK, 2010). Por exemplo, na análise documental que realizei para este estudo a PNRS pode ser considerada uma destas leis, na medida que estabelece as responsabilidades dos geradores de resíduos, do “berço ao túmulo”, como se costuma dizer. No Brasil, principalmente a Lei dos Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605 de 1996) conta em explicar as responsabilidades administrativas, civis e criminais daqueles que cometem crime ou contravenções penais contra o ambiente.

Este mesmo autor em seu livro intitulado “Sociedade de Risco”, publicado na Alemanha em 1986, vai citar o exemplo dos incidentes que demonstram como a humanidade não compreende os desdobramentos de suas atividades industriais no ambiente e o seu potencial de autodestruição: Bhopal, na Índia, no ano de 1984, quando uma grande quantidade de gases tóxicos vazou de uma fábrica estadunidense de pesticidas, deixando milhares de mortos; e Chernobyl, na Ucrânia, onde em 1986 um “acidente” nuclear, envolvendo o reator central da usina criada pela União Soviética naquela cidade resultou em muitas mortes e, até os dias atuais, ainda deixa rastros de contaminação radioativa.

Atualmente, dois outros eventos também corroboram o alerta feito por Beck e serviriam para ilustrar sua teoria, caso o autor ainda estivesse vivo²¹: o caso da usina nuclear de Fukushima no Japão e o caso do “mar de rejeitos” resultantes das atividades de mineração da empresa Samarco, no município de Mariana/MG. Todas as situações acima elencadas podem ser consideradas imprevisíveis (embora talvez no caso de Mariana fosse possível prever), sendo resultantes de atividades industriais e que causaram sérios impactos ambientais negativos.

Ao tratar dos riscos das atividades industriais e da imprevisibilidade de catástrofes ambientais deles resultantes, Beck (2010, p. 230) descreveu:

²¹ Ulrich Beck faleceu no ano de 2015.

Onde as seguradoras privadas se recusam a cobrir riscos – tal é o caso para o desenvolvimento tecnológico que evocamos –, transpassamos o limiar entre riscos calculáveis e perigos incalculáveis. Dito de outra forma: à luz dos riscos incorridos, o sistema regulador que controla “racionalmente” as destruições industriais, se assemelha aos freios de uma bicicleta montados em um avião supersônico.

Demajorovic (2014) ao tratar da sociedade de risco e da gestão socioambiental nas empresas, vai citar alguns exemplos de como a incorporação de estratégias e ações socioambientais adotadas para se adequar a uma nova realidade de medos e incertezas²².

Como neste estudo se trata da relação entre a sociedade de risco e os resíduos sólidos, o exemplo dos rejeitos nucleares, pode ser extremo, mas elucida muito bem os riscos ambientais a que Beck se refere. Afinal o que fazer com os rejeitos nucleares? Atualmente, não existe maneira eficiente de “se livrar” dos resíduos nucleares. O tempo de meia vida dos isótopos radioativos é muito longo, sendo que durante esse período podem emitir partículas perigosas, sendo necessário o período de dez meias-vidas para cessar a emissão radioativa (CNEM²³). Várias formas de disposição destes materiais já foram pensadas, como, por exemplo, serem enviados em cápsulas para o fundo do mar ou para o espaço, mas o que se tem adotado é apenas a inertização desses resíduos, ficando depositados nas usinas nucleares durante o tempo necessário para cessar a emissão de partículas radioativas.

No Brasil, a Lei Federal 10.308 de 2001 dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos. De acordo com esta lei cabe à União a responsabilidade pelo destino final dos rejeitos nucleares, obedecidas às normas do Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Importante ressaltar que esses rejeitos não são gerados apenas em usinas nucleares, mas também no setor de serviço de saúde, através de equipamentos de emissão de ondas de raio X.

Trazendo mais uma vez a situação do Brasil, um caso foi bastante divulgado, sendo considerado o maior acidente radiológico do mundo, deixando mais de 100

²² Vai mencionar o exemplo da Polaroid, empresa estadunidense, que foi obrigada a mudar o *design* do seu produto para se adaptar a legislação ambiental sobre embalagens da Alemanha. Também a rede MacDonald's que logo após sofrer pressão de ambientalistas em relação à geração de resíduos, teve que substituir as caixas plásticas (poliestireno) por embalagens de papel, em um caso que se tornou emblemático.

²³ <http://www.cnem.gov.br/perguntas-frequentes#32>

vítimas. Trata-se do ocorrido há 30 anos no município de Goiânia (GO), onde dois jovens catadores de materiais recicláveis entraram em contato com material radioativo (Césio 137) contido em um aparelho disposto de forma irregular em um prédio abandonado. Atualmente ainda existe rastro de radiação no local.²⁴

Deixando a discussão mais próxima à realidade empírica deste estudo, outros resíduos que são gerados no cotidiano nas cidades brasileiras, caracterizados como RSU, embora dificilmente possam desencadear desastres ambientais, também podem ilustrar a questão do risco. Pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes são considerados resíduos perigoso ou Classe I²⁵, possuindo metais pesados no estado sólido ou gasoso em suas composições, com potencial de contaminar os seres vivos, ficando acumulados nos níveis tróficos das cadeias alimentares. Nas cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas – RS estes materiais são comumente encontrados misturados junto aos resíduos recicláveis, situação que expõe as(os) triadoras(es) a diversos riscos e doenças²⁶.

O posicionamento crítico de Ulrich Beck remete a reflexão sobre a importância da sociologia para lidar com a realidade social de exposição aos riscos ambientais oriundos das atividades antrópicas.

A Sociologia é a ciência (talvez a única, se colaborar com as ciências históricas e políticas da “questão social”) que pode, ou com mais prudência: poderia, romper com a incapacidade de agir, produzida por outras ciências, resultante de seu olhar esfatiado sobre a natureza; com pesquisas e argumentações de curta visão, impotentes para responder aos desafios atuais, reganhando a sua perspectiva histórico-social e sua força de diagnóstico. Pertence a ela elaborar a doutrina que permitirá, contra a sociedade industrial e suas instituições, mudar aqueles que bloqueiam a necessária reforma ecológica tanto no âmbito do pensamento como da ação. (BECK, 2010, p. 238)

Após elaborar discussões sobre como a sociologia ambiental aborda a problemática dos resíduos sólidos, passo, agora, a analisar a sociedade de consumo na perspectiva de Bauman e Baudrillard. Busco analisar qual a influência dessa sociedade categorizada por estes autores na geração de resíduos sólidos e como isso reflete na vida e na identidade das(os) triadoras(es) de resíduos, conforme exposto a seguir.

²⁴ No âmbito radioativo, o Césio 137 só não foi maior que o acidente na usina nuclear de Chernobyl, em 1986, na Ucrânia, segundo o CNEM.

²⁵ Segundo a NBR ABNT 10.004 de 2004.

²⁶ O mercúrio encontrado nas lâmpadas fluorescentes, por exemplo, tem a capacidade de afetar o sistema nervoso central e, quando em altas concentrações, pode levar a morte.

1.3 Sociedade de consumo, produtivismo e geração de resíduos

Para a discussão envolvendo a sociedade de consumo trarei dois autores principais: Jean Baudrillard e Zygmunt Bauman²⁷, para depois destinar meus esforços na tentativa de relacionar este tema com a realidade atual da geração dos resíduos sólidos. Embora as abordagens de Bauman (2008) e Baudrillard (2003) tenham críticas pela abstração que transmitem, acredito ser possível, embora desafiador, relacionar a suas teorias de fundo abstrato com um tema concreto como é o caso dos resíduos sólidos.

O que aqui pretendo não é discutir questões de opinião ou de gosto. Não se trata de uma crítica àqueles que preferem gastar seu dinheiro com coisas que podem ser consideradas sem necessidades e supérfluas, mas sim de discutir as relações que estes hábitos consumistas têm com a questão ambiental e com a sociedade.

Bauman (2008) ao tratar das características da sociedade que se baseia no consumo vai dizer que:

a sociedade de consumidores representa um conjunto peculiar de condições existenciais em que é elevada a probabilidade de que a maioria dos homens e das mulheres venha abraçar a cultura consumista em vez de qualquer outra, e de que na maior parte do tempo obedeçam aos preceitos dela com máxima dedicação (BAUMAN, 2008, p. 70).

Uma cultura consumista, continua o autor, seria um modo de comportamento irrefletido, em que se subvertem os objetivos de vida que se acredita corretos e como alcançá-los. A sociedade de consumidores representa uma sociedade que "promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida" (BAUMAN, 2008) em uma estratégia essencialmente consumista e que rejeita outras opções culturais.

Para Barbosa (2010) a sociedade de consumo "é um dos inúmeros rótulos utilizados por intelectuais, acadêmicos, jornalistas e profissionais do *marketing* para se referir à sociedade contemporânea." Bauman (2008) vai dizer que ao longo da história moderna, principalmente no período da industrialização, os homens tinham a

²⁷ Baudrillard, filósofo e sociólogo francês, falecido no ano de 2007, escreveu, como uma de suas principais obras, "Sociedade de Consumo". Já Bauman foi um sociólogo polonês falecido recentemente (09 de janeiro de 2017), responsável por escrever várias obras que procuraram demonstrar que as relações entre os indivíduos em sociedade estão cada vez menos duradouras e menos frequentes (líquidas, na linguagem que o próprio Bauman utiliza). Para este estudo irei trabalhar com o livro "Vida para consumo: transformação de pessoas em mercadorias".

função de produtores e soldados e as mulheres eram fornecedoras de serviços. O espírito dos trabalhadores masculinos, principalmente, deveria ser silenciado, "desativado", deixado de fora ao se elaborar políticas e movimentos táticos. Já na sociedade de consumidores, profundamente distinta da sociedade de produtores/soldados, seus membros sofrem coerção desde a infância na administração do espírito, sendo treinados para o consumo. Essa guinada teria sido crucial, segundo este autor, para que os membros da sociedade migrassem dos *habitats* formados no entorno das indústrias para *habitats* em torno dos shopping centers, onde as mercadorias são procuradas, encontradas e obtidas.

O sociólogo francês Jean Baudrillard vai dizer que a abundância das sociedades ricas está associada ao desperdício, embora Bauman (2008) acentue que o consumo não se restringe àqueles que possuem capacidade financeira para adquirir bens supérfluos. Também aqueles desprovidos de capital econômico acabam coagidos à consumir, gastando o pouco dinheiro que têm com objeto de consumo sem sentido, para não serem excluídos socialmente (BAUMAN, 2008).

O consumo normalmente está associado a um elevado grau de produtivismo e ao desperdício. Exemplo disso é obtido facilmente se pensarmos no atual sistema de restaurantes e lanchonetes. Primeiramente, o desperdício do próprio alimento: estabelecimentos comerciais oferecem sistemas de rodízio, por exemplo, em que os clientes não dão conta de terminar o alimento que está no prato, mas os garçons já estão novamente na mesa para servir a próxima iguaria. Uma quantidade muito grande de alimentos acaba sendo desperdiçada. Provavelmente, *a priori* a ideia não seja de desperdiçar, mas é exatamente disso que trato aqui, isto é, do fato da sociedade não estar atenta, além de não dar a devida importância para as consequências das suas atividades de consumo.

Além dos restos de alimentos também as embalagens destes podem ser representantes do desperdício e dos hábitos de consumo. As redes de *fastfood* são um ótimo exemplo para o que abordo ao longo desse estudo. A começar pelos canudos de plástico utilizados para ingerir as bebidas, que, primeiramente, são completamente dispensáveis, pois é possível, simplesmente, tomar a bebida sem o canudo, direto no copo. Depois porque o canudo, por sua vez, contém uma embalagem por unidade. Ou seja, cada pequeno canudinho vem envolto com sua própria embalagem que é descartada antes mesmo do consumo da bebida em si. Inclusive existem ONGs internacionais determinadas a acabar com o uso do canudo

descartável²⁸. Além dos canudos, todas as demais embalagens desnecessárias de alimentos são exemplo de como as redes de comida rápida endossam a lógica do consumo e do desperdício.

Neste contexto, os(as) catadores(as) de materiais recicláveis e as cooperativas de triagem de resíduos, através de seus atores sociais, entram em cena. Em se tratando de Brasil, caso inexistissem estes(as) trabalhadores(as) grande parte destes resíduos recicláveis acabariam tendo como destino o ambiente, sem nenhum tratamento, comprometendo os recursos hídricos, o solo e a atmosfera.

A segunda parte do livro “Sociedade de Consumo” de Baudrillard (2003), denominada “Teoria do Consumo” é a que mais guarda relação com o que aqui venho propor. O autor trabalha com a lógica social do consumo e como este pode estar relacionado à felicidade, no que denomina de “propensão natural à felicidade” (BAUDRILLARD, 2003). O autor vai mais longe: diz que todas as sociedades desperdiçaram, dilapidaram, gastaram e consumiram sempre além do estrito necessário, pela simples razão de que é no consumo do excedente e do supérfluo que os indivíduos, mas também a sociedade, sentem-se vivos.

Bauman (2008), continuando sua análise sobre a sociedade de consumidores, considera que o objetivo crucial do consumo nesta sociedade não é a satisfação de necessidades, nem tampouco de desejos e vontades, mas sim o de elevar os consumidores à categoria de mercadorias. As pessoas precisam ser desejáveis o suficiente para encontrar “clientes interessados”.

Está presente nas teorias de Bauman e Baudrillard, portanto, a ideia de generalização da sociedade de consumidores. Ou seja, não há escolha de raça, cor, sexo ou gênero, todos são consumidores em potencial.

Outra faceta assumida pela sociedade de consumo, mais especificamente pelos os atores sociais que atuam na indústria, é a obsolescência programada. A obsolescência programada, para Silvia (2012) seria uma estratégia da indústria para “encurtar” o ciclo de vida dos produtos, visando a sua substituição por novos e, assim, fazendo girar a roda da sociedade de consumo. Poderíamos dizer que há uma lógica

²⁸ <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/06/ong-se-dedica-exterminar-todos-os-canudos-de-plastico-da-face-da-terra.html>

da “descartabilidade” programada desde a concepção dos produtos. Em outras palavras, as coisas já são feitas para durarem pouco²⁹.

Os aparelhos eletrônicos são ótimos exemplos de objetos que são industrializados já com seus dias contados, mas isso de maneira proposital. Ou seja, a indústria fabrica tais aparelhos com uma curta vida útil para obrigar os consumidores a adquirirem mais brevemente novos produtos.

Para Eidt (2011), a sociedade tem sede de consumo e:

É no consumo que os indivíduos contemporâneos se identificam; entretanto, essa identificação tem fim marcado, tornando impossível uma relação duradoura entre homens e mulheres, pois os produtos fabricados pelos mercados móveis e fluidos da contemporaneidade têm como característica máxima a obsolescência programada. (EIDT, 2011, p. 16)

Os aparelhos celulares (*smartphones*), por sua vez, também têm suas peculiaridades. No caso destes aparelhos, não é exatamente a qualidade das peças do produto que influencia na sua vida útil, mas sim a capacidade de atualização dos seus sistemas. Os *smartphones*, como são conhecidos os celulares dos dias atuais, ficam obsoletos rapidamente, pois as companhias de telecomunicação atualizam frequentemente seus sistemas operacionais, sendo que apenas aparelhos novos tem a capacidade de receber esta atualização.

Ainda sobre os *smartphones*, é fato que a sociedade está cada vez mais dependente desse tipo de objeto e tecnologia, o que coaduna com a ideia de Baudrillard (2003), na qual nos tornamos escravos dos objetos e do consumo.

Estes aparelhos eletrônicos são notadamente compostos de materiais de difícil degradação no ambiente (plásticos de origem mineral), que demoram séculos para se incorporar ao ambiente, mas também por substâncias perigosas³⁰ como os metais pesados, incluindo o chumbo, mercúrio e o cádmio. Estes metais pesados não são processados pelos organismos vivos, ficando acumulados nos diferentes níveis tróficos da biosfera. Como não são expelidos pelo organismo, estes metais podem trazer serias complicações à saúde animal (inclusive humana), quase sempre relacionadas a danos no sistema nervoso.

²⁹ Silvia (2012) vai falar do emblemático caso da lâmpada de Livermore (cidade da Califórnia), que funciona desde 1901, com direito à festa de aniversário e tudo, fazendo uma sátira às lâmpadas vendidas hoje em dia, que funcionam por poucos meses.

³⁰ Ou Classe I, segundo a NBR ABNT 10.004 de 2004.

Portanto, não é possível pensar que a geração de resíduos sólidos traz riscos ao ambiente. Toda vez que um resíduo, principalmente o considerado perigoso, é descartado incorretamente, os impactos no ambiente são previsíveis e já largamente estudados, mas há muitas controvérsias sobre o efeito que a longo prazo essas substâncias podem causar no ecossistema.

Os esforços devem ser grandes para solucionar as questões de disposição final, reuso e reciclagem destes resíduos. Enquanto estas soluções não aparecem, temos que adotar medidas mitigatórias e evitar tratamento de fim de tubo³¹.

Nas últimas cinco décadas, com o entendimento da cadeia de geração de resíduos, as políticas de controle da poluição evoluíram dos métodos conhecidos como de “fim-de-tubo” para outras mais recentes, baseadas no princípio da prevenção, que modificou uma abordagem considerada convencional de “O que fazer com os resíduos?” para “O que fazer para não gerar resíduos?” (CNTL, 2003).

Segundo relatado nas entrevistas que realizei junto às(aos) triadoras(es), a consciência da população de Pelotas – RS quanto às questões ambientais prejudica a atuação destes atores sociais. Não se trata aqui da compreensão por parte da população de não gerar resíduos, mas sim da falta de conhecimento ou de interesse em separar os resíduos corretamente, prejudicando o trabalho nas cooperativas de triagem e um melhor aproveitamento na reciclagem. Por exemplo, as(os) triadoras(es) entrevistados(as) disseram eu as pessoas enviam papel reciclável na mesma sacola que a erva-mate, sujando o papel e impossibilitando a sua reciclagem. Também foram recorrente o relato dos(as) entrevistados(as) sobre o envio recorrente de animais mortos e de resíduos do serviço de saúde para as cooperativas.

Outro ponto que pode ser avaliado para auxiliar na análise desse processo social sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos em geral, é a influência do global no local e vice-versa. Isto é, como os resíduos sólidos podem afetar o ambiente e a sociedade localmente por influência do global e o ambiente global pode ser afetado por atividades locais. Saskia Sassen (2007) vai dizer que o global está presente no local. O global transcende o quadro exclusivo dos Estados Nacionais, habitando, parcialmente, os territórios e instituições nacionais. Ao refletir sobre isso é possível

³¹ Conforme já mencionado, a abordagem convencional na gestão de resíduos leva em consideração adotar medidas para tratar os resíduos sólidos pós consumos, também conhecida como medida de “fim de tubo”. É o contrário do que preconiza a abordagem lógica, que prioriza a não geração de resíduos para só na falta de alternativas econômica e tecnicamente viáveis tratar ou dispor os resíduos em aterros.

pensar no caso dos resíduos que são destinados e dispostos aqui no Brasil. Grande parte dos resíduos recicláveis que são descartados em nosso país advém de fora, na maioria de países asiáticos.

O global, portanto, não está apenas nas transações econômicas entre Estados ou entre multinacionais, mas também habita o dia-a-dia dos indivíduos e de pequenos grupos (SASSEN, 2007). Muito dos materiais (embalagens, por exemplo) triados pelas cooperativas de Pelotas-RS, objeto deste estudo, são fabricados em outros países, principalmente na China, e acabam tendo seu destino final em outros países. A importação de produtos e subprodutos é cada vez mais comum, restando “os vestígios do global” no ambiente do local.

Andrade (2011) vai dizer que a globalização não causa impacto apenas sobre as técnicas de manejo dos resíduos sólidos, mas também pelo padrão de consumo capitalista e pelas estratégias de geração de lucro por partes das empresas, destacando a obsolescência programada e a produção de supérfluos. Além disso, continua o autor, outros aspectos da globalização também afetam a relação político-econômica entre países centrais e periféricos, tornando-a desigual e gerando disparidades entre os seus territórios (ANDRADE, 2011).

Após a colocação das diferentes abordagens teóricas sobre a sociedade de consumo e sobre a sociedade de risco foi possível refletir e considerar o que segue. Embora a definição de sociedade de consumo e sociedade de risco sejam tentativas teóricas para explicar o estágio atual da sociedade, nenhuma delas atinge esse objetivo sozinha, pelo contrário, são abordagens complementares. Não basta o somatório das duas teorias para caracterizar a sociedade. Ambas dão conta de explicar algumas das muitas características da multiplicidade que a sociedade se apresenta nos dias atuais.

Em uma sociedade em que todos parecem ter o dever do consumo como vocação, deve-se compreender que muitas vezes é desencadeado por uma busca incessante por status e colocação social, mas que não carrega a necessária reflexão sobre os riscos e sobre os impactos ambientais negativos que seus hábitos possam causar.

A opinião de Ulrich Beck sobre a responsabilidade, principalmente penal, de que apenas a tentativa de conscientização da sociedade não tem se mostrado suficiente para mudar o panorama atual, merece reflexão, ainda mais em um trabalho que aborda a questão dos resíduos sólidos. De certo modo, enquanto não existirem

políticas públicas e leis (no Brasil, mas também no âmbito internacional) que estejam voltadas a controlar as atividades humanas com potencial de destruição do ambiente, como, por exemplo as que envolvem a gestão de resíduos sólidos, os impactos ambientais conhecidos e os riscos de impactos desconhecidos, vão permanecer.

O lógica da reflexão que aqui se tenta esboçar parece simples: quanto mais se consome, mais se gera resíduos sólidos; a geração de resíduos sólidos, por sua vez, implica em impactos ambientais; os impactos ambientais podem causar efeitos desejados e indesejados, conhecidos ou desconhecidos no ambiente; quando indesejados e desconhecidos estes impactos, maiores os riscos de ocorrer uma catástrofe ambiental com potencial de devastar com os ecossistemas e, portanto, acabar com a vida na Terra.

Sob essa perspectiva, a busca por soluções para os problemas socioambientais relacionados ao gerenciamento dos resíduos sólidos não é atual, permeando a agenda política no Brasil desde a década de 1970. Desse modo, ações estatais estabelecem regras para o gerenciamento destes materiais de suma importância, principalmente quando estas ações se convertem em políticas públicas capazes de conciliar os anseios de alguns segmentos da sociedade que buscam parâmetros de sustentabilidade. Assim, a seguir serão expostas algumas abordagens teóricas sobre políticas públicas, suas definições e origens, sob uma perspectiva de contexto mais amplo no Brasil, até o foco nas políticas públicas de resíduos sólidos envolvendo a cidade de Pelotas/RS.

1.4 Políticas Públicas relacionadas aos resíduos sólidos e suas implicações socioambientais no contexto das cooperativas de triagem de Pelotas - RS

A área da política pública é considerada multidisciplinar, tendo estrita relação com a sociologia, ciência política e economia. Souza (2006) vai dizer que qualquer teoria da política pública acarreta em inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. A autora vai conceber uma definição de política pública como "o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)" (SOUZA, 2006, p.26).

Dando sequência à sua análise sobre as políticas públicas, a autora vai tratar do papel dos governos. Vai dizer que existe uma autonomia relativa dos Estados, tendo um espaço próprio de atuação, mas permeável a influências internas e externas (defendida por Evans, Rueschmeyer e Skocpol, 1985). Essa autonomia relativa, continua Souza (2006), gera determinadas capacidades, capazes de criar as condições para a implementação de objetivos de políticas públicas. Vai dizer, também, que grupos de interesses e movimentos sociais se envolvem na formulação das políticas públicas.

Considerando o caso brasileiro, nos últimos anos, políticas públicas de incentivo ao cooperativismo e inclusão das cooperativas e dos(as) catadores(as) e triadoras(es)³² na gestão municipal dos resíduos, estão presentes na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Por exemplo, em Pelotas, município no qual realizo esta pesquisa, também existe um fomento ao cooperativismo das(os) triadoras(es) e catadores(as) de resíduos, preconizado pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e pelo SANEP. A autarquia municipal trabalha com um sistema de repasse para as cooperativas de triagem conveniadas. O valor de até R\$ 15.000,00 repassado às cooperativas serve, principalmente, para a aquisição de materiais de consumo e bens duráveis, embora muitas das cooperativas utilizem essa verba para o pagamento dos rendimentos dos(as) cooperados(as).

A PNRS estabelece que os municípios para obterem recursos para políticas públicas de resíduos sólidos junto à União, devem elaborar um plano para gerenciar esses materiais. Este plano pode aparecer como parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), quando a população do município for pequena e os resíduos não forem complexos, ou de forma independente como um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), quando o tamanho do município e a característica dos resíduos exigir.

O ciclo da política pública seria um ciclo deliberativo, sendo formado, segundo Souza (2006), por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. A autora vai falar de seis estágios com os quais é constituído o ciclo das

³² O Estado, através da legislação ambiental brasileira, propõe uma categorização destes(as) trabalhadores(as), genericamente, como catadores de materiais recicláveis. Segundo o Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010 fica estabelecido que: “Para os fins deste Decreto, consideram-se catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis as pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis.”

políticas públicas: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

A política pública pode ser considerada palco de lutas pelo poder e por recursos protagonizadas pelos grupos sociais, podendo estas lutas tomarem proporções de cerne da formulação daquelas políticas, conforme aponta Souza (2006). Essa luta é mediada, segundo Souza (2006), por instituições políticas e econômicas, podendo direcionar as políticas públicas e privilegiar alguns grupos em detrimento de outros. Mas apenas as instituições não desempenham todos estes papéis sozinhas, havendo, também, “interesses, como nos diz a teoria da escolha racional, ideias, como enfatizam o institucionalismo histórico e o estrutural, e a história, como afirma o institucionalismo histórico” (SOUZA, 2006, p. 39).

A autora ainda vai dizer que a modelagem de decisão e de implantação da política pública vão depender da identificação do tipo de problema que estas políticas visam corrigir, podendo ser na chegada desse problema ao sistema político e à sociedade. Isto deve ser considerado o principal foco analítico da política pública (SOUZA, 2006)

Andrei Trevisan (2008) em seu artigo intitulado “Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica em um campo em construção” vai trazer um apanhado histórico da origem dos estudos em políticas públicas, tendo início na década de 1950 no Estados Unidos, ganhando força na Europa (especialmente na Alemanha) na década de 1970, coincidindo com o período em que estes estudos começaram no Brasil.

Nesta visão, são investigados os déficits de impacto, além dos efeitos colaterais não desejados, visando extrair consequências para ações e programas futuros. Nessa etapa, argumenta Trevisan (2008), se foram atendidos os objetivos dos programas pode chegar ao fim ou ser suspenso o ciclo político ou pode se iniciar um novo ciclo. Trevisan (2008) também vai abordar os aspectos atinentes à avaliação das políticas públicas. Inicia tratando do termo “avaliar” e suas diferentes conotações. Vai dizer que as avaliações das políticas públicas podem ser usadas para criticar os governos, ao mesmo tempo que também os governos podem se valer das políticas públicas para promover as suas próprias políticas.

Nesta perspectiva, é possível estabelecer, de acordo com Trevisan (2008), três funções básicas atribuídas à avaliação: informação, realocação e legitimação, para se remeter às três fases evolutivas das pesquisas de avaliação que vai dos anos 1960 aos anos 1990. Nesse veio, conforme levantado pela literatura em avaliação de

políticas públicas, a função de avaliação passou por deslocamentos teórico-discursivos, tomando-se como ponto de partida a década de 1960. Nesse período, a ênfase política sobre a avaliação concentrou-se no fornecimento de informação para os gerentes de programas públicos, de forma a garantir *feedbacks* para correções de rumo. Na década de 1980, a avaliação pende para a função de (re)alocação, ou seja, buscava-se eficiência na alocação de recursos com base em critérios racionais do processo orçamentário. (TREVISAN, 2008)

A década de 1990, segundo aponta Trevisan (2008), marca a última fase evidenciada pela literatura, na qual o deslocamento teórico-discursivo é fortemente marcado pelo questionamento do papel do Estado, aliado à influência da nova administração pública. A avaliação assume a função de legitimação, ao mesmo tempo em que são exigidos resultados da administração e das políticas públicas. Vai tratar, primeiramente, do termo “Política”, dizendo que pode assumir duas conotações principais que a língua inglesa consegue diferenciar: *policy* e *politics*. O sentido do primeiro termo, segundo Lima (2012), vai ser o de “atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem”.

Já Frey (2000) ao discutir alguns conceitos básicos das políticas públicas vai mencionar as fases do agir público, debruçando-se especialmente sobre a última fase do ciclo político, que seria a avaliação de políticas e da correção de ação (*evaluation*), na qual se apreciam os programas já implementados no que diz respeito aos seus impactos efetivos. A abordagem estatista leva em consideração o monopólio dos atores estatais, sendo que a personalidade jurídica do formulador é que irá determinar se a política é ou não pública. Já para Rua (2009) *apud* Lima (2012) “a dimensão pública de uma política é dada pelo seu caráter jurídico imperativo, assim políticas públicas (*policy*) compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos.” Mesmo que ações e decisões privada tenham interesse público não se confundem com política pública.

Quando se trata de políticas públicas voltadas aos resíduos sólidos no Brasil, inevitável não abordar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei Federal 12.305 de 02 de agosto de 2010. Regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404 de 2010, a PNRS pode ser considerada como um marco regulatório para o setor de resíduos no Brasil, trazendo importantes dispositivos sobre o tema.

A PNRS traz uma série de previsões que envolvem as cooperativas ou associações de triagem de resíduos, estabelecendo um sistema de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e formas de parceria entre estas instituições, o poder público e as empresas de reciclagem. O Anexo 4 deste trabalho traz os artigos da PNRS que tratam, direta ou indiretamente, das cooperativas ou associações de triadoras(es) e catadores(as).

O Decreto-lei Nº 7.404 de 2010, por sua vez, regulamenta a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a PNRS, cria o Comitê Interministerial da PNRS e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa. Já o Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, institui o Programa Pró-Catador³³ e denomina como Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo.

Todo este arcabouço legal fixou os dois princípios básicos para balizar as políticas públicas de gestão de resíduos sólidos, a saber: a logística reversa com responsabilidade compartilhada das indústrias pelo ciclo de vida dos produtos descartados do consumo; e o protagonismo das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, baseado na economia solidária e em tecnologias sociais voltadas ao fortalecimento do cooperativismo. (STROH, 2011)

Quando trata das políticas públicas federais sobre resíduos, catadores(as) e cooperativas de triagem, Baptista (2016), vai considerar que com a sanção da PNRS não houve uma mudança de panorama em relação a estes atores, e sim uma institucionalização da exploração. Considera que a conjuntura continua desfavorável aos catadores, elencando como exemplo disso o analfabetismo, a gestão amadora, os valores de vendas achatados pelos atravessadores e recicladores, falta de cultura cooperativista e a ausência de planos estruturais pelas prefeituras, sendo que a maioria das políticas públicas propostas por estas são de caráter assistencialista.

³³ Dentro do Programa Pró-Catador foi criado o projeto Cataforte. Este projeto está na sua terceira fase, sendo que em sua primeira fase, o **Cataforte I**, destinou-se ao fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis. Já o **Cataforte II** deu enfoque à logística solidária, ou seja, ao fortalecimento da infraestrutura de logística das cooperativas e associações em rede, aprimorando as capacidades operacionais desses empreendimentos e; o **Cataforte III**, em implementação, destina-se à estruturação de negócios sustentáveis em redes solidárias de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, visando avanços na cadeia de valores e inserção no mercado da reciclagem. (MMA, disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis>, acesso em 17/07/2017)

Costa (2016) pondera que os(as) catadores(as) geralmente trabalham com a família e moram em lugares próximos ao da coleta do material reciclável, muitas vezes em condições tão precárias de sobrevivência que muitos se misturaram ao lixo, ao que sobra, e, por isso, são considerados moradores de rua. E quando estes atores sociais participam de cooperativas e associações, estas não possuem a devida infraestrutura e regulamentação, o que gera a precarização do trabalho e uma consequente invisibilidade social.

De fato, as cooperativas de triagem de resíduos no Brasil destacam-se como mecanismos importantes no campo socioambiental, mas estas também podem ser consideradas economicamente viáveis no sistema de gestão de resíduos sólidos. Baptista (2016) vai dizer que o fomento e a efetiva criação destas cooperativas aparece como uma solução eficiente e barata aos gestores públicos e aos criadores e aplicadores das políticas públicas sobre resíduos, considerando que o trabalho realizado pelas(os) triadoras(es) é imprescindível aos municípios, principalmente, já que transfere a responsabilidade destes gestores em contratar pessoal para trabalhar na reciclagem.

Os interesses também convergem, pois a municipalidade consegue trabalhar políticas públicas de gestão de resíduos sólidos, ao mesmo tempo que resolve parte das políticas de inclusão social, proporcionando melhores condições de trabalho e de vida aos(às) cidadãos que atuavam nas ruas e passam a trabalhar nas cooperativas ou associações. Além disso, também as empresas e atravessadores se beneficiam do trabalho das(os) triadoras(es). O resíduo sólido é segregado e organizado nas cooperativas e chegam aos sucateiros e recicladores com pouco valor agregado, podendo resultar numa maior margem de lucro a estes últimos atores da cadeia dos resíduos sólidos (BAPTISTA, 2016).

Segundo este autor, ao se observar as estruturas das coletas seletivas é possível constatar que se trata de um sistema em que os preços de venda dos materiais são achatados, não colaborando com a permanência dos cooperados, forçando estas instituições a apenas receberem e triarem estes materiais. Não há incentivo ao beneficiamento que, por sua vez, poderia agregar valor através de novas tecnologias, novos processos e metodologias de trabalho. São os atravessadores e as empresas de reciclagem que acabam lucrando com o sistema em vigor.

Na sequência, Baptista (2015) vai falar dos catadores, iniciando a discussão com a crítica ao discurso de que as cooperativas são formadas “desempregados”.

Existe, segundo o autor, uma confusão entre os termos “trabalho” e “emprego”. Vai dizer que, realmente, os(as) catadores(as) não são empregados(as), pelo fato de estarem associados(as) ou cooperados(as), não possuem vínculo empregatício, mas isso não quer dizer que não estão trabalhando. Por outro lado, continua o autor, “na visão popular são considerados ‘desempregados’ e necessitam ser incluídos no mercado. E assim são vistos na construção de políticas públicas por muitos gestores públicos.”

Jardim e outros (2012), ao tratarem da relação dos(as) catadores com a cadeia da reciclagem vão dizer que existem casos sérios de violação aos direitos humanos, na medida em que estes trabalhadores são submetidos a excessivas horas de trabalho com condições precárias de salubridade, sem falar nos casos relatados de servidão por dívida ao atravessados, trabalho infantil e análogo à servidão. Destacam que existem verdadeiros cartéis de compradores que submetem os(as) catadores(as) à condição de mão-de-obra barata, sendo esse o retrato desta cadeia produtiva no Brasil, na qual os(as) catadores(as) e triadoras(es) são os agentes principais, mas também os que menos dela se beneficiam.

Baptista (2015), vai dizer que muitas vezes o(a) catador(a) acaba procurando participar de uma cooperativa ou associação de triagem de resíduos como uma tentativa de fuga em face da exploração econômica e precarização de trabalho, mas ainda continua dependendo das condições das próprias cooperativas, mas também do sistema que organiza a coleta seletiva. Conceição (2003), por sua vez, ao escrever sobre uma possível solução para a situação de precariedade dos(as) catadores(as), acredita que deveriam ser criadas políticas voltadas ao âmbito econômico, político e social, acompanhadas de outras políticas educacionais aos cooperativados. Vai falar da necessidade de assistência médica e infraestrutura destinada a proporcionar o desenvolvimento de integração dos catadores, e que sejam extensivas aos familiares. Ou seja, as políticas devem ser inclusivas em relação a possíveis beneficiários e integrativas em relação a instituições e atores.

Após a discussão apresentadas no Capítulo I, sobre geração de resíduos sólidos, sobre produtivismo e consumismo e sobre as políticas públicas voltadas a gestão de resíduos sólidos com a participação das cooperativas de triagem de resíduos, passo agora a tratar das abordagens teóricas atinentes especificamente às cooperativas de triagem de resíduos sólidos, buscando sempre conectar essas teorias aos aspectos empíricos verificados no campo. Além disso, discutirei como os atores

sociais representados pela categoria dos traidores(as) aparecem neste processo, sendo reconhecidos e se reconhecendo como trabalhadores(as) que formam elos indispensáveis para a cadeia da reciclagem, em configurações que promovem a suas construções identitárias.

Capítulo II – Cooperativismo, cooperativas de triagem de material reciclável e as Políticas Públicas de resíduos sólidos em Pelotas - RS

Nesse capítulo abordo brevemente o cooperativismo como forma de organização social, trazendo aspectos históricos da formação das cooperativas no contexto global e nacional, propondo reflexões sobre as formas de economia solidária, bem como debates de autores(as) sobre a situação do cooperativismo no Brasil. Após, proponho uma discussão acerca das cooperativas de triagem de material reciclável no contexto do sistema de coleta seletiva no Brasil, além da atuação socioambiental dos atores que desempenham seu trabalho nessas instituições.

Posteriormente, serão discutidas as cooperativas de triagem de resíduos em Pelotas - RS, apresentando o panorama da gestão municipal de resíduos sólidos e trazendo algumas análises a partir do campo de estudo (entrevistas com triadoras(es) e análise documental) sobre a formação e atuação dessas cooperativas de triagem de resíduos. Por fim, problematizo as políticas públicas de resíduos sólidos do município em análise e a participação dos atores sociais nestas políticas.

2.1. Cooperativismo como forma de organização social

Embora algumas experiências de cooperativismo sejam relativamente recentes, como acontece, por exemplo, com as cooperativas de triagem de resíduos, as origens das cooperativas remontam quase dois séculos. É possível afirmar que o humano sempre foi um ser social, seja para buscar a própria sobrevivência ou pela necessidade de se comunicar e trocar experiências. Portanto, não causa estranheza alguma que os indivíduos busquem formas de cooperar em diversos setores da sociedade.

No entanto, com o advento do sistema capitalista em consonância com a Primeira Revolução Industrial, que se baseia nos aspectos e ideais do liberalismo econômico a cooperação entre os atores sociais foi diminuída, prevalecendo o individualismo nas ações econômicas. Na Segunda Revolução Industrial no século XIX, as máquinas começaram a substituir a mão de obra humana, desencadeando uma série de consequências como, por exemplo, o desemprego (BEGNIS, *et. al.*, 2014).

Neste contexto, em 1844 surgiu na Inglaterra a Rochdale dos Pioneiros Equitativos, primeira cooperativa formal do mundo, composta por 28 trabalhadores (a maioria tecelões), com o objetivo de compartilhar alimentos a um baixo custo. Os princípios do cooperativismo se espalharam rapidamente pela Europa, sendo que em 1881 já existiam mais de mil cooperativas de consumo. O cooperativismo se expande para vários territórios conduzido por valores universais, sendo considerado tanto um modelo sócioeconômico quanto uma filosofia. As origens do cooperativismo tiveram como base a tentativa de organização da sociedade de forma a evitar a concentração de riqueza, com base nos ideais da razão, da educação e da ciência. A solidariedade entre os indivíduos deve ser a base para uma sociedade saudável, não devendo o lucro ser o objetivo da produção (GEDIEL, 2007).

No Brasil as primeiras cooperativas surgiram no final do século XIX, sendo que existe divergência quanto ao registro da primeira cooperativa. De acordo com GEDIEL (2007), a primeira cooperativa brasileira (cooperativa de consumo) surgiu em Ouro Preto no ano de 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Já para Silva (2003, p. 78) as primeiras experiências de cooperativismo no Brasil surgiram com a “criação da Associação Cooperativa dos Empregados, em 1891, na cidade de Limeira-SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe – Estado de Pernambuco, em 1894.”

A consolidação do cooperativismo como forma de organização social resultou na criação, no ano de 1895, da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), hoje com sede em Genebra na Suíça, congregando mais de 200 organizações-membro, representando 800 milhões de pessoas. Por força dessa representatividade, em 1946 a ACI conquistou assento consultivo na ONU, sendo uma das primeiras ONGs a participar da ONU.

No Estado do Rio Grande do Sul, a *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli*, foi a primeira a ser registrado no ano de 1892, no município de Veranópolis. No ano de 1902 surgem as caixas rurais (modelo Raiffeisen³⁴), conhecidas hoje como cooperativas de crédito (SILVA et. al., 2003), por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt, sendo que a partir de 1906, organizada por produtores agropecuários, em

³⁴ O alemão Friedrich Wilhelm Raiffeisen fundou em 1862 a primeira cooperativa de crédito rural do mundo, sendo que até hoje estas cooperativa tem seus modelos baseados nas iniciativas de Raiffeisen.

sua maioria de origem alemã e italiana, nasceram as primeiras cooperativas no meio rural ³⁵ (BENETTI, 1992).

Em 1969 foi criada, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), sociedade civil sem fins lucrativos destinada a atender os interesses das cooperativas em todo o país. Logo em seguida, foi aprovada a Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Como bem acentuam Silva *et. al.* (2003), embora a criação da OCB e a promulgação da Política Nacional de Cooperativismo tenham sido muito importantes, deve-se ter cautela quanto à isenção desses institutos, posto que sofrem forte ingerência do Estado, considerando, principalmente, o momento histórico-político-institucional em que foram criadas, sob a égide da ditadura militar.

O Cooperativismo possui sete princípios norteadores: 1. Adesão voluntária e livre; 2. Gestão democrática e livre; 3. Participação econômica dos membros; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, formação e informação; 6. Intercooperação; e 7. Interesse pela comunidade. Estes princípios foram criados pela ACI e incorporados no Brasil pela Lei Federal 5.764 de 1971³⁶.

As cooperativas são, portanto, formas de organizações sociais, tendo importância para a economia e para o desenvolvimento da sociedade. Tanto é assim,

³⁵ Localizada no município de Nova Petrópolis/RS, é considerada a cooperativa mais antiga do Brasil em funcionamento. Hoje denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão – SICREDI.

³⁶ Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

que a ONU reconhecendo essa importância, principalmente quanto à redução da pobreza e a geração do emprego, escolheu o ano de 2012 como Ano Internacional das Cooperativas (BEGNIS, *et. al.*, 2014). O objetivo da ONU foi estimular a promoção do crescimento das cooperativas, conduzindo os governos a reconhecerem a importância desses mecanismos socioeconômicos e, com isso, que esses governos promovessem políticas públicas que encorajem o cooperativismo (UN, 2012).

As bases do cooperativismo que se verifica nas cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas são, em essência, solidárias. Em geral, o(a) presidente da cooperativa, por exemplo, trabalha as mesmas horas ou mais e ganha a mesma coisa que os demais cooperados. A divisão do trabalho e da renda se apresenta solidária nessas instituições.

A expressão “economia solidária” ganhou força na década de 1990 no Brasil, tendo reconhecimento e ganhando notoriedade pela natureza associativa, ligadas à autogestão e às práticas de cooperação. A noção de Economia Solidária indica um direito à uma outra economia que estabelece o reconhecimento de todas as formas de organização econômica baseadas na cooperação, no trabalho associado, na autogestão e na sustentabilidade (GAIGER, 2013).

A economia solidária tem conceitualmente uma perspectiva da atividade humana oposta à capitalista. Ela une capital e trabalho - separados pela economia capitalista - e dá ao trabalhador uma situação totalmente diferente, onde ele tem a responsabilidade coletiva pela empresa. Ele é um participante ativo, com poder e responsabilidade. Em uma empresa cooperativada o trabalho é emancipado e, fazendo parte de um todo, não pode ficar alheio ao que acontece (SINGER, 2003).

Entendida como sistema de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva de pequeno capital, democraticamente organizados, autogestionários e dotados de sentido social (STROH, 2001), a economia solidária foi institucionalizada como campo de política pública em 2003, quando o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego e tendo como secretário Paul Singer. A SENAES nasceu como reflexo de um longo processo de mobilização social e de várias experiências de políticas públicas que vinham sendo desenvolvidas em estados e municípios. Essa secretaria tem o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. (GUARDABASSIO *et. al.* 2013)

A economia solidária coloca-se como um novo paradigma para reconhecer todas as formas de organização econômica baseadas na cooperação, no trabalho associado, na autogestão e na sustentabilidade. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes. Neste sentido, o cooperativismo³⁷ torna-se parte das possibilidades da economia solidária (GAIGER, 2013).

O documento Mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil³⁸, de 2007, indica existência de 21.859 empreendimentos solidários em território nacional, dos quais 43% (9.498) estão concentrados na região Nordeste.

A COOTAFRA, umas das cooperativas estudadas nesta pesquisa, pode ser considerada exemplo de forma de organização baseada na economia solidária. A cooperativa de triagem está inserida no contexto da Associação das Vilas Reunidas FRAGET, ou apenas FRAGET como é reconhecida. Este projeto conta com outras atividades³⁹ além da cooperativa de triagem, todas vinculadas ao cooperativismo, associativismo, sustentabilidade e autogestão.

Para alguns estudiosos do cooperativismo brasileiro, como Schneider (1981), houve um caráter conservador nesse processo no Brasil. Ou seja, o cooperativismo nasceu no país como a expressão do modelo de acumulação de capital vigente, cuja a característica fundamental seria o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira. Rios (1989) também destaca essa característica, dizendo existe um “cooperativismo de elites” e um “cooperativismo pés-no-chão”. Penso, logo, em se tratando desta dualidade, no exemplo das cooperativas de crédito (como o Sicredi) em comparação a um cooperativismo baseado na economia solidária, como ocorre em algumas cooperativas de triagem de resíduos.

Paul Singer (2002), em vida, criticou a forma como se dão as relações de competição na economia e os efeitos desta competitividade na sociedade. Considerou que a apologia da competição só permite que os vencedores sejam lembrados, enquanto os perdedores são esquecidos. Os primeiros acumulam vantagens,

³⁷ O cooperativismo valoriza a participação democrática, solidariedade, independência e autonomia, buscando a prosperidade conjunta e não a individual. Em sua proposta ele confronta uma sociedade que valoriza a divisão, o ter, o poder. Uma sociedade na qual há divisão em classes sociais, do poder, do dinheiro de forma injusta e desigual, do trabalho. (GAIGER, 2013)

³⁸ <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas>, acesso em 23/05/2017.

³⁹ No mesmo local onde funciona a COOTAFRA também existe um grupo de costureiras e outro de artesanato. Se este último grupo, chamou-me a atenção o fato das artesãs utilizarem como matéria-prima do artesanato os materiais que são triados na COOTAFRA. Além disso, o local também conta com uma biblioteca, cozinha, refeitório e espaço de convivência.

enquanto os últimos desvantagens em competições futuras, produzindo desigualdades sociais. A economia solidária, segundo Singer (2002), diferente do que ocorre no modo de produção capitalista, se caracteriza pelo direito à liberdade individual e pelos princípios da propriedade coletiva ou associada do capital. A competição generalizada e a desigualdade não são naturais, sendo que:

para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva [...] A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para a produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. (SINGER, 2002, p. 9)

Muitas empresas que tem sua falência decretada acabam sendo “resgatadas” pelos próprios funcionários, para dar continuidade às atividades empresariais, além de ser uma alternativa de trabalho àqueles(as) ex-empregados(as) que foram afetados pela decretação da falência, como bem aponta Singer (2002). Não necessariamente resgatando, recuperando uma empresa falida, mas pela união de forças dos ex-funcionários da antiga ou extinta Fábrica de Papel de Pelotas, nasceu a Cooperativa de Trabalho.⁴⁰ e Reciclagem Ltda (COORECICLO), umas das cooperativas que estudo. Segundo Carlos, atualmente presidente da COORECICLO e ex-funcionário da extinta Fábrica de Papel, após o encerramento das atividades da fábrica, no ano 1992, os então desempregados decidiram continuar o serviço de reciclagem de papeis. Após algum tempo, depois dos ex-trabalhadores formais obterem informações sobre o funcionamento e das oportunidades de uma cooperativa, nascia a primeira cooperativa de catadores(as) de Pelotas, a hoje denominada COORECICLO.

As formas de cooperativismo, no caso brasileiro, podem ser classificadas em 13 diferentes ramos de atividades econômicas. Segundo a OCB (2002), as cooperativas estão divididas nos seguintes ramos: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infraestrutura, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho, Transporte, Turismo e Lazer. As cooperativas de triagem de resíduos, objeto deste estudo, estão enquadradas como cooperativas de trabalho, conforme constatei na análise documental dos estatutos e atas de formação destas instituições.

⁴⁰ A inclusão da expressão “de Trabalho” se deu após o ano de 2012, quando entrou em vigor a Lei Federal 12.690 de 2012.

As cooperativas são hoje, no Brasil, mecanismos capazes de gerar impacto social, seja pelas formas de inclusão social, subjetivamente influenciando na construção da identidade, como ocorre nas cooperativas de trabalho, por exemplo, seja pela capacidade de proporcionar trabalho e renda aos seus cooperados, movimentando, dessa forma, a economia. A OCB, através do “Panorama do Cooperativismo Brasileiro – ano 2011”, destaca que o número de coopearativados(as) subiu de 4.779.000, em 2001 para 10.000.900 em 2011, enquanto o número de empregos gerados subiu de 165.000 em 2001 para 296.00 no ano de 2011.

As cooperativas, enquanto forma de organização social, tem o potencial de agregar forças entre os(as) cooperados(as), fortalecendo os vínculos intersubjetivos e criando identidade enquanto grupo de trabalho. É importante perceber que existem inter-relações entre o aspecto de geração de trabalho e renda e o aspecto do reconhecimento social e da construção da identidade. Ao mesmo tempo em que o(a) trabalhador(a) está inserido em um trabalho formal, auferindo renda, também se insere socialmente, mudando sua autoestima, transformando a maneira de ser socialmente reconhecido e construindo sua identidade.

Trazendo esta discussão para o universo das cooperativas de triagem de resíduos, a PNRS também contém elementos que corroboram com o impacto social do trabalho em cooperativa e com os resíduos. É um dos princípios da PNRS, segundo o art. 6º, VIII, o *“reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.”* Ou seja, o legislador pátrio apenas transformou em lei aquilo que já era uma realidade, atendendo aos anseios sociais e reconhecendo o impacto social e a importância do trabalho com os resíduos sólidos.

Com a difusão dos benefícios auferidos pela cooperação começam a surgir cooperativas de outras áreas, além das tradicionais da área rural e de crédito, incluindo-se dentre essas as cooperativas de trabalhadores que buscam ajuda mútua para selecionar, organizar e vender resíduos sólidos recicláveis. Estas cooperativas, em especial o caso de Pelotas/RS, serão abordadas a seguir.

2.2. As cooperativas de triagem de materiais recicláveis: contexto histórico e aproximações sociológicas

A cadeia da reciclagem de materiais envolve a geração dos resíduos sólidos, a coleta, a separação ou triagem e a transformação dos materiais em matérias primas ou novos produtos. No entanto, muito antes de se falar em etapas do processo de reciclagem, o homem já produzia lixo⁴¹. A geração de lixo acompanha a história da humanidade, sendo possível afirmar, de acordo com estudos arqueológicos, que na pré-história já se queimava lixo, provavelmente com o propósito de eliminar o mau cheiro de restos orgânicos. Quando o homem abandona o nomadismo e começa a se fixar em aldeias (4.000 a.C.) os problemas relacionados a geração de lixo começam a aparecer (EIGENHEER, 2009).

Na idade média, segundo Velloso (2008), as excretas do corpo humano como urina e fezes, bem como o próprio corpo em decomposição, eram os principais resíduos que se tinha que destinar ou, pelo menos, afastar do convívio da sociedade. Claro que também existiam os restos provenientes da alimentação humana, como as cascas e bagaços de frutas e carcaças de animais. Faz-se necessário perceber que “somente a partir da segunda metade do século XIX se passa a distinguir claramente entre lixo (ainda não existia a denominação de resíduos sólidos) e águas servidas (fezes, urina, etc.), quando estas passam a ser coletadas separadamente através do esgotamento sanitário” (EIGENHEER, 2009, p. 15).

A coleta de lixo, por sua vez, tem seus primeiros registros históricos na Idade Média, sendo inicialmente realizada por particulares, mas quando esses não obtinham êxito a coleta passava a ser executada pelo poder público. Para este serviço, assim como se verifica hoje em dia, eram designados excluídos sociais, como prostitutas, prisioneiros, estrangeiros, escravos, mendigos etc. (EIGENHEER, 2009).

No Brasil, abordar o histórico da geração, coleta e destinação do lixo não é tarefa simples, em virtude das dimensões continentais do país e pelas desigualdades econômicas e socioculturais verificadas nas diferentes regiões e estados da federação. A coleta seletiva, entendida como o conjunto de procedimentos que visam a separação dos resíduos sólidos na fonte geradora, de acordo com a composição ou

⁴¹ Nesta etapa do trabalho, para designar contextos históricos usarei a expressão “lixo”, sendo que o termo técnico “resíduos sólidos” usarei para designar os materiais usados nos tempos atuais.

constituição⁴², foi iniciada no Brasil na década de 1980, sendo a primeira experiência evidenciada no bairro São Francisco, Niterói, RJ. Já a primeira cidade a implantar o sistema foi Curitiba, em 1988 (EIGENHEER, 2009).

Conforme já mencionado, a geração crescente de resíduos sólidos tem diversos impactos, não apenas no meio ambiente, mas também na sociedade. Antes da sociedade industrial os resíduos gerados eram eminentemente de origem orgânica (resto de alimentos biodegradáveis), sendo de fácil decomposição no ambiente, ao passo que após a industrialização e com o avanço da sociedade de consumo, a maioria dos resíduos gerados pela humanidade passou a ser de origem inorgânica (representados em sua maioria pelos plásticos) ou por aqueles considerados perigosos. (STROH, 2011)

Neste contexto, surgiu a necessidade de encontrar soluções técnica e economicamente viáveis de gerenciar esses resíduos que não são facilmente “processados” pelo meio ambiente. Assim, foram criadas técnicas de reciclagem ou incineração destes resíduos, por exemplo, mas também foram estudadas formas de reuso ou reaproveitamento dos mesmos.

Mas, para que funcionasse estes sistemas de transformação ou reaproveitamento de resíduos, foi necessário instituir formas de retorno dos referidos materiais para as indústrias. Além da criação de mecanismos legais capazes de estimular que os geradores de resíduos passíveis de reciclagem os devolvessem às indústrias, havia também a necessidade de se recuperar parte destes materiais, quando dispostos incorretamente, de maneira economicamente viável.

Foram os atores sociais denominados, no Brasil, de catadores de lixo (ou catadores de materiais recicláveis) que ao longo do tempo assumiram essa responsabilidade e protagonismo. Isto é, na maioria dos casos, aqueles que não possuíam qualificação para ingressar no mercado de trabalho ou que estavam momentaneamente desempregados, que encontraram uma oportunidade de auferir alguma renda pela coleta de resíduos recicláveis nas ruas das grandes cidades ou nos lixões (STROH, 2011).

Magni (2014) considerou que a informalidade no trabalho evidenciada no Brasil tem composição e origem acentuadamente heterogênea, por isso qualquer política

⁴² Conceito extraído do endereço eletrônico do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis/reciclagem-e-reaproveitamento>

pública destinada a estes aspectos deve considerar suas especificidades. Neste contexto que surgem as cooperativas de triadoras(es) de resíduos sólidos, formadas por antigos(as) catadores(as) de lixo e ex-moradores(as) de rua, como alternativa à informalidade no trabalho e busca pela cidadania, dentro da perspectiva da autogestão.

A primeira experiência de cooperativa de triadoras(es) de resíduos se deu em São Paulo no ano de 1989. Trata-se da Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE) (CEMPRE, 2008). Eingenheer (2009) lembra que foi no ano de 1982, que em São Paulo (SP) houve um movimento na tentativa de organizar os(as) catadores(as) para trazer-lhes alguma dignidade relacionadas às suas atividades laborativas e para aumentar suas rendas. Este trabalho teve a iniciativa da Organização de Auxílio Fraternal (OAF), sendo que em 1989 surge a COOPAMARE.

Outras iniciativas surgem pelo país, quase sempre a partir de grupos religiosos. Muitas prefeituras, depois, passaram a apoiar essas iniciativas e mesmo a incentivá-las, buscando integrá-las ao sistema de limpeza urbana. Isto se dá principalmente no uso das cooperativas nos sistemas de coleta seletiva de lixo, tanto no recolhimento como na triagem dos materiais. (Eingenheer, 2009)

Stroh (2011) vai chamar a atenção para os fatores que influenciaram no surgimento das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis no Brasil e de engajamento dos atores sociais responsáveis pelo trabalho nesses ambientes. O que é considerado “inclusão cidadã” do catador nas cadeias produtivas de reciclagem, pondera a autora, e em sistemas municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, é tida como parte da urgência nacional de inclusão de uma porcentagem da população brasileira em situação de miserabilidade, em uma sociedade, cujas pontes unificadoras dependem da estruturação de sistemas de Produtivismo Social.

Neste ponto, acho bastante pertinente trazer a reflexão feita por Baptista (2016) ao tratar do seu campo de estudo (cooperativas de catadoras(es) do Rio de Janeiro), dizendo sobre a relação das cooperativas com as políticas públicas, mais especificamente sobre a atuação de coadjuvante destas. O autor pondera que as cooperativas apenas participam como extensão do processo da coleta seletiva do Rio de Janeiro, somente aparecendo nas fotos e sites, mas estão fora do planejamento e da concepção de gestão. “Enquanto se mantiver esse sistema, teremos essa forma

maquiavélica de gestão onde a Prefeitura, o Estado e a União aparecem como benfeitores de permitirem maior visibilidade e oportunidade às cooperativas” (BAPTISTA, 2016, p. 32).

Em relação as cooperativas de triagens de materiais recicláveis no Brasil atualmente, conforme já mencionado anteriormente, são denominadas pelo poder público como cooperativas de trabalho. No ano de 2012 foi sancionada a Lei Federal nº 12.690, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP. Esta lei acarreta em mudança no tratamento das cooperativas, sendo que a OCB elenca as seguintes:

redução do número mínimo de sócios para constituição de uma cooperativa de trabalho, da previsão anterior de 20 para apenas sete sócios; instituição de direitos mínimos dos sócios, tais como: retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional ou ao salário mínimo; duração do trabalho de oito horas, ressalvadas escalas e plantões, que poderão ser compensadas; repouso semanal e anual remunerados; retirada para o trabalho noturno superior ao diurno; adicional para atividades insalubres ou perigosas; seguro acidente de trabalho; observância obrigatória das normas de saúde e segurança do trabalho em vigor, dentre outros; eleição de uma coordenação, com mandato de um ano, para as cooperativas de trabalho da modalidade serviços, cujos associados realizem suas atividades fora do estabelecimento da cooperativa. Ela será o elo do relacionamento do contratante com a cooperativa; utilização obrigatória da expressão “cooperativa de trabalho” no nome da cooperativa; obrigatoriedade de realização de ao menos uma Assembleia Geral Especial anual, sem exclusão das já previstas na Lei n.º 5.764/1971 (Ordinária e Extraordinária), para tratar de assuntos específicos como disciplina, direitos e deveres dos sócios, dentre outros; forma específica de convocação de assembleias gerais, contemplando a possibilidade de notificação pessoal, postal e por edital, dependendo do caso; possibilidade das cooperativas com menos de 19 sócios estabelecerem composição diferenciada dos Conselhos de Administração e Fiscal, respeitando, entretanto, um número mínimo de três conselheiros fiscais; prazo de 12 meses para as cooperativas de trabalho adequarem seus estatutos sociais às novas disposições legais, sem a imposição de sanções legais neste período, bem como assegurarem a seus sócios alguns dos direitos previstos no art. 7.º desta lei, no caso de cooperativas de trabalho do gênero serviço. (OCB, 2012).

Outro ponto que aqui destaco foi a criação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado, vinculado ao Mare (Ministério da Administração e Reforma do Estado) no Governo Fernando Henrique Cardoso. Neste plano foram incorporadas organizações sociais para assumir as atividades públicas não estatais. Mesmo tendo sido extinto cinco anos mais tarde, a influência do Mare na construção das políticas públicas posteriores, foi fundamental pelo fato de incorporar atores antes ‘fora’ dos

espaços públicos de negociação, mas também de incluí-los no sistema de elaboração, implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Não há como dissociar as políticas públicas de coleta seletiva implantadas após os anos 2000 do contexto da criação do Mare, por tal modelo ser uma das bases dessas políticas.

Retomando a discussão sobre a relação da PNRS com as cooperativas de triadoras(es), é possível afirmar que esta política incorporou a dimensão social ao incluir vários dispositivos que orientam a participação das(os) triadoras(es) no gerenciamento dos RSU, possibilitando oportunidades de trabalho e renda a estes atores sociais. Com o advento da PNRS as cooperativas de triagem de materiais recicláveis estão sob o foco da gestão pública e das políticas públicas. Se antes eram objeto apenas das políticas higienistas agora as(os) triadoras(es) foram elevados a postos de atores estratégicos na execução de planos para a gestão de RSU, notadamente após ter sido sancionada da PNRS. (BAPTISTA, 2015)

Outro instrumento legal que apresenta relação entre a política pública de resíduos sólidos e catadores(as) ou triadoras(es) de materiais recicláveis é Decreto Federal nº 5.940 de 2006. Este Decreto institui a separação dos resíduos recicláveis pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, e a obrigatoriedade de destinação desses materiais às associações e cooperativas de triagem de resíduos.

O art. 3º do Decreto em comento estabelece os critérios para habilitação das cooperativas e associações receberem os resíduos sólidos gerados pela administração pública federal, conforme é possível perceber da leitura dos incisos a seguir:

- I - estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;
- II - não possuam fins lucrativos;
- III - possuam infra-estrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e
- IV - apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

Chamou-me atenção o fato de que, dentre os critérios exigidos no Decreto, não consta a obrigatoriedade de as cooperativas possuírem a devida Licença Ambiental de Operação (LAO) para estarem habilitadas ao recebimento dos resíduos da

administração pública federal. Isso vai contrariar a legislação ambiental brasileira que exige que estas instituições estejam devidamente licenciadas.

Entre os anos de 2006 e 2010, portanto, foram instituídos, em âmbito nacional, uma série de instrumentos legais que contemplam os(as) catadores(as) e triadoras(es) de materiais recicláveis. São eles: Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 - institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 - regulamenta a Lei nº 12.305; Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010 - institui o Programa Pró-Catador.

Este conjunto de instrumentos legais composto, principalmente, pela PNRS, pelo Decreto nº 7.404 de 2010 e pelo Decreto nº 5.940 de 2006, demonstra alguma preocupação na forma como o poder público, através de políticas públicas, vem atuando em parceria com as cooperativas e associações de triagem de resíduos sólidos. O Decreto, nº 7.405 de 2010, por exemplo, criou o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, sob coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, bem como criou o programa Pró-catador. Este programa tem como finalidade:

Art. 1º. [...] integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.

No âmbito do programa Pró-catador é realizado o projeto Cataforte que, segundo o Ministério do Meio Ambiente, visa estruturar e fortalecer as redes de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, enquanto empreendimentos solidários.⁴³

⁴³ Em sua primeira fase, o **Cataforte I** destinou-se ao fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis. O **Cataforte II** deu enfoque à logística solidária, ou seja, ao fortalecimento da infraestrutura de logística das cooperativas e associações em rede, aprimorando as capacidades operacionais desses empreendimentos e; o **Cataforte III**, em implementação, destina-se à estruturação de negócios sustentáveis em redes solidárias de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, visando avanços na cadeia de valores e inserção no mercado da reciclagem." Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclavéis>

Também a Lei Federal nº 11.445 de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, trata da participação das cooperativas em um dos quatro eixos do saneamento básico⁴⁴. O art. 10 da referida Lei trata da necessidade de contrato para que as entidades que não integram a administração do titular do serviço público de saneamento atuem na prestação de serviço. Como exceção a essa regra estão às cooperativas ou associações que, como no caso de Pelotas, podem celebrar convênio para a prestação de serviço de saneamento (art. 10, § 1º, I).

Ainda sobre a PNRS, ressalto que esta lei também estabelece, no art. 16, que é condição para os Estados da Federação obterem acesso aos recursos da União, a elaborar um Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS). Já no art. 17, § 1º da PNRS, fica estabelecido que os Estados poderão elaborar planos microrregionais de resíduos, bem como outros específicos para regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

No Estado do Rio Grande do Sul foi aprovada no ano de 2014 o PERS-RS, com horizonte de ações que vai de 2015 até o ano de 2034. O texto do PERS-RS segue o roteiro estruturado pela PNRS, com a apresentação da situação atual dos resíduos (fase de diagnóstico), passando pelas metas a serem atingidas, e terminando com um prognóstico sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos.

O referido documento traz algumas importantes questões para a valorização das cooperativas de triagem e dos catadores(as) de resíduos⁴⁵, mas, ao meu ver, apresenta muitas fragilidades e informações conflitantes. Para se ter uma ideia, na página 227 do PERS-RS é exposta uma planilha que se propõe apresentar todas as associações e cooperativas de catadores(as) do RS, mas ao citar Pelotas, menciona apenas uma cooperativa, a COTAFRA, ao que passo que outras cooperativas do município são bem antigas, como a COORECICLO que foi fundada no ano de 1992.

O PERS-RS, a exemplo do que também aconteceu com a PNRS, compilou a legislação estadual sobre resíduos sólidos em um único documento, fato que, por si só, representa evolução na política pública estadual de resíduos sólidos.

⁴⁴ O saneamento básico é composto por quatro eixos: tratamento de água, tratamento de esgoto, drenagem pluvial e resíduos sólidos.

⁴⁵ Por exemplo, a Cadeia Solidária Binacional do PET: baseada na cadeia solidária que envolve desde a coleta da garrafa PET, da transformação em *flake*, fibra, fio, tecido até a confecção e o artesanato; está sediada em cinco polos no Estado, operados por cooperativas de 78 Convênio SICONV 764224: catadores de materiais recicláveis conveniadas. Os cinco polos e as cooperativas conveniadas são: 1. Novo Hamburgo e Canoas – COOPETSINOS; 2. Santa Cruz – COOMCAT; 3. Jaguarão – COOPETSUL; 4. Passo Fundo – COOPETNORTE; 5. São Borja e Alegrete – em fase de constituição de cooperativa. (PERS-RS, p. 77)

Conforme mencionei anteriormente, em Pelotas foi aprovado no ano de 2015 o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). A PNRS estabelece que os municípios para obterem recursos para políticas públicas de resíduos sólidos junto à União, devem elaborar um plano para gerenciar esses materiais. Este plano pode aparecer como parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), quando a população da cidade for pequena e os resíduos não forem complexos, ou de forma independente como um PMGIRS, quando o tamanho da cidade e a característica dos resíduos exigir.

O PMGIRS de Pelotas tem 194 páginas e apresenta o panorama da situação atual dos resíduos sólidos do município, a estrutura administrativa e os serviços prestados pelo SANEP, um prognóstico e plano de ações, e as ações e soluções a curto, médio e longo prazo. No entanto, para fins deste estudo, ressalto a existência de importantes dispositivos contidos no PMGIRS que articulam a atuação e as responsabilidades da Prefeitura com as cooperativas de triagem e com os atores sociais que as compõem. O PMGIRS consolidou, por exemplo, os convênios entre os SANEP com as cooperativas de triagem de resíduos. Além disso, o PMGIRS traz informações robustas sobre a estrutura e o funcionamento da coleta seletiva no município de Pelotas.

Durante a análise documental sobre políticas públicas percebi algumas inconformidades na documentação que estabelece a relação da Prefeitura com as cooperativas de triagens de resíduos de Pelotas. Por exemplo, enquanto o PMGIRS de Pelotas estabelece um máximo de 20 triadoras(es) por cooperativa para que estas se mantenham conveniadas ao SANEP, os documentos de formalização dos convênio (contratos) estabelecem um máximo de dez cooperados(as) por instituição. Pelo levantamento de campo que realizei na pesquisa, todas as cooperativas contam com mais dez trabalhadores(as).

Além disso, com a aprovação da PNRS ficou estabelecido que os municípios, para acessarem verbas federais para gestão de resíduos sólidos, devem cumprir os requisitos legais, dentre este está o de atuar em conjunto com as cooperativas de triagem. No entanto, a relação dos administradores municipais com as cooperativas de triagem nem sempre é harmoniosa. Muitas vezes essa relação é marcada por conflitos de interesses, principalmente interesses políticos por parte da administração municipal. Aqui cabe trazer o relato obtido em entrevista de uma das triadoras sobre a relação das cooperativas com a Prefeitura de Pelotas - RS:

A prefeitura aqui e nos outros lugares se fazem alguma coisa não é por agrado, não é por bonzinho. Ah, vamos agradar os catadores. Não, é porque se não tiver a coleta seletiva, se não tiver o gerenciamento de resíduos, não vem verba do governo (Federal). Não é porque nos acham bonito. A gente sabe que não é pra dizer que o prefeito(a) é bom(boa) e quer agradar os catadores. (S.B.O – UNICOOP)

Alcançado o objetivo de debater sobre as origens históricas do cooperativismo no contexto dos resíduos sólidos, já posso avançar para as discussões que envolvem as cooperativas de triagens de materiais recicláveis no Brasil atualmente, realizando uma análise das políticas públicas voltadas ao cooperativismo, catadores(as), triadoras(es) e resíduos sólidos.

2.3 Cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas – RS, seus atores sociais e as políticas públicas

O município de Pelotas, localizado no extremo sul do Brasil, possui uma população estimada de 344.385 pessoas⁴⁶, terceira maior população do Estado do Rio Grande do Sul. A cidade está dividida em oito distritos (Monte Bonito, Cascata, Santa Silvana, Colônia Z3, Cerrito Alegre, Triunfo, Quilombo e Rincão da Cruz), além do distrito sede, sendo este dividido em sete regiões administrativas (Três Vendas, Barragem, Fragata, Centro, Porto Várzea, Areal e Laranjal).⁴⁷ O SANEP é responsável pela implantação e operação do saneamento básico em todo território municipal, incluindo a responsabilidade pela coleta, transporte e destinação final dos RSU.

Neste município, o sistema de coleta seletiva foi implantado na década de 1990, através da sua autarquia municipal de saneamento (SANEP), tendo sido ampliada nos anos de 2010 (1ª fase com 11 bairro atendidos) e 2012 (ampliado para mais 07 bairros), sendo atualmente dividida em 18 zonas, abrangendo 60% da zona urbana do município⁴⁸. As primeiras cooperativas de triagem de resíduos a participarem da

⁴⁶ Segundo dados do IBGE (2015), Pelotas apresenta 82.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 84.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 34.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>

⁴⁷ Plano Direto do Município de Pelotas

⁴⁸ <http://server.pelotas.com.br/sanep/lixo/coleta>

coleta seletiva municipal tiveram seus convênios assinados junto ao SANEP no ano de 2012. Mas, antes de adentrar no universo das cooperativas de triagem que são objeto empírico deste estudo, trarei um pouco da realidade atual do sistema de gestão e de gerenciamento de resíduos sólidos de Pelotas.

O município de Pelotas/RS, desde o encerramento das atividades de seu aterro controlado no ano de 2012, destina seus resíduos sólidos urbanos (RSU)⁴⁹ para um aterro sanitário privado (empresa Meio Este Ambiental) que está localizado no município de Candiota/RS. Este município está distante, aproximadamente, 145 km de Pelotas/RS, sendo que todos os dias cerca de oito caminhões do tipo bitrem, com capacidade de 40 toneladas cada, fazem o trajeto de ida e volta entre os dois municípios, conforme consta no endereço eletrônico do SANEP⁵⁰.

Como a quantidade de RSUs gerados diariamente em Pelotas é de aproximadamente 180 toneladas, e isso para fins logísticos pode ser considerada uma grande quantidade, foi necessária a criação de uma estação de transbordo. Neste local os resíduos sólidos são pesados, tombados de caminhões pequenos que realizam a coleta nas ruas do município para caminhões maiores (bitrens), para só então seguirem para o seu destino final no município de Candiota.

Na Figura 3, “A” e “B”, é possível visualizar o transbordo utilizado pelo SANEP no município de Pelotas.



Figura 3: Estação de Transbordo de Pelotas, Av. Hebert Hadler, nº 435.

Fonte: SANEP (<http://www.pelotas.rs.gov.br/sanep/lixo/destinacao-final/>)

⁴⁹ RSU: de acordo com a Lei 12.305 em seu artigo 13 item I, os Resíduos Sólidos Urbanos são aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas (resíduos domiciliares) e os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana (resíduos de limpeza urbana).

⁵⁰<http://www.pelotas.rs.gov.br/sanep/lixo/destinacao-final/>

Das 180 toneladas de RSU gerados diariamente em Pelotas, sua composição gravimétrica apresenta uma predominante quantidade de matéria orgânica (resíduo orgânico), conforme é possível perceber pelo gráfico a seguir.

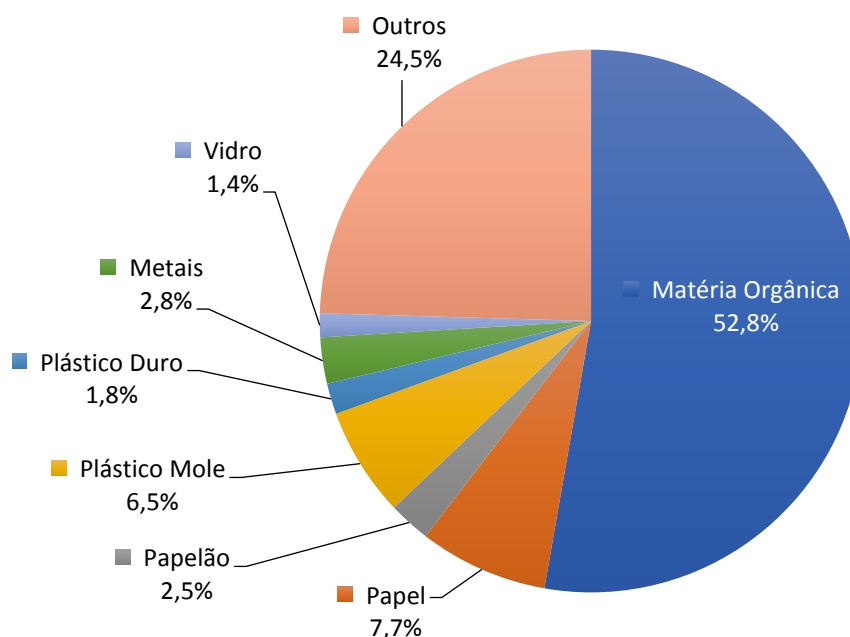


Figura 4: Composição gravimétrica dos resíduos gerados em Pelotas

Fonte: PMGIRS – Pelotas/RS, 2014.

Com a observação do gráfico acima é possível perceber que grande parte dos resíduos sólidos urbanos gerados no município de Pelotas tem origem orgânica. No entanto, este dado pode transmitir uma falsa impressão da realidade, já que apresenta percentuais em massa e não em volume. Ou seja, o volume de resíduos recicláveis geralmente é maior que o dos orgânicos, sendo que o gráfico acima apresenta os percentuais em massa.

Atualmente, e cada vez mais, os resíduos recicláveis vão se tornando maioria em relação aos resíduos orgânicos, resultante de um processo de industrialização crescente e de consumo massificado. Como bem acentua Stroh (2011), os resíduos que em outras épocas eram eminentemente orgânicos, com a industrialização o volume de resíduos não orgânicos gerados aumentou significativamente.

No próximo gráfico (Figura 5) apresento informações contidas no PMGIRS (Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos) de Pelotas referentes a composição dos resíduos recicláveis gerados no município.

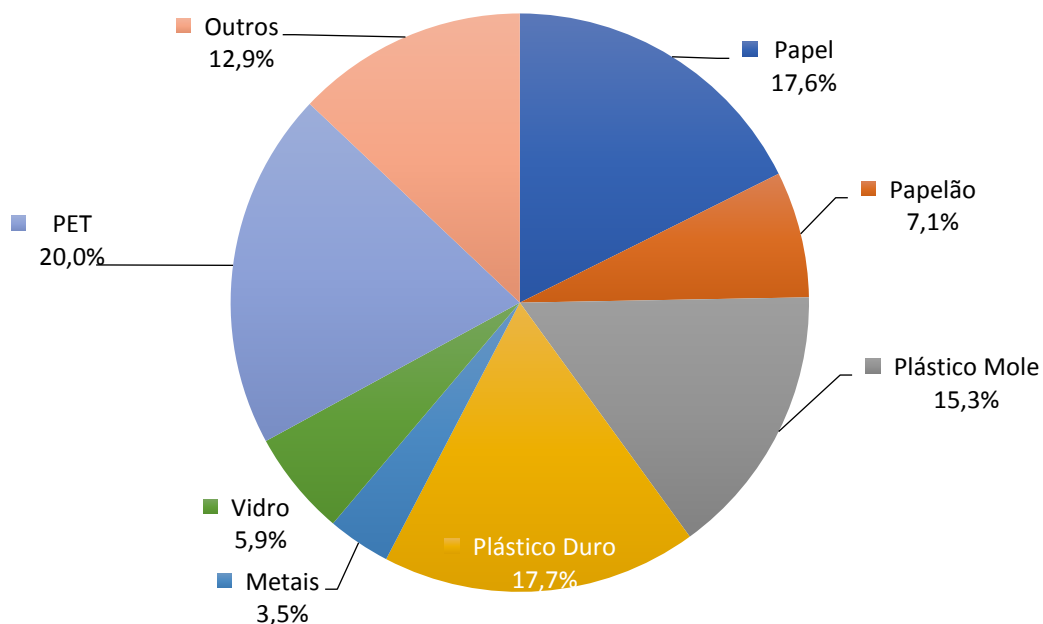


Figura 5: Composição dos resíduos recicláveis gerados em Pelotas

Fonte: PMGIRS – Pelotas/RS, 2014.

Dados do CEMPRE (2017)⁵¹, os valores de venda dos resíduos recicláveis variam bastante de acordo com o tipo de material. Na cidade de Porto Alegre, onde a maioria dos resíduos triados pelas cooperativas de Pelotas são comercializados, os valores dos materiais em reais/toneladas registrado no mês de julho de 2017 são os seguintes:

Tabela 1 - Valores (R\$/ton) dos resíduos sólidos comercializados em Porto Alegre em julho de 2017

Papelão	Papel branco	Latas aço	Latas alumínio	Vidros	Plástico rígido	PET	Plástico filme	Longa vida	Isopor
450PL	420L	220L	2400PL	60	1150PL	1575PL	800PL	190PL	400PL

*"P" = prensado e "L" = limpo

Fonte: CEMPRE, 2017

⁵¹<http://cempre.org.br/cempre-informa/id/9/preco-do-material-reciclavel>

Segundo relatado pelo servido do SANEP Edson Plá, obtido em entrevista (2016), muitos dos materiais que são coletados na coleta seletiva do município de Pelotas possuem pouco valor agregado para comercialização. Os vidros são um ótimo exemplo desta situação. As cooperativas de triagem são obrigadas a receberem estes materiais junto com os demais resíduos recicláveis e não conseguem comercializá-los, pois o valor de venda não paga, em muitos casos, nem mesmo o frete. O vidro fica armazenado por longos períodos, ocupando espaço nos galpões de triagem, atrapalhando no desempenho do serviço das(os) triadoras(es) e nas condições de trabalho.

Corroborando com esse fato o discurso de C.R.P. (presidente da COORECICLO), que em entrevista disse que “o frete é mais caro que uma carga”. Uma solução para isso, segundo o entrevistado, seria juntar o vidro de todas as cooperativas e mandar em um caminhão do tipo bitrem, com capacidade de 32 ton. No entanto, questões gerenciais e operacionais complicam essa prática, como a disponibilização pelo SANEP de uma retroescavadeira para colocação do vidro no caminhão e diferença na limpeza dos materiais (vidro), já que algumas cooperativas enviam o vidro sujo, o que diminui o valor do produto, segundo Carlos.

Ainda sobre o vidro coletado junto à população pelotense, J.A.M. (presidente da COOPCVC) ressalta que alguns dos caminhões do SANEP, que contam com sistema de compactação dos resíduos recicláveis, acabam quebrando o vidro em pedaços, sendo que estes rasgam (picotam) os papéis, que ficam impossibilitados de serem selecionados, prensados e comercializados.

O SANEP trabalha com sistema de coleta convencional, aquele realizado porta-a-porta para recolher resíduos orgânicos e rejeitos domiciliares; com coleta containerizada, realizada em determinadas regiões do município com o uso de contêineres para resíduos orgânicos e rejeitos; e com coleta seletiva, também realizada porta-a-porta por caminhões para coleta dos resíduos recicláveis. Cabe ressaltar que a coleta seletiva, atualmente, atende cerca de 65% do município de Pelotas.⁵²

Outro dado importante trazido pelo PMGIRS de Pelotas é referente aos custos da autarquia municipal de saneamento com os RSU, conforme exposto na tabela 2 a seguir.

⁵² <http://www.pelotas.rs.gov.br/sanep/lixo/coleta/>

Tabela 2 – Custos do SANEP com a gestão dos RSU em Pelotas - RS

Tipos de custos	Valor (R\$/mês)
Custos da coleta	1.043.000,00 ⁵³
Custo do transbordo	545.000,00
Custo do aterro	100.000,00
Valor repassado às cooperativas	66.350,00
Custo da limpeza urbana	1.200.000,00
Total	2.954.350,00

Fonte: PMGIRS – Pelotas/RS, 2014.

O custo total mensal do sistema limpeza urbana e de coleta de resíduos não pode ser considerado insignificante, devendo a municipalidade sempre procurar meios de redução de custos. Os custos apenas do envio e da disposição final dos resíduos orgânicos e rejeitos para o município de Candiota não está contabilizado isolado nas informações acima. No entanto, é possível afirmar que o funcionamento ineficiente da coleta seletiva influencia diretamente nesses custos. Isto é, quando a população dispõe resíduos recicláveis nos dias e horário da coleta convencional ou nos contêineres destinados aos orgânicos e rejeitos, acaba influenciando no envio de resíduos recicláveis, que poderiam ser comercializados pelas cooperativas, para o aterro sanitário. Isso vai implicar em custo para os cofres públicos, já que o município paga para enviar os resíduos para este aterro sanitário terceirizado.

Além do sistema de coleta convencional e seletiva, o município de Pelotas conta com três Ecopontos localizados nos bairros Centro, Fragata e Laranjal. Estes locais têm por objetivo receber resíduos gerados em pequenas quantidades pelos munícipes (até 1,5 m³ por pessoa), tais como resíduos da construção civil, restos de podas e jardinagem, móveis desmontados e resíduos recicláveis.

⁵³ Coleta convencional: R\$ 108,20/t; Coleta containerizada: R\$ 377,55/contêiner; Coleta seletiva: R\$ 25.926,94/equipe (veículo, motorista e garis);

Também faz parte do sistema de coleta seletiva de Pelotas o projeto “Adote uma Escola”, regulado pela Lei Municipal nº 5.206 de 2005, que consiste, de acordo com o art. 2º desta Lei, em um projeto que visa:

desenvolver a consciência ecológica dos estudantes das escolas públicas e privadas do município, através da educação ambiental, estimulando-os a fazer a separação dos materiais recicláveis que, entregue às escolas participantes deverá ser comercializado pelo SANEP, revertendo, o produto desta venda às escolas, para ser empregado em benefício das mesmas. (PELOTAS, 2005)

Traçados os principais aspectos sobre a gestão de resíduos sólidos em Pelotas/RS, já posso avançar para a análise das cooperativas de triagem de resíduos que são objeto deste estudo.

No município de Pelotas-RS a economia atravessa um momento de estagnação que vem desde a década de 1980, quando as grandes indústrias fecharam suas unidades no município. Neste ínterim, a absorção da mão-de-obra resultante do fechamento das indústrias não ocorreu de maneira satisfatória, situação que conduziu muitos trabalhadores a procurarem alternativas de fonte de renda no mercado informal (SEVERO, 2008).

Neste mercado informal inclui-se a ocupação de catador de materiais recicláveis, que geralmente é preenchida por trabalhadores de baixa ou nenhuma instrução (STROH, 2008). Em se tratando de Pelotas estes(as) catadores(as) tinham apenas duas opções de lugares para coletar os materiais que garantiam sua sobrevivência: nas ruas ou no aterro controlado municipal.

Ocorre que, no ano de 2012, a FEPAM⁵⁴, órgão responsável pelo licenciamento ambiental dos aterros municipais no estado do Rio Grande do Sul, acabou interditando o aterro pelotense⁵⁵, impossibilitando o acesso dos catadores, situação que forçou a municipalidade e os catadores a chegarem a um acordo no sentido de encontrar uma solução para amparar estes trabalhadores.⁵⁶

Foi assim, segundo relato do chefe do Departamento de Resíduos Sólidos do SANEP, Edson Plá Monterosso, que no mesmo ano (2012) inaugurou-se o sistema de parceria entre cooperativas de traidores(as) do município de Pelotas e a autarquia

⁵⁴Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler.

⁵⁵http://diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=NTkzNzA=&id_area=Mg==

⁵⁶ Essa questão foi relatada em entrevista experimental realizada a título de pesquisa exploratória com o Chefe do Departamento de Resíduos Sólidos do SANEP Edson Plá (questionário anexo).

municipal. Especificamente sobre o caso de Pelotas-RS, pouco se encontra de trabalhos científicos que abordem as questões referentes aos catadores de resíduos sólidos e sobre cooperativas de catadores. O trabalho do sociólogo Ricardo Severo, entretanto, aborda diretamente a temática catadores de materiais recicláveis do município em comento. Em sua dissertação denominada "Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade de Pelotas: Situações de Trabalho", defendida no ano de 2008, Severo vai descrever os resultados das pesquisas empíricas e dos levantamentos de campo realizados em seu projeto com os trabalhadores que coletavam materiais recicláveis

Severo (2008) já apontava que durante o desenvolvimento deste projeto ocorreram vários problemas, tanto de resistência dos moradores dos arredores do galpão, que não queriam os catadores no local, quanto de atravessadores, que viam prejuízo no desenvolvimento de cooperativas para seus negócios. Também o trabalho diretamente com os catadores, pondera Severo (2008), várias vezes se mostrava problemático, pois muitos buscavam uma relação de subordinação à SQA⁵⁷, enquanto o objetivo era o desenvolvimento de um processo de auto-gestão.

Em Pelotas a primeira cooperativa de triagem de resíduos foi constituída no ano de 1992. Trata-se da COORECICLO, que, segundo seu atual presidente C.R.P., que também é um dos triadores que ajudou a fundar a cooperativa, é a mais antiga da metade sul do Rio Grande do Sul. Após o fechamento da Fábrica de Papel de Pelotas (Fábrica Loreia), alguns dos ex-empregados decidiram iniciar a cooperativa como forma de continuar trabalhando com os materiais que já manipulavam, conforme relatou em entrevista o atual presidente da COORECICLO, C.R.P.

Conforme já mencionado, este trabalho tem como um dos seus objetivos a análise de cinco cooperativas de triagem de materiais recicláveis de Pelotas/RS. Essas cooperativas têm em comum a suas atividades de triagem e organização de resíduos para posterior venda, mas também o fato de todas estas possuírem um vínculo com a autarquia municipal de resíduos sólidos (SANEP). Este vínculo consiste em um convênio em que cada cooperativa de triagem conveniada ao SANEP recebe até R\$ 15.000,00 por mês, como contrapartida pelos serviços de triagem e organização dos resíduos recicláveis. Este valor só é repassado às cooperativas sob a forma de reembolso, após prestação de contas das despesas mensais destas,

⁵⁷ Secretaria de Qualidade Ambiental do município de Pelotas.

sendo que, via de regra, o dinheiro serve para investimento em materiais de consumo e permanentes. No entanto, o convênio permite o pagamento, sob a forma de pró-labore, de uma bolsa mensal de até R\$ 400,00 por cooperado, descontado o valor da previdência junto ao INSS.

As cooperativas de triagem de materiais recicláveis abordadas neste estudos foram selecionadas, portanto, pelo critério de estarem conveniadas ao SANEP. Ou seja, existem outras cooperativas de triagem no município de Pelotas que não possuem convênio com a autarquia municipal. Atualmente, as que estão conveniadas ao SANEP são as seguintes:

Tabela 3 – Cooperativas de triagem conveniadas ao SANEP em Pelotas - RS

Cooperativa	Endereço da sede	Nº de cooperados(as)	Cooperados(as) que já cataram nas ruas
COOPERCICLAÇÃO ⁵⁸ – Triagem, Reciclagem e Comercialização de Resíduos do Sul	Av. Governação, nº 387 - Distrito Industrial	-	-
COOPCVC – Cooperativas de Catadores da Vila Castilho	Rua Dr.Amarante, nº 1394 - Vila Castilho	15	14
UNICOOP – Cooperativa de Trabalho União dos Catadores de Resíduos Sólidos	BR 392, Km 64, nº 1428, Fragata	14	1
COORECICLO – Cooperativa de Trabalho e Reciclagem Ltda.	Av: Pinheiro Machado, nº 2112 - Fragata	16	2
COOPEL – Cooperativa de Prestação de Serviço e Ação Social	Av. Ulisses Guimarães, nº 788 - Dunas	20	2
COOTAFRA – Cooperativa de Trabalho dos Agentes Ambientais do FRAGET	Rua Carlos Andrade, nº 260 – Fragata	15	3
TOTAL		80⁵⁹	22

Fonte: PMGIRS – Pelotas/RS, 2014.

⁵⁸ Embora atualmente esta cooperativa esteja conveniada ao SANEP, no período em que realizei o campo deste estudo a COOPERCICLAÇÃO não possuía contrato com a autarquia municipal, por isso não aparece no universo empírico do trabalho.

⁵⁹ Este número se refere apenas as cooperativas de triagem de resíduos da cidade de Pelotas que possuem convênio com o SANEP, com exceção da COOPERCICLAÇÃO.

Chamo a atenção, em relação a tabela 3, sobre o número de cooperados(as) da COOPCVC que já trabalharam coletando resíduos no lixão do município. Das(os) 15 triadoras(es) cooperadas(os), 14 já atuaram catando resíduos no lixão.

As cinco cooperativas analisadas neste estudo estão geograficamente distribuídas na periferia da cidade de Pelotas, conforme pode ser visualizado na figura 6 exposta a seguir.



Figura 6 – Distribuição geográfica das cooperativas em Pelotas

Fonte: adaptado do Google Earth, 2018.

Na época em que foi elaborado o PMGIRS (2014) as cooperativas existentes em Pelotas e os equipamentos que cada um possuía estão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 4: Equipamentos por cooperativa de triagem em Pelotas

Cooperativa	Tipo de equipamento
CRIAS – CEVAL ⁶⁰	1 prensa
COOPCVC	1 prensa e 1 mesa fixa de catação
UNICOOP	1 balança, 1 zorra de transporte, 1 prensa (em comod e que não funciona)
COORECICLO	1 elevador de fardos, 1 balança eletrônica, 2 caminhõ 1 picador de papel, 1 zorra de transporte
COOPEL	1 prensa, 1 balança
COOTAFRA	2 prensas, 1 esteira, 1 balança convencional 5 t, 1 balança eletrônica 20 kg, 1 elevador de fardos, 1 pica de papel e 1 caminhão ano 1963

Fonte: PMGIRS - Pelotas/RS, 2014.

Atualmente, conforme pude observar nas visitas às cooperativas, contam com outros equipamentos, veículos e maquinários, adquiridos recentemente. A COOPCVC, por exemplo, já conta com um caminhão próprio⁶¹ e um esteira elétrica para transportar os resíduos até a prensa. Já a COORECICLO acabou de adquirir um terceiro caminhão, bem como uma plataforma elevada com esteira, que permite às(aos) triadoras(es) trabalharem com uma postura adequada, bem como como possibilita depositar os resíduos direto nos bags. Embora a estrutura das cooperativas estudadas esteja melhorando, pude perceber nas visitas *in loco* que realizei, que as condições destas, com exceção da COORECICLO, ainda são muito precárias, carecendo de espaços apropriados para a realização das refeições e setor administrativos equipados, por exemplo.

Após a análise das Atas e Estatutos Sociais de duas das cooperativas estudadas⁶², algumas informações me parecem importante para esta pesquisa, por isso as apresento a seguir.

⁶⁰ Essa tabela foi retirada do PMGIRS de Pelotas, por isso aparece essa sexta cooperativa. No entanto, a CRIAS -CEVAL está com suas atividades momentaneamente suspensas, portanto sem convênio com o SANEP, não aparecendo como objeto deste estudo.

⁶¹ Este veículo foi adquirido com o auxílio financeiros de duas instituições privadas: Sicredi (doou metade do valor) e Rotary Clube (emprestou o restante do valor).

⁶² Ressalto que os estatutos analisando são idênticos quanto ao seu conteúdo, mudando apenas as informações das cooperativas enquanto pessoas jurídicas de direito privado.

A análise documental dos Estatutos Sociais das cooperativas revelou que o objetivo da COOPCVC e da COOPEL é a defesa econômica e social dos seus associados, organizando o trabalho individual e organizando seus interesses junto a terceiros, sem qualquer objetivo de lucro, na área de: coleta, separação, triagem e reciclagem de resíduos sólidos, reutilização, prestação de serviço e comercialização de produtos recicláveis em geral. Conforme o art. 2º do Estatuto Social destas cooperativas, também é objetivo:

- a) Produzir, industrializar e comercializar novos produtos e/ou serviços tendo em vista a ampliação das atividades a que se propões;
 - b) Comprar em comum, bens necessários para a realização das ações propostas;
 - c) Desenvolver atividades de orientação, formação, divulgação e apoio para engajamento de novos associados, conscientizando-os dos valores e objetivos do cooperativismo e da economia solidária;
 - d) Buscar interação com outras cooperativas desta mesma atividade profissional, visando a formação e fortalecimento da cooperativa de segundo grau e integrar-se com cooperativas similares e demais segmentos do cooperativismo, garantindo maior economicidade nos negócios desenvolvidos e o fortalecimento do cooperativismo como um todo;
- Parágrafo único. A cooperativa promoverá, através de recursos próprios, em parceria ou ainda mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, o aprimoramento técnico profissional e a educação cooperativista do seu quadro de associados.

O ingresso de novos associados nestas cooperativas depende da indicação de um dos cooperados, além de exigir a realização de um curso básico sobre cooperativismo, a ser ministrado pela cooperativa ou pelo Serviço Nacional de Aprendizagem ao Cooperativismo do Rio Grande do Sul (SESCOOP/RS), segundo consta no Estatuto Social. Pelo que pude obter de informações nas entrevistas, esses cursos não costumam ser realizados, não sendo de fato requisito de admissão de novo(a) cooperado(a).

O número de associados de uma cooperativa, conforme os Estatutos Sociais estudados, tem limitação máxima e mínima, sendo que o mínimo não pode ser inferior a sete pessoas, nos moldes da Lei Federal nº 12.690 de 2012. Futuramente, de acordo com Edson Plá (SANEP), será realizado um projeto piloto com a COORRECICLO que consistirá em um contrato no qual a cooperativa prestará o serviço de recolhimento de resíduos para o SANEP nos bairros próximos da sede dos trabalhadores. A triadora S.O.B. (UNICOOP), no entanto, entende que em casos como esses as cooperativas estariam realizando o serviço que é de obrigação da Prefeitura de Pelotas-RS.

Entende que por situações assim as cooperativas deveriam ser mais valorizadas pela municipalidade.

As cooperativas de triagem de materiais recicláveis de Pelotas também atuam nos Ecopontos municipais⁶³, auxiliando na administração e organização dos locais e ficando com os resíduos recicláveis dispostos pela população. Conforme é possível perceber na figura 7, “A” mostra um munícipe descartando galharia e restos de podas, enquanto na “B” aparecem duas triadoras da COOPCVC auxiliando no descarte em um dos Ecopontos do município.



Figura 7: “A” - descarte de restos de poda; “B” - triadoras

Fonte: Diário Popular (2017). Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/noticia/ecopontos-receberam-mais-de-2-mil-containers-de-residuos-em-2017>

As cooperativas de triagem conveniadas ao SANEP se revezam no trabalho no Ecoponto. Um mês para cada cooperativa atuar no Ecoponto, ficando com os materiais recicláveis descartados pela população. Há, mais uma vez, um sistema de parceria entre a Prefeitura de Pelotas – RS e as cooperativas de triagem no gerenciamento dos RSU.

Em minhas entrevistas também conversei com a representante legal de um escritório de contabilidade de Pelotas – RS que presta serviço para três cooperativas que venho estudando (UNICOOP, COOPCVC e COOPEL). De acordo com a

⁶³ **Ecoponto Centro** - Avenida Juscelino Kubitschek, nº 3.195 – Funcionamento de segunda-feira a sábado, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Ecoponto Fragata - Rua Machado de Assis, nº 285, próximo à Cosac. Funcionamento de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Ecoponto Laranjal - Rua Bom Jesus, nº 95, no Balneário Valverde. Funcionamento de segunda-feira a sábado, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

entrevistada, existem alguns conflitos na relação das cooperativas com o poder público municipal, tendo apontado as seguintes: a Secretaria de Qualidade Ambiental (órgão municipal do SISNAMA) exige o pagamento de taxa de licenciamento ambiental, mesmo existindo vínculos entre a municipalidade e as cooperativas, sem considerar que estas têm recursos financeiros escassos; também aponta para o fato de não existir data certa para o repasse do SANEP às cooperativas, e isso acaba afetando a aquisição de bens duráveis e de consumo, tendo as cooperativas que arcar, muitas vezes, com juros nas compras junto aos fornecedores.

Outro ponto levantado nas entrevistas foi sobre a relação com os atravessadores, sendo que a maioria dos entrevistados vê a relação com o atravessadores indesejada, porém ainda necessária. Pelo o que foi relatado, uma solução para eliminar o atravessador das etapas da reciclagem seria o envio em conjunto dos resíduos para a empresa de reciclagem. Ou seja, a indústria da reciclagem exige uma carga mínima para comprar os resíduos já separados, prensados e enfardados. Mas, como as cooperativas possuem espaço físico limitado, não podem aguardar até fechar uma carga. A solução seria juntar os resíduos de várias cooperativas, pagar um frete e enviar direto à empresa de reciclagem, o que aumentaria consideravelmente o faturamento das cooperativas. Para se ter uma ideia, conforme relato do presidente da COORECICLO, C.R.P., uma tonelada de papelão é vendida a R\$ 340,00 para o atravessador, sendo que este vende para a indústria por R\$ 570,00. No entanto, os(as) cooperados(as) elencam vários motivos que inviabilizam essa venda, como: a diferença nos equipamentos de cada cooperativa (principalmente as prensas) que fazem fardos com tamanhos e pesos diferentes; a limpeza e organização do material triado; falta de consenso entre as cooperativas; etc.

Durante a análise documental sobre políticas públicas também percebi algumas inconformidades na documentação que estabelece a relação da Prefeitura com as cooperativas de triagens de resíduos de Pelotas. Por exemplo, enquanto o PMGIRS de Pelotas estabelece um máximo de 20 triadores(as) por cooperativa para que estas se mantenham conveniadas ao SANEP, os documentos de formalização dos convênio (contratos) estabelecem um máximo de dez cooperados(as) por instituição. Pelo levantamento de campo que realizei na pesquisa, todas as cooperativas contam com mais dez trabalhadores(as).

Ainda em relação aos estudos empíricos que realizei, algumas peculiaridades sobre as cooperativas me chamaram a atenção, principalmente quanto às finalidades

destas entidades. Conforme abordei anteriormente, algumas cooperativas tem um viés eminentemente empresarial, focado na administração do “negócio” viabilizado através da cooperativa, como no caso da COORECICLO.

Em contrapartida às cooperativas que atuam em um processo empresarial, outras cooperativas têm um viés social mais presente, como ocorre com a COOTAFRA (FRAGET), que trabalha com base nos princípios da economia solidária. A Cooperativa de Trabalho dos Agente Ambientais do FRAGET – COOTAFRA, surgiu em 2011, mas seu processo de formação foi diferente das demais cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas.

No ano de 1981 moradores nascia a Associação das Vilas Reunidas FRAGET, compreendendo as áreas das Vilas Farroupilha, Real, Aurora, Guabiroba, Elza e Treptow, caracterizando-se pelo trabalho solidário e na busca de soluções para problemas comuns, como iluminação pública, saneamento, regularização fundiária, etc. Somente depois foi criada a cooperativa de triadoras(es) ligada à FRAGET. No ano de 2012 a FRAGET foi contemplada com verba de subvenção através da Petrobras, obtendo subsídio durante dois anos para o desenvolvimentos das suas atividades. O projeto aprovado denominado “FRAGET – Empreendedorismo e Sustentabilidade” tem como objetivo fortalecer os empreendimentos de economia solidária, organizados em grupos e cooperativas de geração de renda da Associação FRAGET. Note-se que, mesmo que o projeto tenha em seu título a expressão “empreendedorismo”, a empresarização não é percebida como em outras cooperativas, sendo o viés social muito presente nesta entidade.⁶⁴

Ressalta-se sobre a necessidade de se compreender que com o investimento público e o estímulo às políticas públicas de resíduos sólidos, torna-se possível que se verifique o reconhecimento e a consequente melhoria da qualidade de vida e de trabalho das(os) triadoras(es) cooperadas(os). Muitos esforços nesse sentido tendem a influenciar na forma como estas(es) trabalhadoras(es) são reconhecidas(os) e se reconhecem, um processo com o potencial de transformar as identidades dos atores sociais envolvidos nestas políticas. Além disso, a importância do cooperativismo não reflete apenas nas práticas autogestionárias, na divisão do trabalho ou nos frutos obtidos com a venda dos materiais, mas também reflete o reconhecimento social das(os) triadoras(es) e a construção de suas identidades.

⁶⁴ <https://fragetvilasreunidas.wordpress.com/tag/cootafra/>, acesso em 08/04/2018.

A partir de agora, após a análise sobre as cooperativas de triagem de Pelotas e seus atores sociais, no próximo capítulo serão abordadas as diferentes formas que a sociologia aborda as teorias sobre a construção da identidade e sobre o reconhecimento dos atores que possuem ocupação de triador(a) de materiais recicláveis e como estas teorias dialogam com o campo de estudo.

Capítulo III – Construção identitária e os(as) triadores(as) de resíduos de Pelotas – RS

De que forma nos identificamos quando alguém nos pergunta quem somos? Esta pergunta pode ser respondida de várias maneiras diferentes, mas, via de regra, nós a respondemos como se estivéssemos dando explicações ao telefone a um estranho. Ou seja, respondemos com colocações que transmitem a forma como nos reconhecemos, dizendo nosso nome, o local de onde estamos falando, talvez falemos nossa profissão, nossa idade, nosso gênero, nossas características físicas ou até mesmo do clube de futebol que torcemos. Também seria bastante comum falar da nossa etnia ou da nossa religião (para os que a tem) para expressar quem somos.

Essas respostas podem ser consideradas exemplos que dizem muito sobre nossa identidade pessoal e social, auxiliando no entendimento sobre os processos identitários. Mas, será que são capazes de explicar sobre o que somos? O mais apropriado seria dizer que reproduzem em parte. Isto porque nossa identidade é formada não só pelo modo como nos percebemos, como definimos a nós mesmo, mas também pelo ponto de vista como os outros nos percebem. "As identidades social e pessoal são parte, antes de mais nada, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão." (GOFFMAN, 2004, p. 91). A categoria identidade, na filosofia hegeliana, é considerada relacional. Isto é, construída de forma dialógica através de um processo de reconhecimento mútuo (FARIA, *et. al.*, 2006).

Além disso, a identidade pode assumir como característica uma transitoriedade e uma multiplicidade, podendo ganhar contornos de, respectivamente, produção contínua da identidade e de identidades (no plural) do sujeito. Definir quem somos, como gostaríamos de ser reconhecidos socialmente, não é tarefa que pode ser resolvida facilmente e sob um olhar superficial.

Os estudos sobre identidade(s) não são atuais, sendo possível encontrar construções teóricas sobre o tema, por exemplo, nas obras de Aristóteles (LISBOA, 2013). No início do século XIX, Hegel aprofundou as discussões sobre identidade e reconhecimento na obra "Fenomenologia do Espírito", datada de 1807. Nos dias atuais, as discussões sobre identidade têm ganhado espaço e estão fortemente presentes na sociedade, não só no meio acadêmico, mas também nas notícias, nas redes sociais, nas rodas de conversa e nos mais diversos meios.

Por isso, alguns ramos do conhecimento científico preocupam-se em discutir as várias interfaces concernentes à construção da identidade. Abordagens no campo da filosofia, antropologia, ciência política, psicanálise e da psicologia são bastante comuns e demonstram o quão multidisciplinar são as discussões envolvendo o tema identidade.

Proponho, sob o prisma das discussões que envolvem a construção da identidade, a partir dessa perspectiva de Erving Goffman, compreender sobre possíveis estigmas que podem resultar das relações envolvendo os(as) catadores(as) e triadoras(es) de materiais recicláveis. Ao tratar do tema estigma, procuro abordar mais detidamente o conteúdo exposto no livro “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada” em que o autor procura demonstrar como pode se formar um estigma social e as consequências que isto pode trazer aos indivíduos estigmatizados. Muitas vezes o estigmatizado, termo este utilizado por Goffman em oposição ao indivíduo normal, se vê no grupo do seus pares, mas em outros momentos pode ser que se veja em outro grupo: os normais e a sociedade mais ampla que eles constituem. (GOFFMAN, 1988). Essa questão será discutida ao longo desse capítulo.

Conforme já mencionado, a parte empírica deste estudo recai sobre os(as) trabalhadores(as) das cooperativas de triagem de resíduos do município de Pelotas, mais especificamente sobre os(as) trabalhadores(as) que coletavam resíduos nas ruas ou no aterro controlado do município e depois passaram a trabalhar no ambiente das cooperativas.

Neste capítulo pretendo trabalhar com algumas teorias sobre construção da identidade, processos identitários e reconhecimento, mas também adentrarei na pesquisa de campo empírico que realizei, tentando estabelecer relações entre as teorias sobre identidade e as respostas que o campo me trouxe.

Para compreender como ocorre a construção da identidade a partir de Hall em relação aos(as) trabalhadores(as) das cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas, é apropriado trabalhar com auxílio da lente teórica da análise interseccional, visto que aspectos como cor da pele, gênero e classe influenciam na forma como essas pessoas são reconhecidas e se reconhecem enquanto atores sociais. Da mesma forma, os estudos de Avtar Brah (2003) e Pscitelli (2008) podem auxiliar, como será demonstrado no decorrer deste capítulo.

Neste capítulo, proponho realizar algumas discussões envolvendo a construção da identidade das(os) triadoras(es) de resíduos das cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas, inclusive trazendo na parte empírica os relatos das(os) próprias(os) trabalhadoras(es) sobre suas trajetórias de vida durante o processo, antes e depois, que culmina no trabalho junto as referidas cooperativas. Entretanto, primeiramente, serão apresentados aspectos teóricos e empíricos sobre construção indenitária e reconhecimento social, também sobre o papel socioambiental e a construção da identidade das(os) triadoras(es) e uma abordagem interseccional sobre o tema, ou seja, alguns dos pontos que auxiliam no entendimento das discussões teóricas sobre identidade, conforme apresento a seguir.

3.1 Construção da identidade: aspectos teóricos e empíricos

Embora atualmente as discussões envolvendo a construção da identidade e o reconhecimento social tenham ganhado força, pode-se perceber que ainda existem muitas arestas a serem aparadas e questões a serem discutidas, considerando, dentre outros fatores, a dinâmica, a relevância e a atualidade do tema. Mesmo com muitas discussões sobre a importância de se evitar reificações ou essencializações acerca do termo identidade, é possível perceber que essas incorreções são verificadas em muitos meios sociais, como no cenário artístico, nos meios midiáticos e nos coletivos em geral. Faz-se imprescindível compreender que cabe, ainda, evoluir o debate sobre a construção das identidades, adequando-os à realidade temporal e espacial do analista social.

Neste tópico pretendo trabalhar com algumas teorias sobre construção da identidade e processos identitários, mas também adentrarei na pesquisa de campo empírico que realizei até o momento, tentando estabelecer relações entre as teorias sobre identidade e as respostas que o campo me trouxe.

Conforme mencionei no início do trabalho, a base que sustenta o marco teórico para tratar sobre a temática identidade vai estar apoiada em três principais pilares teórico-metodológicos: construção da identidade (principalmente com base na teoria de Stuart Hall), como esta construção é influenciada pelo trabalho e pelas profissões (o aporte teórico de Claude Dubar me auxilia neste sentido), bem como sobre possíveis estigmas resultantes destes processos (utilizo a teoria de Erving Goffman

para tanto). Tenho consciência que estas três correntes teóricas não necessariamente conversam entre si e que tentar encontrar ponto de intersecção entre elas não é tarefa que se resolve facilmente.

As construções teóricas de Stuart Hall e Erving Goffman, por exemplo, têm origem em correntes sociológicas distintas, que também torna distinta a lente analítica que cada um utiliza para tratar sobre identidade. Enquanto Hall pode ser considerado um dos pais dos Estudos Culturais (HALL, 2003) e com forte influência dos estudos subalternos, pertencendo ao movimento intelectual que ficou conhecido como pós-colonial, Goffman é considerado um expoente da escola de interação simbólica do pensamento sociológico, embora ele próprio já tenha levantado controvérsias sobre seu pertencimento a esta categoria (ENNES, 2013). Portanto, estes autores lançaram diferentes olhares ao tratar de identidade, por influência das correntes sociológicas as quais cada um pertencia.

Essas considerações sobre Claude Dubar, Stuart Hall e Erving Goffman são importantes para entender como utilizo a teoria de cada um para formular o marco teórico sobre identidade neste trabalho e como isso se aplica ao meu campo de estudo. Isto é, quando procuro explicar como a sociologia aborda a questão da construção da identidade, por exemplo, utilizo a perspectiva teórica de Hall, não incluindo as discussões de Goffman neste ponto. Deste autor procuro extrair as discussões teóricas que me ajudam a pensar como as identidades das(os) triadoras(es) podem estar marcadas por estigmas. Já a teoria de Dubar, considero indispensável para auxiliar no debate sobre como as identidades são construídas por influência do trabalho e das profissões, possibilitando-me analisar a construção da identidade antes e após o trabalho no ambiente das cooperativas.

São muitos os olhares possíveis sobre a temática da identidade, sendo que quem parece ter conseguido contribuir de maneira bastante profícua sobre o tema foi o sociólogo jamaicano Stuart Hall⁶⁵ em sua obra “Identidade Cultural na Pós-modernidade”, traduzida para o português no início da década de 1990. Adotarei como ponto de partida a abordagem contida nessa obra, embora outras de igual importância sejam utilizadas, para desenvolver as discussões sobre identidade.

⁶⁵ Nascido na Jamaica no ano 1932, Stuart Hall é considerado um estudioso pós-colonialista, na medida em que estuda os efeitos deixados pelo colonialismo cultural, incluindo questões de classe e cor, e o reflexo disso na sociedade e nos indivíduos. Pode-se dizer que Hall também é um dos pais do movimento que ficou conhecido Estudos Culturais (HALL, 2003).

As estruturas sociais que permitiam que as identidades da idade moderna fossem passíveis de estabilidade, foram aos poucos desestabilizadas e descentradas, Segundo Hall (2005), as transformações sociais (deslocamento pessoal na sociedade) também trazem mudanças da identidade individual, alterando a ideia de sujeito integrado. O autor descreve que, interseccionalmente, as paisagens culturais de classe, de gênero, de sexualidade, etnia, raça e nacionalidade estão se fragmentando, sendo que no passado estas paisagens forneciam sólidas bases para identidades pouco flexíveis. Ocorreu na pós-modernidade, e ainda ocorre, um descentramento ou descentração do indivíduo, tanto do seu lugar na sociedade quanto de si mesmo. (HALL, 2005).

Stuart Hall (2005) desenvolve três concepções de sujeito para explicar como as identidades podem ser entendidas num contexto histórico e sofrerem influência do meio. São eles: sujeito do iluminismo (baseado numa concepção da pessoa humana com um indivíduo centrado, unificado dotado de razão – lógica descartiana -, arraigado à nacionalidade), sujeito sociológico (a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade, “suturando” o sujeito à estrutura, indivíduos vinculado à existência do coletivo) e sujeito pós-moderno (ocorre um descentramento do sujeito, que se apresenta sem uma identidade fixa, essencial ou permanente). O trabalho empírico deste estudo revelou que as(os) triadoras(es), enquanto sujeitos pós-modernos, embora pertencentes a um mesmo grupo, não possuem uma identidade fixa, demonstrado diversidade quanto a identidade de cada indivíduo. Esta questão abordarei mais adiante neste capítulo.

Avtar Brah (2003), pode-se dizer, bebe na teoria de Hall ao tratar das diferenças em sua obra “Diferença, diversidade e diferenciação”, corroborando com a ideia de uma identidade relacional, individualizada e que muda constantemente conforme o meio material.

Questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. Identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais [...] As identidades são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito que constituem o sujeito. Portanto, a identidade não é fixa nem singular; ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança (BRAH, 2003).

Outros(as) autores(as) vão tratar da construção da identidade como um atributo eminentemente cultural. Quando trata dos atores sociais, Castells (1999) vai dizer que

identidade é o “processo a construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(em) sobre outras fontes de significados” (CASTELLS, 1999, p. 22).

Na modernidade tardia⁶⁶ (modernidade reflexiva⁶⁷ ou pós-modernidade⁶⁸) as identidades culturais sofreram forte influência da globalização, sendo caracterizadas por mudanças constantes e em ritmo acelerado e por um "desalojamento do sistema social" (GIDDENS, 1991). Nas cooperativas de triagem que venho estudando, é possível perceber um pouco do que aqui venho sustentando, baseado nas entrevistas que realizei. Ou seja, as identidades são formadas e transformadas continuamente, inclusive pela influência do global no local. No momento em que os atores sociais em análise trabalhavam nas ruas ou no lixão⁶⁹ eram reconhecidos e se reconheciam de determinada maneira e, após o ingresso no ambiente das cooperativas, sofreram uma transmutação em suas identidades.

Barbero (2010, p.78), vai falar do fundamentalismo identitário, como uma forma de reação dos sujeitos a ameaça de uma globalização mais interessada nos "instintos básicos" do que nas identidades, considerando que esta globalização seria capaz de dissolver a sociedade enquanto comunidade. Para tratar dos conflitos por identidade o autor vai usar o exemplo de Kosovo e Sarajevo, em que a luta pelo reconhecimento só seria completa quando um grupo expulsasse do seu território todos aqueles que não compartilham sua pureza étnica (BARBERO, 2010).

Também Woodward (2005) vai trazer o exemplo da Sérvia e da Croácia para elucidar esta busca por identidade. A identidade, para a autora assim como para os demais autores citados anteriormente, é relacional. Ou seja, a relação entre sérvios e croatas envolve a negação de que não existem quaisquer similaridades entre os dois grupos, uma exclusão mútua de reconhecimento, sendo ainda essa afirmação das identidades nacionais historicamente específica.

⁶⁶ Giddens, 1997.

⁶⁷ Beck, 2010.

⁶⁸ Hall, 2005.

⁶⁹ A expressão “lixão” é comumente utilizada para designar aqueles locais onde se depositam os resíduos sólidos urbanos (RSU), embora existe uma classificação técnica para esses locais. No Brasil, aterros sanitários são os locais onde existe uma estrutura mais apropriada para a disposição final dos RSUs, contando com impermeabilização do solo, captação de metano, coleta e tratamento dos efluentes (chorume). Também existem os aterros controlados, que são os locais minimamente adequados para disposição dos RSUs (geralmente estes resíduos são soterrados para evitar a propagação de cheiro e proliferação de vetores). Já os lixões, são os locais em que os RSUs são dispostos sem nenhuma forma de tratamento ou cuidado, ficando expostos à céu aberto. Quando utilizo a expressão “lixão” neste trabalho, estou me referindo, genericamente, às três formas de disposição dos RSUs acima apresentadas.

Já Faria (2006) ao tratar das questões de identidade individuais e coletivas, também vai falar de ambientes sociais de pressão, de contestação e rejeição. Vai utilizar como exemplo a atuação dos hooligans e dos skinheads no mundial de futebol sempre que os times africanos estivessem atuando. Como dito anteriormente, os conflitos envolvendo processos identitários podem envolver questões étnica e raciais.

As ideias contidas nos textos de Barbero (2010), Woodward (2005) e Faria (2006), apresentadas acima, embora não estejam diretamente ligadas ao objeto empírico deste estudo, ajudam a compreender a diversidade multifacetada que a categoria identidade pode assumir nas ciências sociais.

É bem verdade que o próprio Hall vai dizer que as identidades culturais, mesmo antes da pós-modernidade, não foram sempre fixas ou imutáveis. O autor vai desconstruir essa noção de solidez dos sujeitos modernos, vai considerar que houve, sim, um deslocamento e um descentramento das identidades na idade moderna, mas que o ritmo das interações sociais não permitia uma mudança abrupta das identidades arraigadas às tradições, o que só se verificou na modernidade tardia.⁷⁰

Nós como sujeitos sociais estamos submetidos a aceitação do outro, bem como de grupos e instituições, e procuramos nos incluir dentro de uma normalidade social. Ocorre que muitas vezes queremos garantir essa normalidade através da diferença com o outro, excluindo aquele que é diferente, num processo de deterioração da identidade (GOFFMAN, 1988). Essa deterioração individual, um “eu” precário, por exemplo, pode ocorrer muitas vezes com aqueles que catam resíduos nas ruas e no lixo em diferentes contextos urbanos pelo mundo, podendo resultar em identidades estigmatizadas. Estigma, numa concepção sociológica, é “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p. 4).

Especificamente em relação às entrevistas realizadas para este trabalho, pude perceber que os(as) cooperados(as) vivenciavam situações de preconceito, pois relataram ser discriminados e sentiam-se, muitas vezes, envergonhados de catarem resíduos no aterro controlado e nas ruas do município de Pelotas. Segundo o entrevistado F.L., triador na COOPCVC, a vergonha da sua atividade (catação no

⁷⁰ Hall (2005) vai dizer que as estruturas sociais presentes na pós-modernidade causaram uma série de rupturas nos discursos e paradigmas predominantes até então na idade moderna. Isto é, o ritmo das transformações e interações sociais foram acelerados pelos processos sociais de globalização, permitindo um descentramento das identidades. Giddens (1997) também ajuda nessa discussão, através da categoria dos mecanismos de desencaixe. Para o autor, através desses mecanismos ocorre o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação, acarretando na reestruturação das extensões indefinidas de tempo-espço.

lixão) quase o fez perder a sua namorada, pois não tinha coragem de dizer ao sogro o local onde trabalhava. Isto é, ele relata ter vivenciado uma condição de estigma social por realizar a atividade de catação no extinto aterro de Pelotas. Essa situação, segundo o entrevistado, mudou após ele exercer a ocupação na cooperativa.

Já a entrevistada F.S. destacou as situações de preconceito que são experienciadas pelo(a) catador(a) nos mais diversos setores da sociedade, até mesmo quando pretende fazer um cadastro em uma loja. “Na loja me perguntaram qual a profissão e eu disse: ‘catadora, trabalho na cooperativa de reciclagem, pode colocar’. A mulher da loja insistiu: ‘posso colocar catadora?’ (informação verbal) (F.S. - COOTAFRA).

Na visão de Miura (2004), existe uma relação dialética entre os sentimentos de vergonha e orgulho que constituem o agir do(a) catador(a) no exercício de lidar com os resíduos sólidos. A vergonha pode se dar na compreensão de que sobrevive em condições desumanas e, muitas vezes, pode ser comparado ao produto que lhe gera renda e condições de sobrevivência. Já o orgulho consiste na descoberta da sua importância como agente ambiental que contribui para as questões de preservação e conservação.

Uma possível segregação social em se tratando dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis pode constituir estigmas nas suas identidades narrativas, tais como o da culpabilidade pela sua própria exclusão; o da vergonha; e o da desconfiança daquele que lhes é diferente. Estes processos os levam a constituir núcleos familiares entre si, como uma forma de estabelecerem relações de solidariedade entre eles e sobreviverem à segregação (COSTA, 2016).

É claro que muitas vezes não é possível se livrar do estigma rapidamente, sendo este processo lento ou até mesmo irreversível. Embora Goffman (1988) diga o contrário, que em determinadas circunstâncias pode ser repentino tanto o término do estigma, quanto a aquisição de um. Vai usar como exemplo a cirurgia plástica estética ou corretiva, em que um estigmatizado por uma cicatriz, por exemplo, muda rápida e drasticamente sua aparência.

Muitas vezes o estigmatizado, termo este utilizado por Goffman em oposição ao indivíduo normal, se vê no grupo do seus pares, mas em outros momentos pode ser que se veja em outro grupo: os normais e a sociedade mais ampla que eles constituem. (GOFFMAN, 1988). No caso dos atores sociais que estudo, pertencer a uma ou outra categoria, aos estigmatizados e aos “normais”, pode variar de indivíduo

para indivíduo, mas também cada indivíduos pode se sentir “normal” ou estigmatizado. De acordo com os relatos das entrevistas, pude perceber as(os) triadoras(es) carregam sentimentos e lembranças difíceis da época em que catavam materiais nas ruas ou no lixão, conduzindo-os(as) para o grupo dos(as) estigmatizados(as). Mas, ao mesmo tempo, percebi que sentem orgulho da função de agentes ambientais que desempenham, demonstrando sentimento de pertencimento social, situando-os(as) entre os “normais”.

Retomando à abordagem da influência da globalização na formação das identidades, Saskia Sassen (2007) vai dizer que o global está presente no local. O global transcende o quadro exclusivo dos Estados Nacionais, habitando, parcialmente, os territórios e instituições nacionais. Ao refletir sobre isso logo penso no caso dos resíduos que são destinados aqui no Brasil. Grande parte dos resíduos recicláveis que são descartados em nosso país advém de fora, na maioria de países asiáticos.

Também Hall (2005) trata dos processos de globalização como responsáveis pelo descentramento e deslocamento dos sujeitos pós-modernos, portanto cruciais para formação da identidade. A globalização, diz Hall (2005), torna menos rígida e restrita a identidade nacional aos indivíduos que são influenciados por esse processo. As pessoas têm acesso ao diferente. As identidades a partir dos processos de interação e relação propiciados pela globalização começam a ser construídas de maneira diferente. Global e local estando desencaixados possibilita surgir novas identidades, inclusive que se ritualize as tradições mesmo estando longe dos seus locais de origem. Além disso, é possível afirmar que todos são consumidores em um mundo globalizados.

O global não está apenas nas transações econômicas entre Estados ou entre multinacionais, mas também habita o dia-a-dia dos indivíduos e de pequenos grupos, como é o caso das cooperativas de catadores. Muito dos materiais (embalagens, por exemplo) triados pelas cooperativas de Pelotas-RS são fabricados em outros países, principalmente na China, e acabam tendo seu destino final em outros países. A importação de produtos e subprodutos são cada vez mais comum, restando “os vestígios do global” no ambiente do local. Portanto, um processo industrial na China, por exemplo, pode influenciar nas cooperativas de triagem de Pelotas, contribuindo com a renda das(os) triadoras(es) e, portanto, modificando suas identidades. Ao mesmo tempo, é necessário compreender que esses materiais fabricados em outros

países irão influenciar o ambiente local, podendo contaminar os recursos hídricos, o solo e o ar quando gerenciados incorretamente.

A globalização também é responsável por uma rápida troca de informações, principalmente possibilitada pela internet. Acesso à culturas e identidades de grupos diferentes daqueles de convívio imediato podem influenciar diretamente no processo de formação da identidade dos indivíduos.

Para compreender como se dá a construção da identidade das(os) triadoras(es) de resíduos cooperados(as) de Pelotas, considero importante também adentrar no universo teórico das teorias do reconhecimento. Ao passo que as teorias sobre construção da identidade tendem a explicar como indivíduos ou grupos sociais se identificam ou são identificados perante a sociedade, também existem teorias que buscam explicar como se dá a busca por justiça social através do reconhecimento. Nesta linha teórica, posso destacar dois importantes autores: Nancy Fraser (2001 e 2012) e Axel Honneth (2015).

Ao trazer as abordagens desses dois autores, procuro trabalhar com a ideia de que existe a necessidade dos grupos sociais que venho estudando em se reconhecerem e obterem reconhecimento pelo trabalho que desempenham. O acesso à justiça social através de políticas públicas de cunho social ou referente aos resíduos sólidos, depende do reconhecimento dessa categoria, tanto pelo poder público quanto sociedade, enquanto trabalhadores(as) que contribuem para a conservação ambiental e para sociedade. Ou seja, serem (re)conhecidas(os) como as(os) próprias(os) triadoras(es) se reconhecem: agentes ambientais.

Os estudos sobre reconhecimento não são recentes, sendo que a teoria filosófica de Hegel do início do século XIX já tratava dessas questões (HONNETH, 2015). Encontra novo sentido, no entanto, “no momento em que o capitalismo acelera os contatos transculturais, destrói sistemas de interpretação e politiza identidades.” (FRASER, 2012)

Honneth (2015) ao dialogar com as teorias de Hegel, vai dizer que o processo de formação da identidade tem como necessidade a relação recíproca, o reconhecimento recíproco entre dois sujeitos. Assim, os indivíduos só se veem como sujeitos sociais se forem reconhecidos também pelos demais. Se não houver esse reconhecimento não há, portanto, esse sujeito social. O autor se preocupa em construir uma explicação normativa das relações de poder, respeito e reconhecimento. Um dos seus objetivos é mostrar como e indivíduos e grupos sociais

inserir-se na sociedade atual. Vai dizer que essa inserção se dá na luta por reconhecimento e não pela autoconservação, como pensavam Hobbes e Maquiavel.

Para explicar sua teoria, Honneth (2015) propõe três formas ou padrões de reconhecimento intersubjetivo: pelo amor, pelo direito e pela solidariedade. De forma resumida, o autor considera que o amor gera autoconfiança, o direito gera autorespeito e a solidariedade gera autoestima. Desrespeitando qualquer uma dessas formas, surge a luta por reconhecimento, a partir da gramática moral dos conflitos sociais. Afinal só com o somatório de autoconfiança, auto-respeito e autoestima “uma pessoa é capaz de se conceber de modo irrestrito como um ser autônomo e individuado e de se identificar com seus objetivos e seus desejos.” (HONNET, 2015, p. 266)

A categoria solidariedade, também denominada por Honneth de eticidade ou estima, remete a aceitação recíproca das qualidades individuais, julgadas pelos valores da sociedade. A solidariedade é ferida quando ocorre a degradação ou ofensa a honra ou a dignidade de um indivíduo que faz parte de uma comunidade de valores. Do respeito a solidariedade surge a autoestima, sendo que esta varia da mesma forma que os valores da sociedade, conforme o momento histórico.

Entendo que essa terceira forma de reconhecimento intersubjetivo proposta por Honneth (solidariedade ou eticidade) pode ajudar a explicar a situação de alguns atores sociais das cooperativas de triagem de Pelotas – RS. Quando estes atores se sentem parte de um grupo social que realiza um importante trabalho para o funcionamento da sociedade e para a conservação do ambiente, pode surgir a autoestima juntamente com o sentimento de orgulho. Com isso, conforme venho tentando articular nesse estudo, há possibilidade de que a identidade desses atores seja transformada e (re)construída.

Ao responder quando questionado na entrevista sobre o que mudou depois que saiu da catação no lixão e passou para a cooperativa, o triador J. A. M. da COOPCVC, relatou:

A autoestima mudou muito. Houve melhoras a "fuzel". O que a gente passou... Só de sair de cima do aterro. Não precisar sair 19 h de casa e chega às 6 h. De manhã tinha que separar os resíduos e mal dormia. A felicidade que eu tenho aqui é ver que muitos aqui não tinham nada e hoje eles têm casa. Casa própria.

Embora o foco dos estudos de Fraser (2012) sobre reconhecimento se volte para o respeito das diferenças e minorias, seu aporte teórico pode auxiliar no entendimento da realidade das(os) triadoras(es) de resíduos de Pelotas, principalmente na busca destas(es) por igualdade e justiça. A autora considera que para se obter acesso à justiça não basta o reconhecimento, mas também é imprescindível a redistribuição. "A tarefa, em parte, é elaborar um conceito amplo de justiça que consiga acomodar tanto as reivindicações defensáveis de igualdade social quanto as reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença" (FRASER, 2001, p. 103).

Para a autora, a solução para as injustiças econômicas depende de algumas variáveis como: distribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, submissão das decisões de investimentos ao controle democrático, transformação fundamental do funcionamento da economia. Esse conjunto representa a categoria redistribuição. Já para solucionar a injustiça cultural, são necessárias mudanças culturais ou simbólicas que dependem da reavaliação de identidades desprezadas, reconhecimento e valorização da diversidade cultural ou, mais globalmente, alteração geral dos modelos sociais de representação, o que modificaria a percepção que cada um tem de si mesmo e do grupo ao qual pertence. Esse conjunto de fatores depende, pois, do "reconhecimento" (FRASER, 2012).

Considerando este aspecto apontado por Fraser, consigo aproximar esta discussão com a questão empírica deste estudo mais através da categoria reconhecimento do que com a categoria redistribuição, embora ambas sejam importantes na solução de injustiças e ao acesso à políticas públicas. Isto é, mudanças culturais ou simbólicas através do reconhecimento podem contribuir com a reavaliação de identidades outrora desprezadas, principalmente daqueles(as) que trabalhavam coletando resíduos nas ruas ou no aterro controlado de Pelotas-RS.

Quando se trata de uma identidade desprezada, para usar o termo de Fraser, como pode ocorrer com os atores sociais que catam materiais recicláveis na rua ou no aterro, mudanças culturais e simbólicas podem auxiliar na reavaliação desta identidade. No caso deste estudo, é possível que também mudanças no trabalho sirvam para reavaliar essas identidades estigmatizadas através do reconhecimento. Seguindo esta linha de entendimento, uma das entrevistadas relata:

[...] na rua catando dizem lá vai a pessoa suja, o catador, as pessoas têm aquela visão feia, sabe? Nem dão bola para as pessoas. Estando aqui,

aqui ou em outra cooperativa, pensa pô, sou catador, tem a questão, como posso te dizer... tem um reconhecimento, um respaldo. Acho que fica mais tranquilo dentro de um galpão do que na rua (F. S. – COOTAFRA).

Essas mudanças culturais ou simbólicas propostas por Fraser (2012) como sendo mecanismos capazes de reavaliar as identidades, podem, por exemplo, ser representadas pela denominação que recebe um indivíduo ou grupo social. Ou seja, quando os(as) catadores(as) ou triadoras(es) são reconhecidos(as) como agentes ambientais, por exemplo, simbolicamente as suas identidades são reconstruídas. A identidade outrora deteriorada (GOFFMAN, 1988), atrelada a denominações sociais destes atores conforme as atividades laborativas que desempenham e que culturalmente estão vinculadas ao lixo (“catador de lixo”, por exemplo), pode ser reconstruída quando houver uma ressignificação no reconhecimento destes atores sociais importantes para o ambiente e para a sociedade.

As políticas públicas de ações afirmativas podem dar conta de reforçar a importância destes atores para o ambiente e para toda sociedade. A institucionalização do reconhecimento através da alocação de recursos para, por exemplo, veicular termos e expressões que não denotem preconceito ou carreguem estigmas sociais, divulgados em propagandas, contidos em documentos oficiais e propostos na lei, tende a diminuir a discriminação e a desigualdade socioeconômica que estes grupos sociais enfrentam.

Por certo, aprofundar os debates sobre o reconhecimento pode contribuir para solucionar casos concretos de injustiça contra grupos ou indivíduos que buscam acesso à direitos e a aceitação social, como se percebe em alguns casos das(os) triadoras(es) que estudo. A capacidade dos indivíduos em se reconhecer e serem reconhecidos perpassa por várias questões, sendo possível afirmar que:

O nexos existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal: os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades ou capacidades. A extensão dessas propriedades e, por conseguinte, o grau de autorrealização positiva crescem com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito: desse modo, está inscrita na experiência do amor a possibilidade da autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, a do autorrespeito e, por fim, na experiência da solidariedade, a da autoestima (HONNETH, 2015, p. 272).

Após elaborar as discussões mais gerais sobre identidade e trazer algumas considerações sobre reconhecimento, analisarei como o trabalho e a profissão, neste caso também a ocupação de triador de material reciclável, influencia na construção da identidade.

3.2 O papel socioambiental e a construção da identidade através do trabalho

As consequências da industrialização iniciada na modernidade são sentidas de várias formas, consideradas pelos indivíduos como positivas e negativas, com maiores e menores magnitudes, na economia, na sociedade, no planeta. No meio ambiente, essas consequências são acentuadas e evidenciadas sob vários aspectos, sendo um deles de grande importância que é a geração de resíduos sólidos.

No Brasil, as discussões para minimizar os impactos ambientais sobre gestão dos resíduos sólidos passam a ter destaque no início da década de 1970 e, junto com a discussão de outras políticas públicas ambientais, desde então, cada vez mais ganha força essa pauta. A disposição dos resíduos sólidos urbanos em "lixões" tornou-se prática comum, principalmente por serem consideradas economicamente conveniente, em contraposição aos aterros controlados e sanitários que exigiam maiores investimentos e qualificação técnica por parte do poder público. Por exemplo, de acordo com dados da ABRELPE, em 2015 foram gerados, no Brasil, 72,5 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU), resultando em um índice de cobertura de coleta de 90,8% no país. A quantidade sem coleta representa, portanto, 7,3 milhões de toneladas e, conseqüentemente, esses resíduos não coletados acabam tendo uma destinação final incorreta.

O crescente volume gerado de resíduos sólidos gerados no Brasil contrasta com a geração de empregos. Este contexto de escassez de empregos verificado no Brasil, somado a um excludente mercado de trabalho àqueles com baixa qualificação, conduzem milhares de pessoas – inclusive crianças - ao trabalho pesado e perigoso realizado nos aterros e nas ruas das grandes e médias cidades brasileiras, em busca de alguma renda. As cooperativas de triagem de resíduos sólidos, neste contexto de trabalho precário e informal, surgem como alternativa à informalidade no trabalho e busca por cidadania, em uma perspectiva de autogestão, àqueles marginalizados pelo sistema formal de trabalho (MAGNI, 2014).

Essa realidade foi reconhecida em âmbito nacional e depois de um longo processo cominou na edição de uma série de previsões legais tratando dos temas catadores(as), resíduos sólidos e cooperativas. Ou seja, a gestão integrada de resíduos sólidos deve contemplar a atuação conjunta do Estado e das associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para atingir um de seus objetivos principais: a eliminação dos chamados "lixões" em todo território nacional. Por isso, os(as) catadores(as) e as(as) triadoras(es) podem ser considerados(as) como indispensáveis na gestão de resíduos sólidos, atuando nesse processo como agentes ambientais.

O(a) catador(a) de resíduo desempenha uma atividade laboral considerada socioambiental, quando, por exemplo, retira das ruas materiais que podem contaminar o ambiente ou entupir bueiros ou quando retira dos lixões resíduos recicláveis que seriam enterrados junto com os rejeitos e resíduos orgânicos. São, portanto, agentes ambientais sem os quais a reciclagem de resíduos no Brasil seria inviável, sendo que as atividades por eles(as) desempenhadas podem ser classificadas como “empregos verdes”.

De acordo com o PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – de 2008, empregos verdes são aqueles que minimizam o impacto ambiental de empresas e de setores econômicos para níveis que sejam sustentáveis. Não se trata necessariamente de empregos, pois estão incluídas nesse conceito atividades laborais como as ocupações. Estas atividade são encontradas em diversos setores da economia, tais como os de fornecimento de energia, reciclagem, agrícola, construção civil e transportes. O objetivo dessas atividades está vinculado à redução do consumo de recursos naturais, à redução do impacto no meio ambiente, bem como para a melhoria da qualidade de produtos ou serviços, através do estímulo a reciclabilidade, minimizando resíduos, protegendo e restaurando os ecossistemas e a biodiversidade. (GUARDABASSIO *et. al.*, 2013). Portanto, as ocupações das(os) triadoras(es) nas cooperativas de triagem de Pelotas podem ser consideradas como “empregos verdes”, na concepção proposta pelo PNUMA, constituindo-se como essenciais para o ambiente e para a sociedade.

No entanto, mesmo que a ocupação de catador de material reciclável tenha sido reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), e que este trabalho os exponha a perigos e insalubridade, na maioria das vezes estes atores sociais não são reconhecidos como agentes ambientais, sofrendo discriminação pelo trabalho que

desempenham, sendo comparados, muitas vezes, ao material que recolhem ou separam. Durante as entrevistas ouvi vários relatos de situações de perigos que os(as) catadores(as) foram submetidos quando trabalhavam nas ruas, mas, principalmente, no lixão. Cortes frequentes proporcionados por vidro quebrado, perfuração por agulhas usadas, quase soterramento pelos caminhões da coleta de resíduos, são alguns dos exemplos que me foram relatados nas entrevistas sobre as condições de trabalho no extinto aterro controlado do município.

De acordo com as entrevistas realizadas junto aos (às) trabalhadores(as) nas cooperativas, foi relatado que quando eles(as) passaram a se organizar em cooperativas ou associações de triagem de resíduos, atuando em parceria com o poder público municipal no sistema de coleta seletiva, houve uma maior aceitação social dessa categoria como agentes ambientais. No entanto, também tiveram relatos no sentido contrário, que o reconhecimento social pouco ou nada mudou após começarem a trabalhar nas cooperativas. Isso reforça o que já foi dito anteriormente sobre a subjetividade e a materialidade dos processos identitários.

A entrevistada F.S., da cooperativa COOTAFRA, exalta a diferença do reconhecimento social entre aqueles(as) que trabalham na rua catando material reciclável e dos(as) que trabalham nas cooperativas. Relata a triadora:

[...] na rua catando dizem: “lá vai a pessoa suja, o catador”. As pessoas têm aquela visão feia sabe?! Nem dão bola para as pessoas. Estando aqui, aqui ou em outra cooperativa, pensa pô, sou catador, tem a questão, como posso te dizer... tem um reconhecimento, um respaldo, acho que fica mais tranquilo dentro de um galpão do que na rua. (F.S. - COOTAFRA)

Já para a entrevistada I.F.S., triadora de 63 anos que antes de entrar para a cooperativa trabalhou mais de 50 anos catando resíduos nas ruas, mas principalmente no antigo aterro de Pelotas, considera que não sentiu mudança em relação à forma como é reconhecida socialmente, ou seja, tanto no tempo em que atuou na rua quanto agora como na cooperativa sofre preconceito.

Ou seja, não necessariamente porque os(as) trabalhadores(as) passaram a atuar nas cooperativas que deixaram de sofrer preconceitos e discriminação, sendo evidente a permanência de estigmas em alguns casos. Outra entrevistada, a Assitente Social que aqui identifico apenas como B., voluntária na cooperativa COOTAFRA, destacou a dificuldade para abrir conta no banco aos(às) cooperados(as) quando informava a ocupação destes(as): “para abrir as contas no banco. Não queriam abrir

as contas porque eram catadores. Eu mesma levei os papéis para abrir as contas, mas diziam que não daria para abrir hoje, daí no outro dia a mesma coisa.” (Ass. Social B.). Outros(as) entrevistados(as) mencionaram o preconceito das pessoas em relação ao ambiente de trabalho das cooperativas. “As pessoas vem entregar o resíduo aqui na cooperativa, mas não querem passar do portão, pois pensam que estão entrando em um lixão, cheio de rato e barata” (C.R.P. - COORECICLO).

Dubar (2005) em sua obra “A socialização: construção das identidades sociais e profissionais” vai tratar sobre essa temática. Isto é, o autor vai tratar do reconhecimento social e da construção da identidade proporcionados pela profissão e pelo trabalho. Para chegar a tal conclusão, Dubar (2005) faz um apanhado histórico da expressão profissão⁷¹, que no idioma francês, assim como no português, remete a dois significados encontrados no inglês: *ocupacion*, que seria a totalidade dos empregos, e *professions*, representando as profissões liberais e científicas, como médicos e advogados, por exemplo.

Com o desenvolvimento e a consolidação das universidades, diz Dubar (2005), as artes mecânicas começaram a se separar das artes liberais, levando à oposição entre as “profissões”, ensinadas nas universidades e cuja produção cabe mais ao espírito do que à mão, e os “ofícios”, oriundo das artes mecânicas, em que “as mãos trabalham mais que a cabeça”. O autor vai dizer que no século XVIII, quando um artesão entrava no ofício ele adquiria um estado particular, uma condição social e uma capacidade ontológica que compartilhava com quem exercia o mesmo ofício, definindo sua posição na ordem social.

Essa posição social ocasionada pelo trabalho ainda hoje pode ser sentida, distinguindo as pessoas em relação ao reconhecimento social. A comparação entre o trabalho de um médico e de um professor, ou deste com um catador diz muito sobre o reconhecimento social que estes diferentes trabalhadores podem ter. Portanto, na construção da identidade, do trabalho exercidos nas ruas ou nos lixões pelos(as) catadores(as) e aquele desenvolvido nos ambientes das cooperativas, onde as(os)

⁷¹ J. Le Goff (1977), apud Dubar (2005), vai dizer que no século XIII, na época do surgimento das universidades o trabalho era considerado uma arte. Essa organização corporativa assumia a forma de “ofício juramentado” em “cidades juramentadas” onde se “professava uma arte”. O termo “profissão” deriva dessa “profissão de fé” cumprida nas cerimônias dos rituais de admissão nas corporações. Ou seja, profissão no sentido de professar (declarar) a fé.

triadoras(es) possuem melhores condições de trabalho, contando com o reconhecimento do poder público e da sociedade em geral.

Nas cooperativas de triagem estudadas para este trabalho, mostra-se apropriada, dentro da perspectiva da abordagem de Hall (2005), destacar que as identidades são formadas e transformadas continuamente. No ínterim em que os atores sociais em análise trabalhavam nas ruas ou no lixão eram reconhecidos e se reconheciam de determinada maneira e, após o ingresso no ambiente das cooperativas, passaram a elaborar, re-elaborar e construir suas identidades.

Em várias das entrevistas realizadas para este projeto foi possível perceber mudanças, relatadas pelos próprios entrevistados quanto ao reconhecimento social. Um dos entrevistados (J.A.M, COOPCVC) disse que enquanto trabalhava, no hoje extinto lixão e nas ruas da cidade de Pelotas, sofria constrangimentos e sentia vergonha em assumir onde e com o que trabalhava. Após ingressar no trabalho da cooperativa, passou a sentir orgulho da função que desempenha:

Eu passava na rua de carroça e via um monte de gente sentada tomando chimarrão e ficava com vergonha de pedir os recicláveis que tavam na lixeira. Hoje não tenho mais vergonha. Se tiver que parar meu carro eu pego e coloco dentro os materiais. As pessoas dizem que nosso trabalho é lindo, dizem que estamos ajudando nossos netos. As pessoas trazem café aqui pra gente (J.A.M., COOPCVC).

A condição dos(as) catadores(as) se organizando em cooperativas ou associações de triagem de resíduos e participando de fóruns de encontro destas instituições, como ocorre no município de Pelotas, os(as) leva a experimentar uma condição nova de contato e diálogo com seus pares e com as lideranças que representam essa categoria. Esta situação permite a eles(as) assimilarem que não estão sozinhos na luta por emancipação e melhores condições de vida, principalmente quando identificam as pessoas que conheceram com um viés de admiração. (COSTA, 2016)

Também Souza (2003) ao abordar da invisibilidade na desigualdade brasileira, vai tratar da relação do trabalho com a identidade do trabalhador, dizendo que:

[...] apenas através da categoria do 'trabalho' é possível se assegurar a identidade, auto-estima e reconhecimento social. Nesse sentido, o desempenho diferencial no trabalho tem que se referir a um indivíduo e só pode ser conquistado por ele próprio. Apenas quando essas precondições

estão dadas pode o indivíduo obter sua identidade pessoal e social de forma completa (SOUZA, 2003, p. 169).

Portanto, é preciso compreender a relação existente entre reconhecimento social, construção da identidade e trabalho para analisar a situação daqueles(as) que atuam nas cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas. O fato de fazerem parte de uma cooperativa, onde todos podem trabalhar sob um teto, durante o dia, com uniformes e EPIs, recolhendo a contribuição para o INSS etc., altera a forma como estes(as) trabalhadores(as) se reconhecem e são reconhecidos socialmente, e são percebidas nas respostas obtidas nas entrevistas realizadas com os(as) trabalhadores(as) cooperados(as) do município de Pelotas.

Primeiramente, o reconhecimento social vem pela função desempenhada pelas(os) triadoras(es) enquanto agentes ambientais. A sociedade, em geral, reconhece a importância do trabalho desenvolvido nas cooperativas para o ambiente como um todo. Mas a mudança no reconhecimento vem também pelo fato dessas pessoas não mais atuarem nas ruas ou no lixão. Se antes, quando atuavam nas ruas, estes(as) trabalhadores(as) eram vistos como indigentes, marginais que causavam desconforto ou repugnância a quem os via, ou, em determinadas situações eram invisíveis aos olhos da sociedade, agora nas cooperativas são reconhecidos(as) como trabalhadores(as) normais.

Stroh (2011) vai apontar fatores importantes para a formalização do trabalho dos(as) catadores(as) e triadoras(es), e como os instrumentos legais contribuíram para o desenvolvimento das cooperativas de materiais recicláveis. Por força do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e do Fórum Lixo e Cidadania, os catadores de materiais recicláveis estão reconhecidos, desde 2002, como categoria ocupacional, inscrita na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, do Ministério do Trabalho.

Estudos sociológicos de grupos coletivamente organizados em associações, cooperativas e outras entidades, indicam que a apropriação social do conhecimento e o apoderamento tecnológico para práticas econômicas autogestionárias, correspondem a processos sociais mediados por complexas combinações, entre as exigências da economia de mercado e correspondente aquisição da cultura empreendedora norteadas pela lógica da rentabilidade e o fortalecimento da organização do trabalho coletivo, sustentado na positividade da identidade dos

sujeitos, na noção de pertencimento solidário ao coletivo e à cidadania (STROH, 2011).

Neste contexto de aquisição da cultura empreendedora, no meu campo de estudo, quando perguntei às(aos) triadoras(es) se se sentiam empreendedoras(es) ou chefe de si mesmo, alguns dos entrevistados responderam que sim, são empreendedores e se sentem donos do seu “negócio”. Algumas das cooperativas estudadas incorporam traços mercadológicos e apresentam características marcantes de empresarização, podendo ser citada as seguintes: controle de fluxo de caixa; reserva de capital; assessoria contábil e jurídica; controle de entrada e saída do prédio da cooperativa monitorado por câmera de segurança; estabelecimento de concorrência entre os fornecedores; utilização de livro ponto ou ponto eletrônico; etc.

Em uma das cooperativas, chamou-me a atenção o fato de que não serem admitidos cooperados analfabetos. De acordo com o presidente da cooperativa, essa medida é adotada, dentre outros motivos, para evitar possíveis ações trabalhistas. Isto é, como na cooperativa existe uma ata e estatuto de formalização da instituição, um analfabeto poderia ingressar com uma reclamação trabalhista alegando não saber o que dizia no estatuto, ou alegar que participava das reuniões da cooperativa, mas não assinava a ata por não saber ler. O entrevistado disse ter conhecimento de outras cooperativas do município que estão perdendo patrimônio em razão das ações trabalhistas, por isso toma algumas atitudes preventivas, como a não contratação de analfabetos. Quando indaguei ele sobre a responsabilidade social das cooperativas, ele respondeu: “Ah, mas tem a questão social, tu vais tirar a oportunidade. Eu to vendo como dono do negócio, como empresário.”

As discussões que envolvem a construção identitária dos atores sociais que atuam nas cooperativa de triagem de resíduos de Pelotas – RS podem ser objeto de várias lentes analíticas, inclusive sobre uma ótica multidimensional ou interseccional. No tópico a seguir proponho discutir como isso ocorre no campo desta pesquisa, com o foco nas questões que envolvem a cor da pele destes(as) trabalhadores(as).

3.3 Construção da identidade das(os) triadoras(es) de resíduos: uma abordagem interseccional

O Brasil, país de dimensões continentais, tem uma sociedade característica, marcada pela diversidade cultural. Muito da diversidade cultural brasileira guarda

relação com o processo de escravidão de povos africanos, sendo que estes trouxeram para o Brasil seus hábitos e costumes, influenciando diversos setores da sociedade, refletindo na música, na comida, na moda etc., mas também na cor da pele da população. Segundo dados do IBGE (2017), o número da população brasileira que se autodeclara preta ou parda chega a 112,7 milhões, de um total de 205,5 milhões habitantes. Ou seja, a maioria da população brasileira é não-branca. O gráfico a seguir apresenta o percentual da população brasileira por cor, demonstrando um crescimento daqueles(as) que se autodeclaram não-brancos entre os anos de 2012 e 2016.

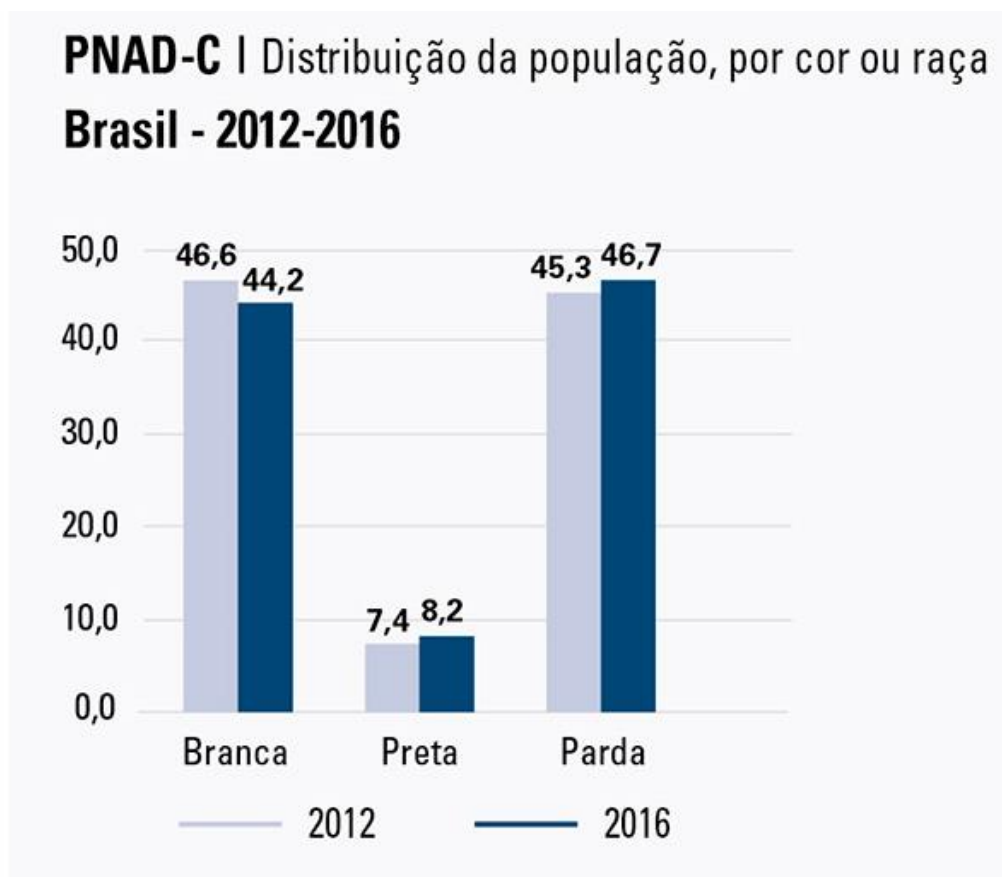


Figura 8 - Divisão da população brasileira entre pardos, negros e brancos

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, DPE, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>

Uma suposta democracia racial no Brasil⁷², em verdade, trata-se de um mito, como discute Florestan Fernandes (1965). Ou seja, é destorcida a ideia de que existe igualdade entre as raças no país como um todo, trata-se de um mito. O autor vai dizer, ainda, que após a abolição da escravatura o negro saiu de uma condição jurídica de escravo para uma lógica de preconceito velado, em que a sociedade estigmatiza o sujeito pela cor da pele, refletindo em oportunidades futuras diferentes para brancos e negros (ARRUDA, 1995).

Os baixos níveis de empregabilidade e a desigual distribuição de renda entre os diferentes setores da sociedade brasileira são, por si, outra característica marcante do país. No ano de 2017 o desemprego no Brasil atingiu 12,6 % da população economicamente ativa⁷³, o que significa que 13,1 milhões de pessoas estão desocupadas ou desempregadas. Ocorre que, via de regra, quem mais é afetado com a falta de emprego e oportunidade de trabalho são aqueles(as) que com menor grau de instrução e acesso à educação. Os não-brancos⁷⁴ são maioria no Brasil, representado cerca de 55 % da população do país, mas são os brancos aqueles que mais acessam a um ensino de qualidade, principalmente nas universidades. Para exemplificar essa questão, o gráfico a seguir apresenta a relação entre cor da pele e acesso às instituições de ensino superior no Brasil.

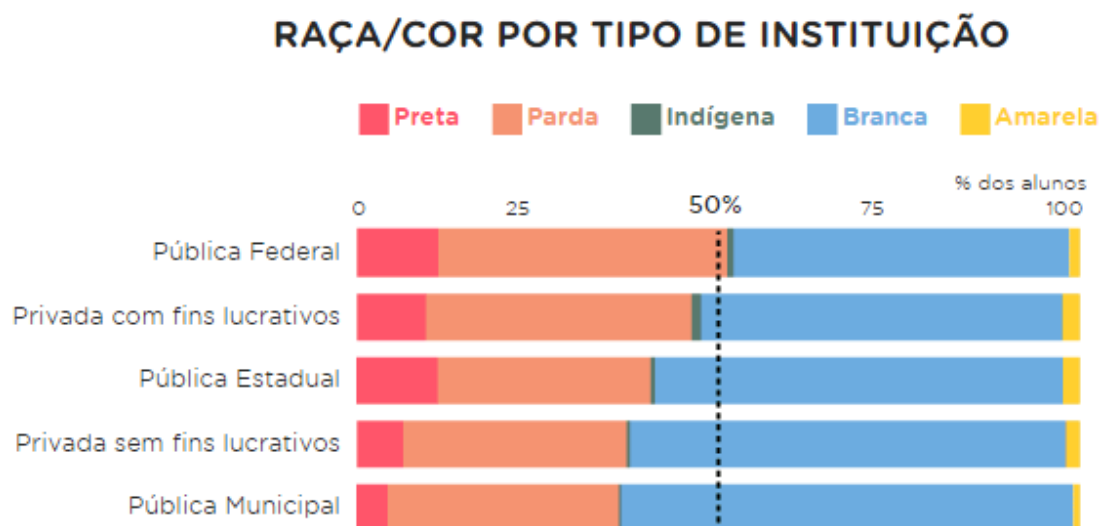


Figura 9 - Proporção de alunos(as) por cor e por tipo de instituição.

Fonte: Nexo Jornal (2018).

⁷² Ideia que seria reforçada pela teoria do sociólogo pernambucano Gilberto Freire.

⁷³ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/taxa-de-desemprego-cresce-para-126-e-brasil-tem-131-mi-de-desocupados.shtml>

⁷⁴ Utilizo a expressão não-brancos, neste caso, para me referir aos pretos e pardos.

Conforme é possível verificar no gráfico acima (Figura 10), a maioria dos estudantes de ensino superior no Brasil é formada por alunos(as) de cor de pele branca, mesmo que estes(as) sejam minoria na população. O acesso ao ensino de qualidade vai refletir diretamente nas oportunidades futuras de empregos formais e, principalmente, no acesso às melhores vagas de emprego. Segundo Ribeiro (2010), no Brasil 85% dos presidentes de grandes empresas declararam que a baixa representação negra nos cargos de diretoria se dá em consequência da falta de experiência profissional, baixa qualificação e pela falta de interesse. Essa afirmação reproduz uma ideia enganosa de que o(a) negro(a) não tem condições de ocupar os melhores cargos no trabalho, traduzindo um preconceito velado. Na lógica do capital, as justificativas para não absorção do trabalhador(a) negro(a) no mercado de trabalho são muitas, como se esse grupo marcado pela diferença fosse desnecessário. (VALENTE, 2002)

O caso do(a) negro(a) no município de Pelotas não é diferente, acompanhando e cenário nacional de preconceito e falta de oportunidades de estudo e de trabalho. Devido à herança histórica do charque, Pelotas registra um grande número de negros(as) residentes, trazidos(as) da África em grandes contingentes para atuarem como escravos(as) nas charqueadas (RIBEIRO, 2010). Este processo resultou, com o fim da escravidão, em uma grande quantidade de negros(as) desempregados(as) no município, que reflete até os dias atuais. Para Spolte (2010) a população negra no Rio Grande do Sul sempre enfrentou dificuldades em sua inserção no mercado de trabalho e para ascender dentro da estrutura social, trazendo como reflexo disso, o fato de que parte dessa população acaba restrita a “determinado *locus* social do trabalho desqualificado e informal” (SPOLTE, 2010, p. 76). Neste contexto de exclusão e falta de oportunidades, muitas pessoas negras em Pelotas acabam encontrando na catação de materiais recicláveis uma forma de auferir alguma renda e de sobreviver.

Os estudos empíricos que realizei para este trabalho demonstram que existem muito em comum entre as(os) triadoras(es) das cooperativas, como, por exemplo, a cor da pele e a escolaridade. Dos dez entrevistados, oito se autodeclararam pretos(as) ou negro(a), um pardo e apenas uma branca, conforme será detalhado na sequência. Quanto à escolaridade, a maioria não passou da 4ª série do ensino fundamental, indicando que os(as) trabalhadores(as) das cooperativas de triagem de Pelotas exercem essa ocupação, também, por falta de oportunidades em outros trabalhos que exigem maior grau de instrução.

Embora eu tenha percebido nas respostas a esta pergunta que alguns dos entrevistados tenham realmente orgulho da ocupação que exercem, mencionando a formalidade do trabalho, a relativa autonomia e a função de agente ambiental, outros, porém, admitem que estão na cooperativa por falta de oportunidade e pela baixa escolaridade que os exclui do mercado de trabalho.

Uma das entrevistadas disse que trabalha por que gosta da cooperativa, mas que outros cooperados não querem a cooperativa se tiverem outra opção. Relata o seguinte: “A rotatividade na cooperativa é alta, porque a bolsa não é alta e as pessoas pegam outro serviço se aparece uma oportunidade melhor.” (S.B.O.)

Embora o foco desse estudo seja compreender como se dá a construção da identidade social ou individual dos(as) trabalhadores(as) das cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas através do trabalho, uma análise articulada com outros fatores, tais como o gênero, a raça e a classe desses atores sociais, podem auxiliar na problematização sobre essa construção identitária, seguindo as perspectivas de Hall (2003) e Brah (2006).

Para compreender como as(os) triadoras(es) das cooperativas de Pelotas foram conduzidos(as) ao trabalho nessas instituições, é interessante ingressar nas diferentes causas que estão articuladas e que acabam conduzindo essas pessoas a ocupação que desempenham atualmente. Analisando a situação destes(as) trabalhadores(as) sob uma ótica interseccional, é possível afirmar que existem algumas características comuns a todas essas organizações e que explicam em parte por que esses atores sociais são conduzidos ao trabalho com materiais recicláveis.

Pscitelli (2008), ao tratar da multiplicidade de diferenciações que vão permear a sociedade sob uma perspectiva interseccional. Diz que algumas autoras vão usar a categoria articulação ou interseccionalidade (MacKitlock, 1995; Crenshaw, 2002), optando por uma delas, enquanto outras, como Avtar Brah (2006), vão utilizar alternativamente ambas as categorias.

Primeiramente, é preciso reforçar, posto que já mencionado neste trabalho, que o município de Pelotas é reconhecidamente um município com poucas oportunidades de emprego e renda, caracterizado pela ausência de empresas do setor industrial. Além disso, embora detenha a marca de terceira maior população do RS, é apenas o nono colocado quanto ao PIB entre os municípios do Estado⁷⁵. Segundo dados do

⁷⁵ <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/destaques/>

IBGE⁷⁶, o salário médio mensal do trabalhador formal pelotense gira em torno de 2,8 salários mínimos, com uma taxa de pessoas ocupadas de 25% no ano de 2015.

Estes fatores podem influenciar na escolha que as(os) triadoras(es) tomam ao entrar para uma cooperativa de triagem. Ou seja, na ausência de vagas no mercado de trabalho formal, esses atores sociais encontram nas cooperativas de triagem uma alternativa à falta de emprego evidenciada na cidade de Pelotas.

A questão da raça está imbricada à falta de oportunidades de trabalho no Brasil. Na visão de Hasenbalg (2000), os estigmas e a herança da escravidão existente no Brasil por séculos, não justifica (não mais sustenta) a hipótese da discriminação racial (ou em razão da cor da pele) e a falta de oportunidades que negros e negras vivenciam atualmente no Brasil.

Além da questão envolvendo a cor da pele, percebi que a maioria dos(as) trabalhadores(as) das cooperativas são do sexo feminino, sendo que dos entrevistados, sete eram mulheres e apenas três do sexo masculino. Além disso, também foi constatado, através da autodeclaração nas entrevistas, que a maioria dos(as) trabalhadores(as) são não-brancos⁷⁷. Das(os) 10 (dez) triadoras(es) entrevistadas(os), 9 (nove) se declararam não-brancas(os). Pode-se ainda elencar outro fator de unicidade entre as(os) trabalhadoras(es), que vem a ser o baixo grau de escolaridade e o pertencimento a mesma classe.

Como a maioria das trabalhadoras são mulheres, negras, com baixa escolaridade e pertencentes à mesma classe, é possível fazer uma análise interseccional da opressão que podem sofrer. Brah (2003) vai dizer que em uma sociedade patriarcal as mulheres são oprimidas de várias formas, seja pela posição subordinação em relação ao homem, pela cor (no caso das não-brancas) e pela classe e, por isso, essas variáveis não podem ser tratadas de forma independente. A autora vai dizer que:

Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela. (BRAH, 2003, p. 351)

⁷⁶ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>

⁷⁷ Estou utilizando a expressão “não-branco” para designar as cores de pele que foram autodeclaradas nas entrevistas (preta, negra, parda). Quando perguntados sobre a cor de pele as respostas foram as seguintes: negra, preta, parda e branca.

A seguir apresento tabela, resultado do campo que realizei, que traz a relação dos(as) entrevistados(as) com o gênero, a cor da pele e a escolaridade.

Tabela 5 – Gênero, cor da pele e escolaridade das(os) triadoras(es)

Entrevistado(a) - iniciais	Gênero	Cor da pele (declarada)	Escolaridade	Cooperativa
1. J. A. M.	M	Preta	4º fundamental	COOPCVC
2. C. R. P.	M	Pardo	Superior Incompleto	COORECICLO
3. J. O.	F	Branca	6º fundamental	COOPEL
4. M. A. X.	F	Preta	7º fundamental	COOPCVC
5. D. L. C.	F	Negra	7º fundamental	COOPCVC
6. F. F. L.	M	Preta	4º fundamental	COOPCVC
7. M. J. V. P.	F	Negra	4º fundamental	COOTAFRA
8. F.S.	F	Negra	3º ano ensino médio	COOTAFRA
9. S.B.O.	F	Negra	Ensino médio comp.	UNICOOP
10. I.F.S.	F	Preta	4º fundamental	UNICOOP

Conforme é possível perceber da tabela acima, oito se autodeclararam negros(as) ou pretos(as), um pardo e apenas uma se autodeclarou branca. Além disso, entre os(as) entrevistados(as), sete são do gênero feminino e apenas três do gênero masculino. No total de triadoras(es) das cooperativas pesquisadas, mais de 60 % são mulheres. A maioria dos triadores de Pelotas são, portanto, mulheres e não-brancas.

Brah (2003) ao tratar da questão da interseccionalidade da mulher negra na Inglaterra, vai falar que a discussão sobre a opressão ganhou, em determinado momento contornos diferenciados, captando as especificidades de cada mulher, entrando na esfera das identidades.

Para Pscitelli (2008) a abordagem de McKlintock vai demonstrar que gênero, raça e classe não existem de forma isolada, coexistindo em relação íntima, contraditória e recíproca. Brah, por sua vez, também traz a noção de articulação, seguindo as ideias de Stuart Hall, muito embora, diferentemente dele, tem como foco dos seus estudos as discussões envolvendo o feminismo negro e o gênero. Para Brah, interseccionalidade devem ser encaradas em termos históricos, como relações contextuais. “Ela considera que analisar as interconexões entre racismo, gênero, classe, sexualidade etc. requer levar em conta a posição de diversos racismos, um em relação aos outros” (PSCITELLI, 2008, p. 269).

Hall (2003), conforme já mencionado anteriormente, também trabalhou com a categoria de articulação entre classe social e racismo, dizendo estarem articuladas

por um processo de diferença e semelhança, baseando-se em estudos culturais e na perspectiva da herança colonial.

Por fim a categoria renda também deve ser analisada, juntamente com as demais categorias já analisadas anteriormente. As respostas dos (as) entrevistados (as) demonstraram que a grande maioria dos(as) cooperativados(as) têm como único rendimento a bolsa e a divisão da venda dos resíduos. Cada cooperado(a) tem direito a uma bolsa-auxílio proveniente de verbas do SANEP de até R\$ 400,00, descontado 11% de INSS (R\$ 44,00), mais um valor que vem da venda do material recicláveis para atravessadores. O valor de material vendido varia de cooperativa para cooperativa e também da época do ano⁷⁸, sendo que, em média, cada cooperado(a) consegue retirar, a título de pró-labore, R\$ 600,00. Ou seja, o valor que cada triador(a) retira a título de remuneração pela triagem de resíduos é de, aproximadamente, R\$ 1.000,00.

Comparado aos ganhos que os(as) catadores(as) têm pela venda de materiais recolhidos nas ruas, esses R\$ 1.000,00 até podem ser considerados significativos, mas se comparados à maioria dos empregos formais, ainda está aquém. Além disso, muitos das(os) triadoras(es) declararam nas entrevistas que o pró-labore é a única fonte de renda da família toda, não apenas do(a) cooperado(a).

É possível perceber, portanto, que as(os) triadoras(es) possuem também o fator renda em comum, que reflete no enquadramento desses atores sociais numa mesma classe social. A falta de oportunidades em outros trabalhos formais ocasionada, principalmente, pelo baixo grau de escolaridade pode ser apontada como um dos fatores cruciais para compreender como esses(as) trabalhadores(as) acabam tendo sua ocupação nas cooperativas.

Neste sentido, cabe ressaltar que a identidade dos(as) trabalhadores(as) das cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas é construída por diversos fatores, que não devem ser analisados separadamente, justificando uma abordagem interseccional. Entretanto, embora eu tenha me esforçado no sentido analisar a questão dos(as) triadoras(es) de resíduos de Pelotas – RS sob essa lógica multidimensional, entendo que pesquisas com essa finalidade carecem de maior profundidade na análise teórica e também a empírica.

⁷⁸ Os meses de dezembro, janeiro e fevereiro foram elencados pelas(os) triadoras(es) como os mais rentáveis para as cooperativas.

Considerações finais

Em um contexto histórico em que os processos sociais de industrialização têm relação direta com a geração de resíduos em larga escala, a atuação de agentes ambientais se faz imprescindível. No Brasil, a atuação desses agentes pode ser verificada em vários segmentos da sociedade, como, por exemplo, os grupos de catadores(as) e triadoras(es) de materiais recicláveis, que atuam tanto nas ruas quanto nas cooperativas, tornando-se indispensável para o gerenciamento dos resíduos considerados recicláveis.

No entanto, estes(as) trabalhadores(as), muitas vezes, não são reconhecidos pelas funções socioambientais que desempenham e carregam estigmas e discriminação social por trabalhar com o “lixo”. Na medida que estas pessoas têm acesso a um trabalho com condições mínimas para desempenharem suas funções com os materiais recicláveis, como é o caso das cooperativas de triagem, há uma tendência de um reconhecimento social capaz de influenciar na construção das suas identidades.

As políticas de ações afirmativas também podem auxiliar no processo de reconhecimento de catadores(as) e triadoras(es) como atores sociais importantes ao ambiente e à sociedade. Isto é, políticas que constatem a condição fática de discriminação a qual estão submetidos estes(as) trabalhadores(as) e busquem mecanismos para reconhecimento desta categoria. Mudanças culturais e simbólicas precisam ser pensadas no intuito de reavaliar as identidades destes atores sociais, bem como para diminuir o preconceito que se percebe presente no caso destes(as) trabalhadores(as). Uma das formas para estimular essas mudanças seria a elaboração de políticas públicas que busquem qualificar esses atores sociais por denominações que ressaltem a sua importância socioambiental (agente ambiental, por exemplo), em detrimento de chamamentos que denotem estigmas e preconceitos (catador de lixo, por exemplo).

Ainda sobre as políticas públicas, pude perceber que com o advento da PNRS houve uma importante regulamentação sobre a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos no Brasil, com a articulação da participação das cooperativas de triagem e das(os) triadoras(es) de resíduos no sistema de coleta seletiva. Por exigência desta PNRS foi elaborado em Pelotas o PMGIRS que, dentre outras

importantes medidas, definiu a participação das cooperativas do município, através de convênio com o SANEP, na triagem e organização dos resíduos sólidos recicláveis.

Percebo que a geração de resíduos está intrinsecamente ligada aos hábitos de vida, guardando estreita relação com o consumo exacerbado. Ser feliz nos dias de hoje parece estar mais ligado àquilo que eu posso consumir com a renda que eu aufero, do que com o somatório de todos os outros fatores que podem trazer qualidade de vida à sociedade. Em uma lógica que se estabelece propondo que é preciso ter para ser. Ocorre que uma sociedade voltada ao consumo é insustentável do ponto de vista socioambiental, já que as práticas consumistas implicam no aumento do ritmo do esgotamento dos recursos naturais, além de propiciar um cenário de degradação e poluição do ambiente.

É possível afirmar que uma sociedade de consumo também se enquadra como uma sociedade de riscos, sendo que os resíduos sólidos podem representar um ponto de intersecção entre essas abordagens. Juntas essas teorias dão conta de explicar a origem dos resíduos sólidos (produtivismo e consumo) e as consequências que o (não)gerenciamento destes pode acarretar (crise ambiental).

Esta constatação se apresenta como preocupante, pois malgrado haja informações suficientes sobre os impactos ambientais decorrente dos resíduos, este fato parece não corresponder com a consciência da população em reduzir o consumo e a consequente geração destes materiais.

Na busca para compreender a relação entre a geração de resíduos, políticas públicas e construção da identidade das(as) triadoras(es) de materiais recicláveis, precisei analisar as formas de organização social existentes no âmbito das cooperativas. Em um primeiro momento, abordei a origem e a evolução do sistema de cooperativismo no mundo e no caso brasileiro, passando, depois, a analisar as cooperativas de triagem de materiais recicláveis, culminando nas instituições que formam meu campo de estudo no município de Pelotas.

Esta etapa do trabalho me possibilitou perceber que as cooperativas de triagem são formas de organização social indispensáveis ao funcionamento do sistema de coleta seletiva no Brasil. No caso de Pelotas, as cooperativas de triagem fazem parte das políticas públicas de resíduos sólidos desde o ano de 2012, quando foram firmados os primeiros convênios entre o SANEP e as referidas cooperativas. Além disso, no ambiente das cooperativas de triagem os(as) cooperados(as) compartilham histórias, formam parcerias, adquirem noções de solidariedade e estabelecem

lideranças, em um processo que influencia na construção das identidades individuais e de grupo.

As(Os) triadoras(es) de Pelotas formam um grupo relativamente heterogêneo, bem como são visíveis as diferenças entre as cooperativas estudadas. Algumas têm um viés eminentemente voltado ao social, como a COTAFRA, com ideias de economia solidária, enquanto outras atuam em uma lógica empresarial, como verifiquei no caso da COORECICLO. Já outras apresentam, através de seus atores sociais, um misto de espírito empreendedor e de inclusão social, como ocorre no caso da COOPCVC.

Quando se tem uma política pública municipal de resíduos sólidos como aquelas que podem resultar do PMGIRS ou da PNSB, por exemplo, e sejam bem elaboradas, as cooperativas podem ter acesso à verbas públicas (da União e do Estado) e privadas (de empresas e organizações não-governamentais). Com maiores recursos, as cooperativas podem oferecer melhores condições de trabalho e de vida aos seus cooperados, influenciando diretamente no reconhecimento social e na construção da identidade das(os) triadoras(es).

Após tratar dos aspectos teóricos e empíricos sobre o cooperativismo e as cooperativas de triagem de resíduos, passei a analisar a construção da identidade dos(as) triadoras(es) de resíduos cooperativados, com o foco nos(as) trabalhadores(as) das cinco cooperativas conveniadas ao SANEP. Primeiramente, procurei trazer as discussões teóricas sobre a construção da identidade e, gradualmente, fui introduzindo as respostas que o campo me trouxe nessa discussão.

Nesta construção, compreendi que os trabalhadores(as) das cooperativas de triagem de Pelotas, de forma crítica, ressignificaram as suas vidas com o seu trabalho no âmbito das cooperativas. Isso se torna possível na medida em que passam a valorizar as suas ações enquanto agentes ambientais, posto que estes podem ser considerados atores sociais que contribuem significativamente para uma sustentabilidade ambiental e para o funcionamento e organização da sociedade.

Cabe ressaltar que a maioria dos(as) entrevistados(as) demonstrou um satisfação em fazer parte da cooperativas, basicamente pelo reconhecimento social que os(as) fez recuperar o lugar de cidadão na sociedade, bem como pelo fato de possuírem uma renda fixa e pelo entendimento de que pertencem a um grupo social que traz benefícios ambientais. O cooperativismo das(os) triadoras(es) de materiais recicláveis é submetido a muitos desafios, inclusive àqueles que dizem respeito a (re)construção de uma identidade marcada pela exclusão social da categoria como

um todo, posto que já estigmatizada e historicamente ligada em estruturas denegatórias em direitos sociais.

Como as questões ligadas à identidade estão imbricadas com outros fatores que influenciam em sua construção, uma análise interseccional é sempre pertinente. No caso das cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas - RS é possível perceber que as identidades são construídas constantemente pelo trabalho que os(as) catadores(as) desempenham, mas também por outras questões que envolvem seu reconhecimento social, tais como a cor da pele, o gênero, o grau de instrução e a renda desses(as) trabalhadores(as).

Em um trabalho que é pouco reconhecido socialmente, embora muito importante para a sociedade como um todo e para o ambiente, a remuneração acaba sendo insatisfatória para proporcionar uma qualidade de vida razoável àqueles(as) que possuem essa ocupação, conforme foi possível constatar no campo estudado. Neste contexto, os postos de trabalho nestes locais são ocupados basicamente por pessoas não-brancas, com baixo grau de instrução, pertencentes às classes sociais de baixa renda, sendo a maioria dos membros do sexo feminino.

Considero, portanto, importante a continuidade dos estudos com os(as) catadores(as) de material reciclável, sejam eles ou elas participantes de cooperativas ou não, de modo a permitir o diálogo que favoreça o conhecimento dessa categoria e o reconhecimento desses sujeitos que se inserem na discussão da epistemologia ambiental. Dessa forma, eles são levados ao reconhecimento como agentes ambientais e sujeitos ecológicos capazes de contribuir para minimizar a problemática dos resíduos sólidos, bem como transformar suas vidas e a organização coletiva, instituindo-se uma luta incessante pela transformação da realidade tanto no nível pessoal como socioambiental. Outra razão para a continuidade dos estudos sobre os(as) catadores(as) e triadoras(es) é a possibilidade de se buscar a compreensão de como eles estão se constituindo agora, a partir das discussões sobre a PNRS e da constante discussão sobre a profissionalização do(a) catador(a) e das suas relações com as parcerias público-privadas.

Além disso, existe a necessidade de se exaltar a importância destes atores sociais nos sistemas de gestão compartilhadas de resíduos sólidos municipais, sendo imprescindíveis ao ambiente e à sociedade. Ao mesmo tempo, é possível afirmar que o trabalho das cooperativas é economicamente lucrativo para as cadeias produtivas da reciclagem. Mesmo assim, o preconceito social contra o(a) catador(a) e, em alguns

casos, contra os(as) triadoras(es), está presente nas relações sociais cotidianas. Escutar, observar e absorver o que os atores sociais envolvidos na gestão de resíduos de Pelotas dizem e fazem, continua sendo tarefa de suma importância para os cientistas sociais, esforço necessário para compreender e explicar as relações sociais que envolvem políticas públicas, resíduos sólidos e construção da identidade.

A luta pelo reconhecimento social das(os) triadoras(es) de resíduos do município de Pelotas-RS parece não ter encerrado apenas pelo fato de estarem no ambiente das cooperativas. Pelo contrário, a mim parece que a identidade desses(as) trabalhadores(as) está constantemente sendo construída e, além disso, percebo que ainda pretendem reivindicar melhorias na sua situação de trabalho e na qualidade de vida.

Ao longo da pesquisa, várias impressões surgiram pelos relatos obtidos junto dos(as) trabalhadores(as) cooperados(as) que atuam na seleção e triagem de materiais no município de Pelotas - RS. A princípio percebi que as identidades dos(as) cooperados(as) estão em formação, marcadas por subjetividades e processos dinâmicos. Ao mesmo tempo que foi possível perceber fragilidades e sentimento de marginalidade, também foi possível observar fatores de união e agregação, cominando na identidade de grupo.

Do ponto de vista pessoal, considero negativo e que foi possível verificar após a análise empírica, diz respeito à relação entre as cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas. Apesar da existência do Fórum das Cooperativas e Associação de Catadores, organização que tem como finalidade congregar esforços para solucionar problemas comuns e reivindicar melhorias para as cooperativas no âmbito das políticas públicas, existe uma grande dificuldade em chegar a um consenso quanto às questões comuns entre as cooperativas. A possibilidade de envio conjunto de cargas de materiais para a indústria da reciclagem, excluindo o atravessador desse processo, que depende da padronização de procedimentos, por exemplo, não é viável, pois não existe consenso entre as cooperativas.

Ainda, sobre os aspectos que considero negativos, verifiquei neste estudo, está o fato de algumas das cooperativas serem dependentes da política pública que estabelece o convênio destas com o SANEP. Isto é, após a realização das entrevistas e da observação direta, foi possível perceber que quase todas as cooperativas estudadas deixariam de funcionar se ocorresse a suspensão do repasse financeiro por parte da autarquia municipal.

Portanto, em virtude de todo o exposto, compreendo que na medida em que os(as) trabalhadores(as) das cooperativas de triagem de resíduos de Pelotas se reconhecerem e forem reconhecidos efetivamente como agentes ambientais ou por outra forma que acentue a sua importância socioambiental, dentro de um sistema integrado de gestão dos resíduos recicláveis, suas identidades serão novamente transformadas. Na medida em que os indivíduos que catavam materiais recicláveis nas ruas ou no lixão passam a trabalhar nas cooperativas de triagem, alteram suas identidades, em um processo de construção que é contínuo, subjetivo e não se encerra aqui.

Ressalto que o meu objetivo de realizar essa análise multidimensional nesta pesquisa não foi completamente cumprido. Devido ao tempo reduzido de pesquisa, esta abordagem não teve o aprofundamento teórico e empírico necessário para tratar da interseccionalidade envolvendo a construção da identidade das(os) triadoras(es) de resíduos cooperados de Pelotas - RS. Pretendo, futuramente, continuar os estudos nessa área, com a finalidade de aparar as arestas deixadas nesta pesquisa. De qualquer forma, consegui perceber que a cor da pele, o gênero, escolaridade e a classe das(as) triadoras(es) são pontos de intersecção verificados no campo desta pesquisa.

Essa colocação também vale para as abordagens sobre as teorias do reconhecimento. Ou seja, pretendo adensar os estudos nessa área, relacionando com as discussões envolvendo as(os) triadoras(es) de resíduos de Pelotas – RS, em momento futuro.

Por fim, acredito, que em relação ao debate ambiental na atualidade faz-se necessária, neste sentido, uma profusão de esforços e elaboração de estudos científicos capazes de diagnosticar com eficiência, ou o mais próximo disso, os “riscos” ambientais provenientes das atividades humanas que podem colocar em risco a vida na Terra. Seria uma tentativa de minimizar as incertezas sobre os riscos ambientais que enfrentamos e poder evitar o pior. É preciso conhecer, portanto, o contexto social que permeia o que se quer “proteger”, quais agentes influenciam na construção das certezas científicas, bem como os limites que estas enfrentam. Aprender sobre importância dos seres vivos e os recursos naturais, num esforço em busca da conservação e manutenção da vida em nosso planeta.

Referências

ABRELPE. **Atlas brasileiro de emissões de GEE e potencial energético na destinação de resíduos sólidos**. 2013. Disponível em:

http://www.abrelpe.org.br/arquivos/atlas_portugues_2013.pdf. Acesso em 09/07/2017.

_____. **Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil 2015**. Disponível em:

http://www.abrelpe.org.br/panorama_apresentacao.cfm. Pesquisa em 22/04/2017.

ADLER. Os Conflitos de Usos dos Recursos Ambientais. Um Reflexo da Sociedade do Risco. Revista Brasileira de Ciência Criminal. 2011, IV.

ANDRADE, R.; FERREIRA, J., **A Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil frente às Questões de Globalização**, REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA, Vol. 6, No 1 (2011)

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 13 ed., ver. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Dilemas do Brasil Moderno: A questão racial na obra de Florestan Fernandes”. In: MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, Ciência e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil / Fio Cruz, 1995.

BAPTISTA, Vinícius Ferreira. **As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro: onde e como estão as cooperativas de catadores de materiais recicláveis?** Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 49(1):141-164, jan./fev. 2015

BARBERO, M, J. Identidades tradicionales y nuevas comunidades em tempos globales in Castellanos, Gabriela; Grueso, Delfín; Rodríguez, Mariángela. **Identidad, cultura y política. Perspectivas conceptuales, miradas empíricas**. Série Antropologia y Etnologia. Universidad del Valle. México, 2010.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo**, 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: transformação de pessoas em mercadorias.

BECK. **A Política na Sociedade de Risco**. Tradução do primeiro capítulo do livro “Politik in der Risikogesellschaft”, publicado em 1991. Idéias|Campinas(SP)|n. 1| nova série, 2º semestre (2010).

_____. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BECKER, H. “Introdução à redação” para estudantes de pós-graduação. In: BECKER, Howard. **Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos**. Rio de Janeiro, Zahar, 2015.

BEGNIS, H. S. M. ; AREND, S. C. ; ESTIVALETE, Vania de F. Barros. **Em frente ao espelho: a produção do conhecimento em cooperativas na Revista de Economia e Sociologia Rural**. Revista de Economia e Sociologia Rural (impresso), v. 52, p. 99-116, 2014.

BENETTI, Maria. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO - 1957/1980**. 1.ed., 1 .reimpressão. — Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992. 171 p. : il. — Teses (Fundação de Economia e Estatística); n.5.

BOUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Portugal: Arte & Comunicação, 2003.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.940 de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm, pesquisado em 07/06/2017.

_____. **Lei nº 5.764 de 1971**. Política Nacional do Cooperativismo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.html. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. **Lei Federal nº 12.305 de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>, pesquisado em 07/07/2016.

_____, Ministério do Meio Ambiente (MMA), **Produto 6 – Resumo Executivo Estudo sobre o Potencial de Geração de Energia a partir de Resíduos de Saneamento (lixo, esgoto), visando incrementar o uso de biogás como fonte alternativa de energia renovável**, 2010. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/164/_publicacao/164_publicacao10012011033201.pdf, pesquisado em 30/06/2017.

_____, Senado Federal. **RESÍDUOS SÓLIDOS: Lixões persistem**. Em Discussão, Ano 5 - Nº 22 - setembro de 2014. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/residuos-solidos/materia.html?materia=rumo-a-4-bilhoes-de-toneladas-por-ano.html>. Acesso em: 07/07/2017.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 1942; Tradução Klauss Brandini Gerhardt, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEMPRE. **Reciclagem: ontem, hoje e sempre**. São Paulo, 2008.

CNTL. **Implantação de Programas de Produção mais Limpa**. 2003. Disponível em: <http://institutossenai.org.br/public/files/serie-manuais-de-producao-mais-limpa-cinco-fases-da-implantacao-de-tecnicas-de-producao-mais-limpa.pdf>. Acesso em 25.06.2017

CONCEIÇÃO, Marcio M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo**. Campinas, SP: Átomo, 2003.

COSTA, Cláudia; PATO, Cláudia. **A Constituição de Catadores de Material Reciclável: A Identidade Estigmatizada pela Exclusão e a Construção da Emancipação como Forma de Transcendência**. In: Catadores de Materiais Recicláveis um Encontro Nacional, IPEA, 2016.

DEMAJOROVIC, Jaques. **Sociedade de Risco e a evolução das abordagens de Gestão Socioambiental**. 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48132/tde-27022005-143102/pt-br.php> Pesquisa em 25/08/2017

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EIDT, Paulinho; JUNIOR, Ednaldo. **O consumo de massa: a obsolescência programada na sociedade contemporânea**. Revista Grifos, n. 30/31 – 2011.

EIGENHEER, Emílio. **Lixo: a limpeza urbana através do tempo**. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 2009.

ENNES, Marcelo. **Interacionismo simbólico: contribuições para se pensar os processos identitários**. São Paulo: Perspectivas, v. 43, p. 63-81, jan./jun. 2013.

FLEURY, Lorena; *et al.* **O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva Sociológicas**. Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 34-82.

FERNANDES, Florestan. “Cap. III: Introdução e O mito da democracia racial”. In: **Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1º vol. 1965, p. 299 – 327.

FRASER, Nancy. **Igualdade, identidades e justiça social**. 2012. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1199> Acessado em: 13/10/2013.

_____. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, núm. 70, 2007, pp. 101-138, São Paulo, Brasil.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GAIGER, Luiz. **A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 28, nº 82, junho de 2013.

GEDIEL, José. **Estudos de direito cooperativo e cidadania** / Organizador José Antônio Peres Gediel. – Curitiba : Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 1 (2007). 244 p.

GIDENNS, A. **As consequências da modernidade** /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. –SãoPaulo: Editora UNESP, 1991.

_____. Risco, confiança e reflexividade. In: BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo, Editora Atlas S.A. 2008.

GODECKE et al., **O Consumismo e a Geração de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil** v(8), nº 8, p. 1700-1712, SET-DEZ, 2012. Rev. Elet. em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental (e-ISSN: 2236-1170).

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GUARDABASSIO *et. al.* **Geração de Trabalho e Renda por meio do Cooperativismo**. In: XXXVIII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2013.

GÜNTHER, WANDA. **Gestão de Resíduos Sólidos: uma questão de saúde nas cidades**. Congresso Brasileiro de Direito Ambiental (16.: 2011 : São Paulo, SP) C76p PNMA: 30 anos da Política Nacional de Meio Ambiente / coords. Antonio Herman Benjamin, Eladio Lecey, Sílvia Cappelli, Carlos Teodoro José Hugueneylrigaray. – São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011. 2v.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3.ed.rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992, 224p

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10a ed. Rio de janeiro: dp&a, 2005.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HASENBALG, C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2. ed., 2. reimpr. Editora 34. São Paulo: Ed. 34, 2015, p. 272.

IPEA. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**. 2013, acesso em 05 de setembro de 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosoci al_mat_reciclavel_brasil.pdf

JARDIM, Arnaldo; et. al. **Política nacional, gestão de gerenciamento de resíduos sólidos**. Barueri, SP: Manole, 2012.

JUNIOR, Armando; et. al. **Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, 18(11):3115-3124, 2013

LIMA, Wagner Gonçalves. **Política pública: discussão de conceitos**. Interface (Porto Nacional), Edição número 05, Outubro de 2012, pp. 49-54.

LIMA DE FARIA, M. ALMEIDA, R. A problemática da “identidade” e o lugar do “patrimônio” num mundo crescentemente cosmopolita. **Comunicação e cultura**. n^o1. 2006.

LISBOA, Marcos. **O conceito de identidade narrativa e a alteridade na obra de Paul Ricoeur: aproximações**. In: Revista Impulso, Piracicaba, 23(56), 99-112, jan.-abr. 2013.

LOPES, Leandro. **O que não reluz também pode ser ouro**. Jornal Diário Popular, publicado em 17 de janeiro de 2016. Disponível em: http://diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=MTA4MTY2&id_a rea=Mg==. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

MAGNI, Ana Amélia; GÜNTHER, Wanda. **Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua**. Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.1, p.146-156, 2014.

MATTEDI, Marcos Antônio. **A Guinada Ambiental na Sociologia: Considerações Epistemológica, Metodológica e Normativa**. Divers@, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 145-154, jul./dez. 2015

MIURA, Paula Cerantola. **Tornar-se catador: uma análise psicossocial**. 2004.Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/25/TDE-2009-09-09T13:34:15Z-8342/Publico/Paula%20Miura%20completa.pdf>. Acesso em: 12/07/2017.

OCB (2012). **Panorama do Cooperativismo Brasileiro – ano 2011**, Brasília: OCB.
_____. (2002). **Anuário do Cooperativismo 2002**. Brasília: OCB.

PELOTAS/RS, **Lei Municipal nº 5.206 de 2005**. Cria o Projeto Adote uma Escola no âmbito do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas e dá outras providências. Disponível em: <https://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/486347/lei-5206-05>. Pesquisa em 08 de abril de 2018.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274.

RIBEIRO, Jocelyn. **Herança inter e intrageracional: o negro na cidade de Pelotas**. UFPEL. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), 2010.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RODRIGUES, R.; ALMEIDA, P. **A Contribuição das Associações na Inclusão Produtiva e Social dos Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Fortaleza**. Revista do Mestrado Profissional em Planejamento em Políticas Públicas

SANTOS, Jaqueline. **A Logística Reversa como Ferramenta para a Sustentabilidade: Um Estudo sobre a Importância das Cooperativas de Reciclagem na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos**. Disponível em:

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010 [Original: **The Sociology of Globalization**. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 2007].

SCHNEIDER, J. O. **O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro**. In: LOUREIRO, M. R. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Cortez, 1981.

SEVERO, Ricardo Gonçalves. **Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade de Pelotas: Situação de Trabalho**. UFPEL. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), 2008.

SILVA, Emanuel, et.al, **Panorama do Cooperativismo Brasileiro: história, cenário e tendências**. In: Revista uniRcoop, vol. 1, # 2, p. 75 – 102, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Oliveira. **Obsolescência Programada e teoria do Decrescimento versus Direito ao Desenvolvimento e ao Consumo (sustentáveis)**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.9 n.17 p.181-196 Janeiro/Junho de 2012.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**, 1ª ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPOLLE, Marcus Vinicius. **A mobilidade social dos negros no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação racial nas trajetórias de vida**. Porto Alegre, UFRGS, Tese (Doutorado em Ciências Sociais), 2010.

STROH, P. e MELO, M. **Cooperativismo e Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis em Maceió-AL - apontamentos para discussão**. XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____ (Org.). A gramática social da desigualdade brasileira, In: **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SOUZA, Vanessa; ROSA, Alexandre. **Políticas públicas e a construção da identidade nas relações de trabalho**. Civitas Porto Alegre, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2005, p. 197-212.

VALENTE, Ana Lúcia. *et. al.* **A Sociedade de Risco e seus reflexos no gerenciamento do lixo no Brasil**. IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Ecologia, Brasil, DF, outubro de 2011.

VELLOSO, M. P., **Os restos na história: percepções sobre resíduos**. Ciência & Saúde Coletiva, 13(6):1953-1964, 2008.

TREVISAN, Andrei; BELLEN, Hans. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. RAP, Rio de Janeiro, vol. 42, núm. 3, maio-junho, 2008, pp. 529-550.

Anexos

Anexo I – Formulário entrevista triadoras(es)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA
FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

ENTREVISTADOR LEANDRO ALMEIDA DE TUNES (MESTRANDO)

1- Local e data da entrevista

Local: _____

Endereço: _____

Horário de funcionamento: _____

Numero de trabalhadores: _____

Conveniada ao SANEP: S () N ()

Dia da entrevista: _____

Horário da entrevista: _____

2- Dados do entrevistado (informante)

Nome: _____

Sexo: M () F ()

Idade: _____

Cor de pele (ou prefere não declarar?): _____

Endereço: _____

Formação escolar: _____

3- Há quanto tempo trabalha na cooperativa e quais os dias e horários de trabalho?

4- Você mora próximo à cooperativa? Você precisa de meio de transporte para ir trabalhar? Possui algum parente trabalhando nesta ou noutra cooperativa?

- 5- Possui algum parente trabalhando nesta ou noutra cooperativa?
- 6- O que você acha do ambiente de trabalho da cooperativa?
- 7- Você trabalhou coletando resíduos nas ruas antes de entrar na cooperativa? Por quanto tempo?
- 8- Você se sente seguro trabalhando na cooperativa? Por quê? Você faz uso de EPIs?
- 9- Você assina sua CTPS? Alguma vez já assinou?
- 10- Você possui filhos? Quantas pessoas residem com você?
- 11- O trabalho na cooperativa é a sua única fonte de renda? Outras pessoas da família possuem renda?
- 12- Qual é a forma que você recebe seu salário na cooperativa? Um salário fixo, a divisão da venda dos resíduos entre os cooperados ou a soma destes dois?
- 13- Você considera o trabalho na cooperativa mais ou menos vantajoso do que o de rua? Por quê?
- 14- Percebe alguma mudança no modo com que as outras pessoas reconhecem você após ter passado a trabalhar na cooperativa? E você como se enxerga (autoestima)?
- 15- Você acha que um catador de rua sofre algum tipo de preconceito? Qual?
- 16- Você já sofreu algum preconceito por trabalhar com resíduos?
- 17- Como você enxerga os catadores de rua?
- 18- O que você entende por Política Pública (Ações do Governo)? A cooperativa tem acesso?
- 19- Você acha que o município, através do SANEP, é parceiro da cooperativa na gestão dos resíduos recicláveis? Como você enxerga essa relação?
- 20- O que você acha que pode melhorar na cooperativa? Você mudaria de trabalho? Qual?

Observações

Anexo 02 - Formulário de entrevista para presidentes das cooperativas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLITICA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA
FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

ENTREVISTADOR LEANDRO ALMEIDA DE TUNES (MESTRANDO)

1- Local e data da entrevista⁷⁹

Local: _____

Endereço: _____

Horário de funcionamento: _____

Número de trabalhadores: _____

Conveniada ao SANEP: S () N ()

Dia da entrevista: _____

Horário da entrevista: _____

2- Dados do entrevistado (informante)

Nome: _____

Sexo: M () F ()

Idade: _____

Cor de pele (ou prefere não declarar?): _____

Endereço: _____

Formação escolar: _____

3- Há quanto tempo trabalha na cooperativa e quantos dias e horários de trabalho?

4- Sabe informar a data de fundação da cooperativa? Está na cooperativa desde a sua fundação? A quanto tempo você está ocupando o cargo de presidente da cooperativa?

5- A cooperativa possui um documento de formalização da sua fundação e do seu funcionamento? Em caso afirmativo, você participou das discussões para elaboração deste documento? Posso obter uma cópia deste documento? (perguntar isso ao fim da entrevista)

⁷⁹ Solicitar autorização para gravação da entrevista e a utilização do nome no projeto.

- 6- Você se julga um empreendedor e chefe de si mesmo?
- 7- Na sua opinião alguém que trabalha como catador(a) ou triador(a) de resíduos desempenha funções de agente ambiental?
- 8- Você participa das reuniões do Fórum das Cooperativas? Você acha importante participar do referido Fórum? Por quê?
- 9- Vocês consideram satisfatório o faturamento médio mensal da cooperativa? Quanto em média seria? Qual o melhor e o pior mês do ano em termos financeiros?
- 10- Como você conheceu a cooperativa que trabalha atualmente? Por que resolveu trabalhar aqui?
- 11- Você se candidatou à vaga de presidente da Cooperativa ou foi escolhido pelos cooperados? Como foi esse processo?
- 12- A cooperativa vende os resíduos para um atravessador ou direto para empresas de reciclagem? Qual o atravessador?
- 13- Qual a relação da cooperativa com o(s) atravessador(es)? Considera o atravessador como parceiro da cooperativa ou se relaciona com eles por necessidade?
- 14- Você mora próximo à cooperativa? Você precisa de meio de transporte para ir trabalhar?
- 15- Possui algum parente trabalhando nesta ou noutra cooperativa?
- 16- Como você gosta de ser chamado em relação à sua ocupação e o seu trabalho? Como costumam ser chamados os trabalhadores que catam nas ruas ou no lixão e aqueles que trabalham separando os resíduos nas cooperativas?
- 17- O que você acha do ambiente de trabalho da cooperativa?
- 18- Você trabalhou coletando resíduos nas ruas ou no antigo lixão antes de entrar na cooperativa? Por quanto tempo?
- 19- Nessa cooperativa existem outros cooperados que que trabalhou nas ruas ou no lixão? Em caso afirmativo, posso entrevistá-lo(a)?

- 20- Você se sente seguro trabalhando na cooperativa? Por quê? Você faz uso de EPIs?
- 21- Você já trabalhou com a CTPS assinada? Se sim, em qual serviço e por quanto tempo?
- 22- Você possui filhos? Quantas pessoas residem com você?
- 23- O trabalho na cooperativa é a sua única fonte de renda? Outras pessoas da família possuem renda?
- 24- Qual é a forma que você recebe seu salário (rendimento) na cooperativa? Um valor fixo, a divisão da venda dos resíduos entre os cooperados ou a soma destes dois?
- 25- Você considera o trabalho na cooperativa mais ou menos vantajoso do que o de catação na rua? Por quê?
- 26- Percebe alguma mudança no modo com que as outras pessoas reconhecem você após ter passado a trabalhar na cooperativa? E você como se enxerga (autoestima)?
- 27- Você acha que um catador de rua sofre algum tipo de preconceito? Qual?
- 28- Você já sofreu algum preconceito por trabalhar com resíduos?
- 29- Como você enxerga os catadores de rua?
- 30- O que você entende por Política Pública? A cooperativa tem acesso a essas políticas?
- 31- Você acha que o município, através do SANEP, é parceiro da cooperativa na gestão dos resíduos recicláveis? Como você enxerga essa relação?
- 32- O que você acha que pode melhorar na cooperativa? Você mudaria de trabalho? Qual?

Observações:

Anexo III – Formulário entrevista servidor do SANEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLITICA

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

ENTREVISTADOR LEANDRO ALMEIDA DE TUNES (MESTRANDO)

1- Local e data da entrevista

Local: _____

Endereço: _____

Horário de funcionamento: _____

Numero de trabalhadores: _____

Dia da entrevista: _____

Horário da entrevista: _____

2- Dados do entrevistado (informante)

Nome: _____

Sexo: M () F ()

Idade: _____

Endereço: _____

Formação: _____

Função atual dentro do SANEP: _____

3- Há quanto tempo trabalha no SANEP? Desempenhou diferentes funções dentro da Autarquia durante este período? Quais?

4- Desde quando entrou no SANEP quais foram as principais mudanças na gestão dos resíduos sólidos? Você acredita que as mudanças acompanharam o panorama nacional ou foram ocasionadas por influência de políticas públicas estaduais ou federais?

5- Em sua opinião, qual a participação do SANEP no panorama das políticas públicas municipais de resíduos sólidos? Qual é a autonomia política da

- Autarquia para pensar as políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos?
Alguma outra secretaria ou órgão municipal participa da gestão de resíduos sólidos no município?
- 6- O que você entende por políticas públicas?
 - 7- Como funciona a parceria entre o SANEP e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Pelotas? Como é formalizada essa parceria?
 - 8- Qual é o critério de seleção das cooperativas pelo SANEP? Quantas cooperativas são parceiras do SANEP atualmente? Existe a possibilidade de aumentar ou reduzir este número atual?
 - 9- O SANEP repassa algum valor em forma de contrapartida às cooperativas de catadores de materiais recicláveis? Qual o valor por cooperativa e qual a periodicidade do repasse?
 - 10-Existe alguma perspectiva de mudança na gestão dos resíduos sólidos municipais, principalmente relacionada às cooperativas de catadores de materiais recicláveis? Se existir, qual seria?
 - 11-A mudança de governo (executivo municipal) influencia na forma de gestão de resíduos? De que forma?
 - 12-As cooperativas de catadores estão atendendo as expectativas do SANEP quanto aos trabalhos desempenhados com os resíduos recicláveis?
 - 13-Em sua opinião o que poderia mudar em relação à gestão dos resíduos sólidos municipais em Pelotas e também em relação à parceria entre SANEP e cooperativas de catadores?
 - 14-Você considera que as políticas públicas municipais destinadas à gestão dos resíduos sólidos são suficientes (ou eficientes) para atender a atual demanda de resíduos sólidos? Por quê?
 - 15-Você considera importante o trabalho das cooperativas de catadores de materiais recicláveis do município? O que pode ser feito para melhorar (ou otimizar) o trabalho destas cooperativas?
 - 16-Você já trabalhava no SANEP quando surgiram as primeiras cooperativas de catadores de materiais recicláveis do município? Em caso afirmativo, como era

a relação da Autarquia com os catadores de rua (não cooperados)? Existia alguma forma de diálogo com esses trabalhadores?

17-Acredita que exista uma mudança em relação à identidade dos trabalhadores que antes trabalhava nas ruas e agora trabalham nas cooperativas? Como consegue notar esta mudança?

18-Você percebe a existência de uma identidade de grupo nas cooperativas de catadores?

19-Você acha que um catador de rua sofre algum tipo de preconceito? Qual?

20-Existe alguma relação do SANEP com os catadores de rua? Qual?

Observações

Anexo V – Dispositivos da PNRS relacionados aos(às) catadores(as), triadoras(es) e cooperativas de triagem de resíduos

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

[...]

IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. (Vigência)

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Municípios que:

[...]

II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

[...]

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

[...]

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do **caput** e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

[...]

III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do **caput**, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

[...]

III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;